



# Sinais

Revista de  
Ciências Sociais

Universidade Federal do Espírito Santo

Sinais 22/2 Jul-Dez 2018

ISSN: 1981-3988

## **Equipe Editorial**

### **Editores**

Prof. Dr. Marcelo Fetz, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil  
Profª Drª Márcia Barros Ferreira Rodrigues,  
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),  
Brasil

### **Conselho Editorial**

1. Prof. Dr. Estevão Bosco, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil
2. Profª. Dr. Luciléia Colombo, Unesp - Araraquara, Brasil
3. Prof. Dr. Marko Monteiro, Departamento de Política Científica e Tecnológica/ UNICAMP, Brasil
4. Profª. Dr. Gabriela Marques Di Giulio, Universidade de São Paulo, Brasil
5. Prof. Dr. Fabrício Monteiro Neves, Universidade de Brasília, Brasil
6. Prof. Dr. Fabricio Deffacci, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil
7. Profª. Dr. Nina Rosas, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
8. Prof. Dr. Tiago Jacaúna, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Brasil
9. Profª. Dr. Daniela Alves Alves, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
10. Prof. Dr. Erlend Hermansen, Cicero - Senter for klimaforskning, Noruega
11. Dr. Francisco Araos, Universidad de Los Lagos, Chile
12. Profª Drª Luciléia Aparecida Colombo Universidade Estadual Paulista (UNESP)

### **Comissão Editorial**

Maro Lara Martins, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil  
Igor Suzano Machado, Universidade Federal de Viçosa, Brasil

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)  
Departamento de Ciências Sociais  
Núcleo de Estudos Indiciários (NEI)

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

Apresentação (p. 5)

Marcelo Fetz (UFES)

### ARTIGOS

Análise sobre a Dinâmica dos Homicídios Dolosos em Cuiabá/MT (2011-2015) (p. 6-33)

Francisco Xavier Freire Rodrigues (Universidade Federal de Mato Grosso)

Dinâmicas sociológicas e a função feminina em Tarás Bulba, de Nikolai Gógol: a composição histórico-literária de uma sociedade viril (p. 34-57)

Marconi Severo (Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA)

História e memória de um parque na figuração da paisagem da cidade (p. 58-86)

Laíssa Pinheiro (Universidade Federal do Espírito Santo) e Aline Trigueiro (Universidade Federal do Espírito Santo)

### DOSSIÊ

Apresentação do Dossiê Cultura e Política (p. 87-88)

Maro Lara Martins (Universidade Federal do Espírito Santo)

A sublime liberdade: o pensamento de João Maria da Costa no periódico Atalaia da Liberdade (1826) (p. 89-100)

Arthur Ferreira Reis (Universidade Federal do Espírito Santo)

Arte e Estado: Portinari e sua correspondência como um espaço de "sociabilidade intelectual" (1920-1945) (p. 101-128)

Ana Carolina Machado Arêdes (Universidade Federal do Espírito Santo)

A dimensão regional na literatura e sua importância para o pensamento social brasileiro (p. 129-140)

Renata Santos Rente (Universidade de São Paulo)

"Chiclete com banana": carnavalização, intercâmbio cultural, democracia racial e afetividades entre Brasil e Estados Unidos da América (p. 141-157)

Juliano Almeida (CEFET-MG)

Mídia e clima político no Brasil: os discursos de ódio no pré-impeachment de Dilma Rousseff (p. 158-178)

Luciana Silvestre Girelli (Universidade Federal do Espírito Santo)

A espiral do tempo: modernização conservadora e a nova (velha) História do Brasil (p. 179-191)

Maro Lara Martins (Universidade Federal do Espírito Santo)

## **RESENHAS**

Laços latino-americanos: correspondências entre Antonio Candido e Ángel Rama (p. 192-200)

Maria Caroline Marmerolli Tresoldi (Universidade Estadual de Campinas)

---

*Carta Editorial*

Caros leitores,

É com grande satisfação que publicamos o segundo volume da revista Sinais em 2018. Além dos artigos livres, com submissão contínua ao longo do ano, este número traz o dossiê Cultura e Política organizado pelo Prof. Dr. Maro Lara Martins (Universidade Federal do Espírito Santo). Os leitores deste volume poderão degustar de seis artigos dedicados aos mais diversos assuntos da história e da atual situação da cultura política brasileira.

Francisco Xavier Freire Rodrigues, da Universidade Federal do Mato Grosso abre a tradicional seção de artigos com estudo sobre sociologia da violência. Na sequência, Marconi Severo, da Universidade Federal do Pampa, apresenta reflexão no campo da sociologia da literatura e crítica literária. Fechando este volume, Larissa Pinheiro e Aline Trigueiro, da Universidade Federal do Espírito Santo, dedicam-se à sociologia urbana em uma interessante análise do Parque Moscoso da cidade de Vitória-ES.

Que todos e a todas possam se divertir com os artigos publicados. Os editores agradecem a contribuição das inúmeras pessoas – autores, pareceristas, estudantes -, sem os quais este volume não seria possível.

Marcelo Fetz  
Márcia B. F. Rodrigues  
25/12/2018



## Análise sobre a dinâmica dos homicídios dolosos em Cuiabá/MT (2011-2015)

Francisco Xavier Freire Rodrigues<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo analisa resultados colhidos em uma pesquisa sobre crimes de homicídios dolosos em Cuiabá/MT no período 2011 a 2015. As dimensões investigadas foram a identificação do perfil das vítimas e dos autores de crimes de homicídios, os bairros onde mais se concentram esta modalidade de crime, as motivações e os fatores que impulsionam a tomada de decisão dos atores do crime de homicídio doloso. A metodologia utilizada foi da pesquisa qualitativa, fazendo uso de análise de documentos (inquéritos, boletins) e entrevistas como técnicas de coleta de dados. Os resultados mostram que autores e vítimas, na maioria das vezes, pertenciam aos estratos sociais menos abastados, sendo jovens, negros e/ou pardos, do sexo masculino, com idade de 16 a 25 anos, com baixo nível de escolaridade, desempregados. Sobre as causas e fatores que motivam os homicídios, constatamos que há uma percepção generalizada que se fundamenta no aspecto socioeconômico: envolvimento com drogas, rixas, acerto de contas, álcool, a grande circulação de armas de fogo, desestruturação familiar, desemprego e situações de vulnerabilidades às quais estão expostas as vítimas e os autores. Os bairros periféricos de Cuiabá/MT concentram as maiores taxas de homicídio.

**Palavras-Chave:** Homicídios Dolosos, Violência, Segurança Pública.

Recebido em 13/10/2018

Aceito para publicação em 01/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.21609>

### Introdução

Este trabalho analisou os resultados colhidos em uma pesquisa sobre homicídios dolosos registrados no município de Cuiabá/MT no período 2011 a 2015. As dimensões e variáveis investigadas foram a identificação do perfil das

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Professor da Universidade Federal de Mato Grosso no Departamento de Sociologia e Ciência Política. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT. E-mail para contato: fxsociologo@yahoo.com.br.

vítimas e dos autores dos homicídios, os bairros onde mais se concentram esta modalidade de crime, as motivações e os fatores que impulsionam a tomada de decisão dos autores do crime de homicídio doloso.

Tratou-se de uma pesquisa qualitativa que utilizou do aporte teórico de autores renomados deste campo (ZALUAR, 1998; ADORNO & SALLA, 2007; RATTON, GALVÃO, ANDRADE & PAVÃO, 2011; CERQUEIRA, 2014; BEATO & MARINHO, 2007; MISSE, 2006) e de entrevistas com os agentes sociais de segurança pública, onde buscou-se elencar a percepção dos mesmos sobre o homicídio – o que os agentes identificam como causas, motivações e perfil dos envolvidos nesta modalidade de crime.

O texto está estruturado da seguinte forma: Introdução, Percorso metodológico, Revisão da literatura: os estudos sobre homicídios, Panorama dos homicídios no Brasil e em Cuiabá/MT, Percepção social sobre homicídios dolosos em Cuiabá/MT: análise das entrevistas, Considerações finais e Referências bibliográficas.

#### Percorso metodológico

A pesquisa teve como campo empírico o município de Cuiabá/MT e consistiu em estudo que articulou técnicas de pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, buscando a compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. Segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa centra-se no estudo do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais “profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] A pesquisa qualitativa recebe críticas por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador” (MINAYO, 2001, p. 14).

A metodologia exploratória permitiu fazer a sistematização dos dados disponíveis acerca dos homicídios dolosos nos municípios estudados, possibilitando o recorte do território e da categoria pesquisada. Esta compreendeu a coleta e sistematização dos dados referentes aos anos de 2011 a 2015 sobre homicídios dolosos, por atores estatais, como delegados, as polícias civis e integrantes da sociedade civil organizada, utilizando como dados de coleta: tipos de homicídios cometidos na localidade, formas de registro em bancos de dados, categorizações e mapeamentos já disponíveis, identificação

das vítimas e dos autores, motivação, meios empregados no crime, etc. Assim, foram definidos o território com maior incidência de homicídios no município pesquisado, bem como as categorias de homicídio prevalentes para aquela localidade. Esses dados foram fornecidos pela SENASP/MJ e pelas Delegacias Especializadas em Homicídios, como a Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP-Cuiabá/MT.

Deste modo, foram entrevistados 09 agentes de segurança pública, sendo todos da DHPP (Delegacia Especializada em Homicídio e Proteção a Pessoa), através de roteiro de entrevista semi-estruturada, com gravação. Entre eles delegados, escrivães e policiais militares, onde todos assinaram o termo de livre consentimento para publicação da mesma.

Revisão da literatura: os estudos sobre homicídios

O Global Study on Homicide, publicado pelo United Nations Office on Drugs and Crimes em 2011 e 2013, apresentou números absolutos e taxas de homicídios registrados pelas agências de segurança pública e agências de saúde em diversos países do mundo. Os números podem ser considerados como o principal indicador para conhecimento e comparação dos níveis de violência em contextos nacionais e entre cidades. O relatório da Global Study on Homicide mostra que houve, em 2012, 437 mil pessoas assassinadas no mundo, sendo que os países da América Latina e Caribe foram os que apresentaram maiores índices de registros dessas mortes (33%). Outro dado relevante é que entre os 20 países mais violentos do mundo, 14 estão situados nessa parte do globo (Global Study on Homicide 2013, UNODC, United Nations publication, Sales No. 14. IV.1).

A literatura brasileira especializada mostrou que a partir da década de 1980 é que houve crescimento acelerado da violência urbana nas regiões metropolitanas do Brasil, colocando o nosso país no grupo de países com as maiores taxas de homicídios do mundo (ZALUAR, 1998; ADORNO & SALLA, 2007).

Ratton, Galvão, Andrade e Pavão (2011, p. 73) procuram explicar o homicídio como manifestação especial da criminalidade violenta a partir do modelo teórico que sugere uma análise configuracional dos homicídios. Afirmam que “a compreensão do homicídio está atrelada ao tratamento do mesmo como um fenômeno social complexo, o qual necessita de uma interpretação holística, que no processo de explicação articule as características



de vítimas, de acusados e os elementos situacionais”.

A análise configuracional procura identificar, com base em situações particulares de cada homicídio, a ocorrência e manifestação de uma configuração predominante, de um padrão que precisa ser definido no tempo, no espaço e dentro de subgrupos, como gênero, etnia, faixa etária e motivações (MIETHE & REGECZI, 2014).

O modelo analítico referido acima procura acessar aspectos estruturais e processuais da estrutura da situação de homicídios a partir da identificação de um conjunto de variáveis. As variáveis devem contemplar as características do autor e da vítima do homicídio, tais como idade, sexo, renda, raça e elementos da situação do ocorrido, como a motivação do crime, a relação da vítima com o autor, o tipo de arma utilizada, presença de álcool, drogas, número de observadores do crime, hora e ambiente do crime (rua, casa, bar, etc.).

Este modelo difere dos estudos tradicionais de homicídios, os quais se concentram especialmente na relação entre variáveis individuais (traços dos autores e das vítimas). O homicídio é visto e tratado como um padrão de comportamento individual. Centram-se na busca da explicação do porquê determinadas pessoas estão mais dispostas ao comportamento violento do que outras, ao destacar as características do ofensor. Negligenciam o fato de que determinadas situações de homicídios são mais comuns do que outras e não dão conta de explicar eventuais mudanças no tempo e no espaço das situações de homicídios (RATTON, GALVÃO, ANDRADE & PAVÃO, 2011, p. 74).

Nos últimos 20 anos o debate sobre a violência e a criminalidade no Brasil cresceu consideravelmente, mobilizando pesquisadores de diversas áreas de conhecimento. No caso da Sociologia, podemos dizer que as primeiras contribuições remontam aos anos de 1970. No entanto, é a nos anos 1980 que a Sociologia da Violência e do Crime começa a se institucionalizar no Brasil.

A maioria dos estudos desta época enfatizava a mudança de padrão de ocorrência de crimes, tais como aumento de furtos, roubos, sequestros, surgimento do crime organizado, aumento das taxas de homicídios nas grandes cidades do Brasil (VELHO, 1980; ZALUAR, 1985, 2004).

Lima, Misse e Miranda (2000) apontam dois polos distintos de correntes de pesquisa no debate sobre o crime e a violência no Brasil: (1) investigações que enfatizam a especificidade do crime como objeto de pesquisa e (2) as pesquisas que inserem essa especificidade do crime em uma dimensão mais abrangente da violência no âmbito da desigualdade no Brasil. Entre um destes

polos existem diversas inversas investigações (CALDEIRA, 1991; MISSE, 2006; MACHADO DA SILVA, 2004).

Temos os estudos que apontam para uma emergência de uma sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004), uma acumulação social da violência (MISSE, 2006) e um retrocesso civilizatório (ZALUAR, 1994). Segundo Ratton, Galvão, Andrade e Pavão (2011, p. 75), os estudos tradicionais que explicam os homicídios se sustentam basicamente em dois referenciais distintos: 1) a abordagem criminológica “cuja unidade de análise é o sujeito transgressor, que privilegiará na explicação de crimes os fatores capazes de induzir os indivíduos a transgredir a lei e a ordem estabelecidas, ou seja, concentra-se em elementos de background dos indivíduos (estruturação familiar, integração comunitária, etc.)”; 2) corrente que considera que a vítima é a unidade de análise, e procura investigar como o estilo de vida do indivíduo vitimado e as oportunidades geradas por ele influenciam no processo de vitimização.

Existem lacunas nos estudos da sociologia do crime e da violência no que diz respeito ao entendimento dos homicídios como fenômeno sociológico. Ratton, Galvão, Andrade e Pavão (2011, p. 75) sugerem que uma agenda de pesquisa poderia seguir as seguintes questões: 1) o que não se sabe sobre homicídio que com pesquisas apropriadas poderia ser apreendido? 2) o que não se saber sobre homicídios que, caso pudesse ser apreendido, poderia sofisticar consideravelmente nossa compreensão sobre a criminalidade violenta? (SMITH, 2000).

As teorias criminológicas tradicionais tendem a considerar os homicídios como um padrão comportamental. Consideram que é mais oportuno conceituar o homicídio como evento. Neste sentido, o homicídio é visto como fato social complexo que envolve um conjunto de processos, interações entre dois ou mais atores sociais em determinadas situações.

Para Ratton, Galvão, Andrade e Pavão (2011, p. 76),

*[...] conceituar homicídio como um evento permitiria que elementos explicativos, até então obscurecidos, viessem à tona, possibilitando a construção de uma interpretação mais robusta do referido fenômeno. Alguns estudiosos vêm destacando, por exemplo, a relevância de contingências situacionais responsáveis por transformar uma agressão simples em homicídio. Esses elementos são*

*variados e podem abarcar desde o tempo e qualidade no acesso a recursos médicos até o uso de armas de fogo.*

Nos estudos sobre homicídios, é importante apontar relações entre vítimas e agressores (conhecidos, desconhecidos, amigos, etc.) e as motivações (instrumentais, expressivas, etc.), além de outras categorizações envolvidas no homicídio. Não existem teorias que possa explicar e hierarquizar os diferentes pesos da relação entre os tipos de variáveis e os padrões de distribuição de homicídios.

No Brasil, a proporção de vítimas de homicídios homens tem se mantido estável desde os anos 1980, com taxas de 90 a 92%, homens jovens. Segundo Beato e Marinho (2007), na década de 1980 morriam 33 jovens para cada grupo de 100 mil vítimas por arma de fogo. Atualmente, essa taxa chega a 55 jovens a cada grupo de 100 mil vítimas. Segundo os autores, existe um padrão de mortalidade elevado de homens, jovens negros no Brasil. A morte por homicídio entre negros é muito elevada. Assim, “Negros e pardos correspondem a 36,3% da população do Sudeste, mas a 51,6% das mortes por homicídio. Na região Nordeste a diferença é ainda maior: negros e pardos correspondem a 66,28% da população e a 86,6% do total de vítimas de homicídio” (BEATO & MARINHO, 2007, p. 185).

Há também um padrão em relação ao perfil das vítimas e dos agressores, situação de ofensa e armas utilizadas nos homicídios no Brasil.

Anos 1980 houve aceleração da introdução das armas de fogo nos crimes de homicídio no Brasil, o que pode ser uma causa do aumento dos homicídios. As armas de fogo foram responsáveis por 77% dos homicídios em 2004 no Brasil, passando para 85% em capitais como Rio de Janeiro, Recife e Belo Horizonte.

O homicídio é um evento que envolve uma transação, dentro de uma dinâmica interacional que envolve pelo menos dois atores cujo resultado é letal. A modalidade criminosa tem que ser entendida a partir de uma perspectiva configuracional. Nesta perspectiva teórica, visa-se compreender as relações entre os elementos estruturais e processuais das configurações dos crimes (traços do agressor, da vítima e da ofensa).

O Relatório da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça intitulado “Diagnóstico dos homicídios no Brasil subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios”, publicado em 2015, destaca que:

*De acordo com a literatura acerca de homicídios no Brasil, foi possível dividi-los em quatro causas principais: gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal e violência doméstica. Cada um desses fenômenos possui relações específicas com o homicídio e fatores de risco a ele associados. Em primeiro lugar, foram pesquisados e lidos trabalhos acadêmicos acerca de cada causa principal. Logo em seguida, foram propostos indicadores advindos de dados secundários que permitiriam observar os fatores de risco associados às causas principais (Diagnóstico dos homicídios no Brasil, subsídios para o Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, 2015, p. 11).*

As causas principais dos homicídios no Brasil, no plano macro, seriam gangues e drogas, violência patrimonial, violência interpessoal e violência doméstica. Cabe ao pesquisador procurar elementos empíricos para verificar a influência destes fatores causadores na dinâmica concreta dos homicídios em cada caso estudado.

O referido relatório ainda menciona outras grandes causas de homicídios que são “fatores transversais a todos os homicídios, conflitos entre policiais e população e presença escassa do Estado nos territórios” (2015, p. 11).

Cerqueira (2014), Unodc (2013), Hartung (2009) apontam que determinados fatores oferecem risco de causar homicídios ou criar condições para sua concretização se comparados as macrocausas citadas acima. Estes fatores são: (1) disponibilidade de armas de fogo e (2) acúmulo de vulnerabilidades sociais.

No caso do acesso a armas de fogo no Brasil, diversos debates acadêmicos e políticas já discutiram esse tema/problema. É sabido que mais de 70% dos homicídios que acontecem no nosso país são cometidos com o uso de armas de fogo, legais ou ilegais. A letalidade e o fácil acesso a armas de fogo, em uma sociedade violenta, potencializam o risco de que conflitos de diversas dimensões finalizem em mortes. Nas palavras de Cerqueira (2014, pp. 57-59):

*[...] a proliferação da arma de fogo parece ter sido o fator mais importante para explicar o aumento dos homicídios na década de 1990. (...) 1991/2000 - Aumento de 33,3% na demanda por armas resultou em aumento de*

*44 pontos % na taxa de homicídios. Redução de 29,5% no consumo de drogas ilícitas resultou em redução de 7,6 pontos percentuais na taxa de homicídios.*

Em relação ao fator vulnerabilidades econômicas e sociais, estudiosos argumentam que são aspectos causadores de conflitos e violência (também de homicídios).

*[...] argumentamos como o aumento da violência letal na década de 1980 esteve associado às grandes mazelas socioeconômicas vividas, refletidas na estagnação da renda e no aumento paulatino da desigualdade social, que suplantaram um combalido sistema de segurança pública (CERQUEIRA, 2014, p. 16).*

Aspectos como desigualdade social, escassez no acesso aos bens necessários à cidadania, como saúde, educação, segurança, assistência social, etc. contribuem certamente com o aumento das taxas de criminalidades nas diferentes regiões do país.

#### Panorama dos homicídios em Cuiabá/MT

A história de Cuiabá diz que esta era um povoado fundado entre 1673 e 1682 por Manoel de Campos Bicudo nas proximidades do Rio Coxipó, mais precisamente onde o Rio Coxipó deságua no Rio Cuiabá (SIQUEIRA, 2002).

A economia de Cuiabá somente se desenvolveu após a Guerra do Paraguai, quando as navegações voltavam pelos rios Paraguai, Cuiabá e Paraná. A economia se baseou na cana-de-açúcar e no extrativismo, mas em 1930 a cidade ficou novamente estagnada.

Entre 1970 e 1980, Cuiabá voltou a crescer com serviços e infraestrutura. O agronegócio se expandiu fortemente e a partir daí a cidade passa a se modernizar e a se industrializar. A partir de 1990, o turismo começou a ser fonte de renda e a cidade passou novamente a crescer (SIQUEIRA, 2002).

A população de Cuiabá é de 575 480 habitantes de acordo com estimativa de população realizada em 2014 pelo Instituto Brasileiro de

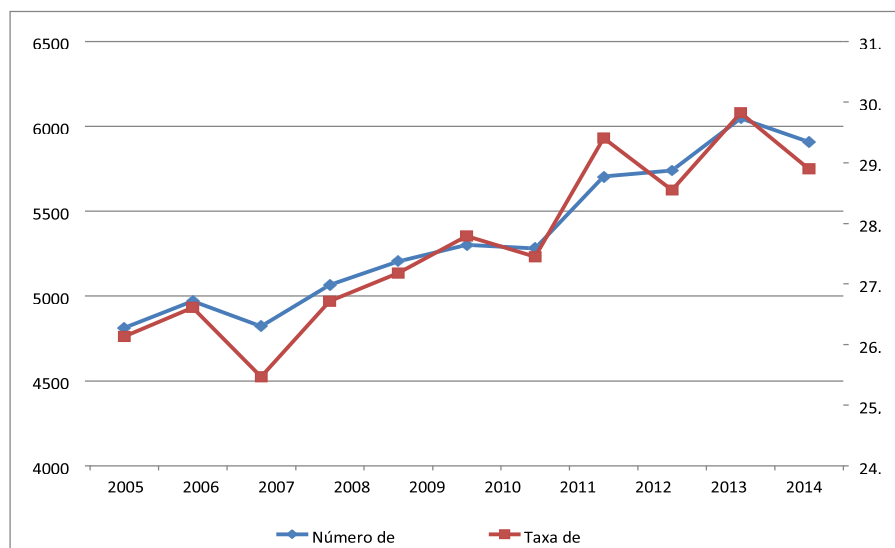
Geografia e Estatística. O número de eleitores em maio de 2012 era de 402 751, representando 18,596% do total de eleitores do estado.

A economia de Cuiabá, hoje, está concentrada no comércio e na indústria. No comércio, a representatividade é varejista, constituída por casas de gêneros alimentícios, vestuário, eletrodomésticos, de objetos e artigos diversos. O setor industrial é representado, basicamente, pela agroindústria. Muitas indústrias, principalmente aquelas que devem ser mantidas longe das áreas populosas, estão instaladas no Distrito Industrial de Cuiabá, criado em 1978. Na agricultura, cultivam-se lavouras de subsistência e hortifrutigranjeiros (SIQUEIRA, 2002).

Os dados consolidados do IPEA no Atlas da Violência 2017 mostram que o Brasil passou de 30 homicídios a cada 100 mil habitantes em 2016. No ano de 2016, 62.517 pessoas foram assassinadas no Brasil, o que equivale a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes. Os dados são do Ministério da Saúde, estão disponíveis no Atlas da Violência 2017, apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

Verificamos que a taxa de homicídios no Brasil corresponde a 30 vezes a da Europa, e o país soma 553 mil pessoas assassinadas nos últimos dez anos (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/total-de-mortes-violentas-no-brasil-e-maior-do-que-o-da-guerra-na-siria.shtml>).

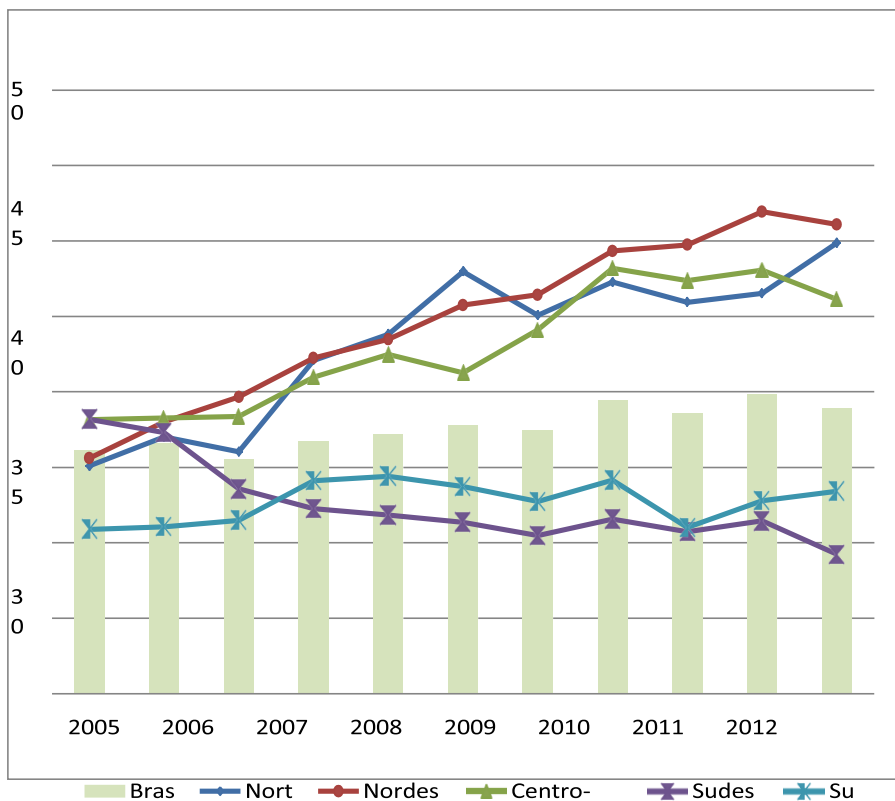
**Gráfico 1 - Homicídios no Brasil, 2005 a 2015**



Fonte: Atlas da Violência 2017 (p. 7).

O Gráfico 1 mostra a evolução acelerada dos homicídios no Brasil, e revela que em 2015 ocorreram 59.080 homicídios no nosso país – o que corresponde a uma taxa 28,9 homicídios por 100 mil habitantes. Os dados sobre os homicídios consolidam uma alteração de patamar nesse indicador (na ordem de 59 a 60 mil casos por ano), e se distancia das 48 mil a 50 mil mortes, ocorridas entre 2005 e 2007.

**Gráfico 2 - Taxa de Homicídio no Brasil e Regiões, 2005 a 2015**



Fonte: Atlas da Violência 2017, p. 9.

Os dados mostram que a evolução das taxas de homicídios no Brasil se dá de forma diferenciada entre as regiões. O Atlas da Violência 2017 indica que houve de fato uma diminuição das taxas de homicídios na região Sudeste (que concentrava os estados mais violentos até a década de 1990), tendo uma relativa estabilidade na região Sul e um significativo crescimento nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste (ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017, p. 7).

Em Mato Grosso, os homicídios tiveram a seguinte evolução: em 2005 foram registrados 907; em 2006 foram 896; 2007 – 889; 2008 – 937; 2009 – 1000; 2010 – 972; 2011 – 1009; 2012 – 1074; 2013 – 1158; 2014 – 1358 e 2015-1203.

O caso do estado de Mato Grosso é bem crítico, no que diz respeito a violência, pois apresenta uma média de homicídios acima do nacional. No período de 2001 a 2010, 26,031 mil pessoas foram vítimas mortais de “causas externas” no Estado, os números de homicídios representam 9,283 desse total<sup>2</sup>.

Os dados do Atlas da Violência 2017 indicam que em algumas Unidades da Federação houve diminuição na taxa de homicídios depois de 2010. Os estados de Espírito Santo (27,6%), Paraná (23,4%) e Alagoas (21,8%) conseguiram as maiores taxas de redução dos homicídios. Por outro lado, alguns estados tiveram acentuado crescimento das taxas entre 2010 e 2015, que são eles: Sergipe (77,7%), Rio Grande do Norte (75,5%), Piauí (54,0%) e Maranhão (52,8%).

A Tabela 1 apresenta dados referentes ao número de homicídios a cada mês, nos anos de 2011 a 2015, em Cuiabá/MT. Mesmo que tenha uma certa oscilação entre os anos considerados, a média é de 225 homicídios por ano na capital de Mato Grosso. Trata-se de um número bastante elevado. Verificamos que as maiores médias de homicídios acontecem nos meses de março, novembro e abril.

**Tabela 1. Homicídios por mês/ano em Cuiabá-MT de 2011 a 2015.**

MÊS /ANO	Quadro 01 – HOMICÍDIOS POR MÊS EM CUIABÁ-MT					
	2011	2012	2013	2014	2015	Média
Janeiro	16	14	12	15	22	15,8
Fevereiro	9	12	16	19	14	14,0
Março	27	26	20	21	18	22,4
Abril	17	24	13	27	25	21,2
Maiο	15	21	16	18	12	16,4
Junho	27	19	13	15	23	19,4

<sup>2</sup> VIEIRA, Edmar Augusto. Violência: mortalidade por causas externas em Mato Grosso. ET CAV/SP/SEPLAN n° 17/2016.



Julho	19	14	9	13	32	17,4
Agosto	17	12	18	23	9	15,8
Setembro	25	17	24	23	17	21,2
Outubro	24	22	16	25	16	20,6
Novembro	16	15	24	27	29	22,2
Dezembro	20	18	21	19	14	18,4
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>	<b>214</b>	<b>202</b>	<b>245</b>	<b>231</b>	<b>225,0</b>

Fonte: Boletins de Ocorrências Policiais PM-MT, 2014/2015.

Os números de homicídios de jovens de 14 a 29 anos no Brasil superam países em conflito armado<sup>3</sup>. As taxas de mortalidade por violência entre pessoas com idade entre 19 aos 21 superam a média de 100 óbitos por 100 mil/hab. O crescimento percentual de mortes por homicídios de 1980 a 2011 atinge 132,1, o que é um índice muito elevado.

Entre 2005 e 2015, observou-se um aumento de 17,2% na taxa de homicídio de indivíduos entre 15 e 29 anos. Mais de 318 mil jovens foram assassinados entre 2005 e 2015 (ATLAS DA VIOLÊNCIA 2017, p. 25). Conforme o Atlas da Violência 2017 (2017, p. 25),

*Em 2015 foram 31.264 homicídios de jovens entre 15 e 29 anos, uma redução de 3,3% na taxa em relação a 2014. Analisando a dinâmica da violência letal contra jovens nas Unidades Federativas, verificamos um quadro bastante heterogêneo, assim como apontado nas seções anteriores. Enquanto em São Paulo houve uma redução de 49,4%, nesses onze anos, no Rio Grande do Norte, por outro lado, o aumento da taxa de homicídio de jovens foi de 292,3%.*

Os homens jovens continuam sendo as principais vítimas de homicídios: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população.

<sup>3</sup> WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2014: homicídios e juventude no Brasil. Secretária-geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, 2014.

Diante disso, encontra-se a real necessidade de buscar as causas dos homicídios para que se possa agir a respeito do problema, especialmente por meio de elaboração e realização de políticas públicas voltadas para a segurança. Faz-se preciso, portanto, o estudo sobre os índices, ademais, sobre a dinâmica social que rege os autores dos homicídios em diferentes localidades.

Deste modo, conforme Boselli (2008), é imprescindível que se pense na administração da segurança pública que, como aponta, não é gerida e executada pelos municípios. O que resulta em planejamentos sem a participação da comunidade e dos governos municipais, conseqüentemente sem soluções específicas conforme as características locais. O autor também aponta as diversas dinâmicas aliadas aos índices de violência e criminalidade, conforme abaixo:

*Em países como o Brasil, onde não há guerra ou conflitos armados, mas existem altos índices de mortes por armas de fogo, acredita-se que violência está diretamente relacionada com a pobreza, a concentração de renda, a má organização e corrupção no aparato de segurança pública e a muitos outros fatores primários, secundários e terciários (BOSELLI, 2008, p. 01).*

Associada a isto, Adorno (2002), discorre que o problema central é a gestão da Segurança Pública que não é gerida ou executada pelos municípios, nem adaptada conforme a situação de cada. Mas, conforme a necessidade do estudo geral da União ou dos Estados da Federação. Analisa-se que a violência tem precedentes de distribuição espacial das condições de vida e infraestrutura urbana, ou mesmo à direitos sociais fundamentais negados. Algo que suscita o questionamento sobre o exercício ou não da cidadania democrática na sociedade brasileira contemporânea.

É importante lembrar que algumas Unidades da Federação, considerando o crescimento acelerado das taxas de modalidade violenta, implementaram, como prioridades de seus governos, planos e ações voltados para a redução de sua incidência. Podemos mencionar aqui algumas políticas de segurança pública, como o “Pacto Pela Vida”, em curso no estado de Pernambuco, desde 2007; “Programa Estado Presente: Em defesa da Vida”, implementado no Espírito Santo em maio de 2011; “Pacto Pela Vida da Bahia”, lançado em junho de 2011; “Paraíba Unida Pela Paz”, implementado há três anos e meio pela Secretaria de Segurança e Defesa Social; “Viva Brasília,

Nosso Pacto pela Vida”, lançado em julho de 2015 e “Pacto por um Ceará Pacífico”, lançado em agosto de 2015.

No âmbito federal, o Governo, por meio do Ministério da Justiça, entre os anos de 2011 e 2014, aportou recursos para o enfrentamento da violência letal, através do Programa Brasil mais Seguro.

A dinâmica da violência no Brasil trata-se não mais de concentração apenas nas regiões metropolitanas (RM’s) ou capitais. A partir dos anos 1999 o interior supera as capitais nas taxas de crescimento da criminalidade. Os fenômenos da “interiorização” e “disseminação da violência” levaram-na para as pequenas cidades e as chamadas cidades rurais. Isso se deu por alguns fatores; quedas significativas em Estados com maior peso estatístico (devido o número da população) e demográfico, como Rio de Janeiro e São Paulo; e aumentos em demais estados com peso estatístico menor. Deste modo:

*[...] essa reorganização obedece a algumas lógicas de aglomeração, com a presença de claros efeitos de contágio e a formação de clusters de homicídios em áreas que nos últimos anos apresentaram algum dinamismo econômico ou reorganização do espaço em virtude de mudanças em suas formas de usos e funções (ANDRADE & DINIZ, 2013, p. 183).*

O fenômeno da violência se configura em processo diversificado do crime, anterior ao estabelecido no Código Penal como tal. Assim, considerado socialmente normal para Durkheim (1978), o fenômeno do crime, por não ser um fenômeno patológico representa uma ruptura com o consciente coletivo, razão à qual sofre pena pela lei penal.

Visto que o homicídio é dado como crime segundo o artigo 121, do Código Penal Brasileiro; como ato ou ação matar alguém. O homicídio doloso, também conhecido como dolo direto, é aquele que o indivíduo ao praticar tal ação tinha como intuito ou assumiu o risco de matar alguém – previsto no pelo mesmo artigo como crime.

Deste modo, para melhor compreensão sobre a dinâmica social referente aos homicídios no município de Cuiabá/MT, apresentamos a seguir as análises das falas/depoimentos coletados através de entrevistas com os profissionais de segurança pública da DHPP; delegados, policiais militares e escrivães.

Percepção social sobre homicídios dolosos em Cuiabá/MT: análises das entrevistas

### 1. Perfil das Vítimas dos Homicídios

Ao serem questionados sobre o “Estereótipo das vítimas”, os agentes de segurança pública responderam acreditar não haver um estereótipo, mas apontaram a existência de um perfil definido das vítimas.

Segundo dados disponibilizados pela/da Delegacia Especializada de Homicídios e Proteção à Pessoa DHPP<sup>4</sup>, das 231 pessoas que foram a óbito no município de Cuiabá-MT no ano de 2015 por homicídios, a maioria; ou seja, 208 eram homens, 62 eram jovens entre 18 a 24 anos, 154 da Cor/Raça Parda – o que condiz com a fala dos agentes. Os dados não apresentaram variação relevante nos anos que se antecederam e no que se segue (2016). Este é o perfil que se encontra na literatura especializada (GAWRYSZWSKI et al., 2012; PERES, 2008; SOARES FILHO, SOUZA, WAISELFISZ, 2012; 2014; BEATO & MARINHO, 2007), e no próprio Atlas da Violência 2017 (2017, p. 25), quando revela que os homens jovens continuam sendo as principais vítimas: mais de 92% dos homicídios acometem essa parcela da população. Entre 2005 e 2015, mais de 318 mil jovens foram assassinados no Brasil.

Segundo dados disponibilizados pela/da DHPP<sup>5</sup> das 231 pessoas que foram em óbito no município de Cuiabá-MT no ano de 2015 por homicídios, a maioria é do sexo masculino<sup>6</sup>, jovens entre 18 a 24 anos<sup>7</sup>, da Cor/Raça Parda<sup>8</sup> – o que condiz com a fala dos agentes. Os dados não apresentaram variação relevante nos anos que se antecederam e no que se segue (2016). Foram registrados 208 homicídios de homens e 23 de mulheres. Em relação a faixa etária das vítimas de homicídios, temos a seguinte distribuição: faixa etária de 13 a 17 anos - 12 homicídios; faixa de 18 a 24 anos – 62; faixa de 25 a 29 anos – 38; faixa etária de 30 a 35 anos – 31; faixa etária de 36 a 46 anos – 37; faixa

---

<sup>4</sup> Boletim de Acompanhamento Anual dos Crimes de Homicídios em Cuiabá-MT, Janeiro a Dezembro de 2015. Estado de MT/Sesp-MT/SIAC.

<sup>5</sup> Boletim de Acompanhamento Anual dos Crimes de Homicídios em Cuiabá-MT, Janeiro a Dezembro de 2015. Estado de MT/Sesp-MT/SIAC.

<sup>6</sup> Conforme apresentado no Gráfico 01.

<sup>7</sup> Demonstrado no Gráfico 02.

<sup>8</sup> Conforme Gráfico 03.

etária de 46 a 59 anos – 13; faixa etária acima de 60 anos – 03 e 33 homicídios sem a declaração da faixa etária. No que se refere à cor das vítimas, 154 foram de pardos, 29 negros, 16 brancos e 32 homicídios sem a cor informada (Boletins de Ocorrências Policiais PM-MT e PJC-MT, 2015).

A seguir as falas e análises serão apresentadas através de tópicos que correspondem ao objetivo principal das perguntas feitas aos entrevistados. Perfil sociocultural das vítimas em Cuiabá/MT:

*Sim, aquela velha máxima que são negros, pobres, né, periféricos [...] Adolescentes (Entrevistado E).*

*As vítimas de homicídio, a grande maioria delas, elas residem e até mesmo trabalham nas zonas periféricas das cidades – tanto Cuiabá como em Várzea Grande. São bairros mais humildes em que a população enfrenta uma maior carência de recursos do poder público, como: iluminação, água, esgoto. Essas são as regiões onde ocorrem a maioria dos homicídios (Entrevistado D).*

*Andarilhos, pessoas do sexo masculino, pardas, de 18 a 24 anos. (Entrevistado A).*

*A Maioria são homens, negros e Jovens, eles geralmente têm menos de 30 anos. São negros e homens. (Entrevistado B).*

Os entrevistados apontam que as vítimas dos homicídios são geralmente homens, jovens, de cor parda, com baixo nível de escolaridade e pertencentes as camadas populares. Pesquisas mostram que de cada 100 pessoas que sofrem homicídio no Brasil, cerca de 71 são negras (CERQUEIRA & COELHO, 2017).

No período de 2005 a 2015, a proporção entre as taxas de homicídio de negros e não negros, apresentou uma variação significativa, com aumento de 34,7% entre os negros.

Segundo o Atlas da Violência 2017 (2017, p. 31):

*De fato, ao se analisar a evolução das taxas de homicídios considerando se o indivíduo era negro<sup>16</sup> ou não, entre 2005 e 2015, verificamos dois cenários completamente distintos. Enquanto, neste período, houve um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. Ou seja, não apenas temos um triste legado histórico de discriminação pela cor da pele do indivíduo, mas, do ponto de vista da violência letal, temos uma ferida aberta que veio se agravando nos últimos anos.*

As variáveis apontadas acima nas entrevistas e coletadas por meios de análises de boletins e inquéritos policiais são as mais frequentemente utilizadas pela literatura especializada (sexo, idade, cor, escolaridade, etc.), e são relevantes para interpretação das causas da criminalidade (BEATO & MARINHO, 2007; SOARES, 2008).

## **2. Perfil dos autores de crimes de homicídios**

O perfil dos autores dos crimes de homicídios é muito parecido com o das vítimas. Na maioria das vezes, aos autores são homens, jovens, idade de 15 a 29 anos, negros e pardos, solteiros, com baixo nível de escolaridades e residentes em bairros periféricos dos centros urbanos (RATTON, GALVÃO, ANDRADE & PAVÃO, 2011; BEATO & MARINHO, 2007).

*Características em comum entre os autores de homicídio, sim. Até se tornar, né... já o que foi mencionado. Os bairros... são os bairros periféricos, né. Que é o maior índice de homicídios são nos bairros periféricos (Entrevistado A).*

*Como eu já respondi lá na anterior, não. Não tem. Tem características em comum, qual é a característica muito comum entre os autores de homicídio; são todos envolvidos em crimes ou em tráficos, ou em roubos, em*

*assalto, em favorecimento da prostituição, mas em todos esses outros crimes porque são pessoas criminosas. Tanto a maioria das vítimas, como todos os autores são envolvidos em diversos tipos de crimes. Por isso que eles matam, que eles morrem, mas não porque eles residem em tal bairro ou residem em tal bairro e lá é desprovido de escola, é desprovido de infraestrutura que ele seja um potencial criminoso, não. Não é por conta disso não (Entrevistado B).*

Os entrevistados destacam que o perfil dos autores dos crimes de homicídios segue o padrão presente nas regiões mais violentas das cidades e indicam que são pessoas jovens, envolvidas com tráfico de drogas, roubos e residentes em regiões pobres sujeitos às diversas formas de vulnerabilidades sociais, conforme mostra a literatura especializada (CERQUEIRA, 2014).

*Sim, é, é como eu disse nos bairros periféricos a probabilidade de acontecer um crime de homicídio é maior porque o crime de homicídio sempre tem alguma motivação anterior, seja por uma dívida de droga, uma ameaça ou algo assim. Então não quer dizer que aquela região é perigosa, quem é perigosa são as pessoas, então, infelizmente, nesses bairros mais periféricos tem as pessoas que já tem envolvimento com os crimes desde cedo e que acabam cometendo esses crimes naquela mesma região onde tem um amigo ou inimigo ou disputa por ponto de droga e, normalmente, vai ser nessas regiões periféricas. Mas não é uma ciência exata, isso pode acontecer em qualquer lugar, qualquer lugar do mundo (Entrevistado C).*

É importante apontar que existem interações entre as vítimas e os autores de homicídios. Residem em regiões próximas ou no mesmo bairro, são conhecidos ou amigos, parentes, entre outros aspectos. Rattón, Galvão, Andrade e Pavão (2011, p. 84) mostram que o padrão de interação entre vítimas e indiciados por crimes de homicídios, 50,8% eram conhecidos, 19,5% eram

amigos, 15,5% inimigos, 1,6% tinham relações amorosas, 0,8% envolvendo parentes e 11,7% eram desconhecidos, dos casos de homicídios analisados em Recife/PE, entre 2002 e 2007.

### 3. *Regiões que concentram maiores taxas de homicídios*

As taxas altas de homicídios em favelas e bairros pobres e carentes são elucidadas pelo baixo nível/grau de eficácia coletiva nesses locais, criando um conjunto de incentivos ao crime. As pesquisas apontam/destacam outros fatores relacionados à injustiça social: pobreza, desvantagens econômicas, escassez de serviços de segurança pública e o desrespeito aos de direitos civis seriam fatores/elementos correlatos que respondem pelos elevados índices de homicídio em favelas e bairros das periferias urbanas (PERES et al., 2008). Podemos dizer que as pesquisas baseadas nos estudos ecológicos em escala mais extensa procuraram esclarecer os processos de interiorização e disseminação dos homicídios na última década em nosso país. Tais investigações apontam que novos polos de desenvolvimento atraem a criminalidade (WAISELFISZ, 2012; 2014).

Conforme os dados disponibilizados pela DHPP, o número de homicídios é maior em bairros periféricos. Em 2015, com maior percentual, 9,96 dos homicídios foram no bairro Pedra Noventa – bairro considerado periférico da capital de Mato Grosso.

*Há uma certa migração em Cuiabá nos bairros Pedra 90, Jardim Vitória, Dr. Fábio, Novo Paraíso, e em Várzea Grande, na Grande Cristo Rei e São Mateus, mas esses crimes migram, há meses em que incidem em um bairro ou em outro. (Entrevistado C).*

*Em Cuiabá, Pedra 90, Morada da Serra, Jardim Vitória, Novo Paraíso, Tijucal, Nova esperança, Distrito Industriário, e em Várzea Grande, São Mateus, Mappin, Cristo Rei, Jardim Maringá, Novo Mato Grosso, Jardim Glória e Jardim Marajorara I e II. Sobre esses bairros, há de se esclarecer algumas particularidades; Pedra 90,*



*com um número de 15 homicídios, é contíguo a outros bairros que apresentam número de homicídios semelhantes como Jardim industrial e Nova Esperança. Se somarmos os bairros, o número aumenta muito, cerca de 30, o mesmo ocorre em Várzea Grande. Todos com a mesma característica, são periferias, a estrutura é precária e isso contribui (Entrevistado A).*

O número de homicídios é maior em bairros periféricos. Em 2015, com maior percentual, 9,96 dos homicídios aconteceram no bairro Pedra Noventa – bairro considerado periférico, um total de 23 ocorrências. No bairro Morada da Serra foram registrados 7 homicídios naquele ano e 6 no bairro Primeiro de Março, segundo dados da Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso.

Os bairros periféricos concentram as maiores ocorrências de homicídios em Cuiabá/MT, conforme Tabela 3, sendo eles Pedra Noventa e Morada da Serra.

Segundo o depoimento:

*Sim, é, é como eu disse nos bairros periféricos a probabilidade de acontecer um crime de homicídio é maior porque o crime de homicídio sempre tem alguma motivação anterior, seja por uma dívida de droga, uma ameaça ou algo assim. Então não quer dizer que aquela região é perigosa, quem é perigosa são as pessoas, então, infelizmente, nesses bairros mais periféricos tem as pessoas que já tem envolvimento com os crimes desde cedo e que acabam cometendo esses crimes naquela mesma região onde tem um amigo ou inimigo ou disputa por ponto de droga e, normalmente, vai ser nessas regiões periféricas. Mas não é uma ciência exata, isso pode acontecer em qualquer lugar, qualquer lugar do mundo (Entrevistado F).*

*Como a gente disse agora há pouco. As regiões periféricas nos bairros mais humildes são onde ocorrem os maiores números de homicídios. Falta, como eu disse, educação, falta saúde, falta segurança, falta, sobretudo,*

*uma presença maior do poder público em todas as esferas: municipal, estadual, federal. Consequentemente, a falta desses recursos estatais, acaba por gerar uma população uma comunidade mais carente, com menos condições financeiras, com menos condições educacionais e que não tem as mesmas qualidades – vamos dizer assim – das pessoas que possuem esse tipo de recurso. Então, acaba acontecendo os bolsões em determinadas regiões, em determinados bairros da região periférica da cidade a se você fizer um apanhado, a concentração de crime na região central é muito menor do que nas regiões mais afastadas (Entrevistado E).*

Cabe aqui destacar que os habitantes das favelas e periferias, além de serem vítimas dos conflitos territoriais, possuem também um vínculo cotidiano ligado à coabitação com atores criminosos. Em outras palavras, deve-se considerar a continuidade dos vínculos vicinais nas favelas e outros locais urbanos segregados. O risco vivido pelos habitantes desses locais de serem vítimas de homicídios está justamente na contiguidade geográfica cotidiana com grupos de criminosos violentos (SILVA, 2010; SILVA & LEITE, 2007).

#### **4. *Motivação dos crimes de homicídios***

As apurações dos dados da DHPP do ano de 2015 sobre as motivações do crime de homicídio indicam que o maior número se refere ao envolvimento com drogas ilícitas ou lícitas – o uso, a venda, ou, como mencionado, a disputa entre traficantes pelo território da venda, entre outros aspectos.

Os entrevistados apontam como fator que impulsiona a tomada de decisão dos atores do crime de homicídio doloso geralmente as drogas.

*O tráfico de drogas (Entrevistado A).*

*Então, eu acredito que essa motivação vem de dentro da cadeia. É óbvio que um caso isolado ou outro é por uma disputa de um ponto de tráfico, ou até mesmo pelo não recebimento pela venda da droga. Eu acredito também*

*naquela motivação individual daquele, vamos dizer, pequeno traficante ou aquele que acabou de ingressar no mundo criminoso e quer mostrar poder, acaba cometendo homicídios aí, motivados por esses fatores (Entrevistado D).*

*Sim, não é um fator, né, são vários fatores. Cada caso é um caso. Então, o que pode motivar o autor do crime à cometer esses crimes é, normalmente, ou uma dívida de droga, ou é uma ameaça, ou é um corno traído, então, tem essas linhas de raciocínios sempre .... sempre não, noventa por cento ligado as drogas (Entrevistado C).*

Os dados coletados nas entrevistas estão de acordo com a literatura especializada, segundo a qual as gangues, o consumo e o tráfico de drogas são indicados em diferentes perspectivas como potenciais determinantes de homicídios (WAISELFISZ, 2012, 2014; CERQUEIRA, 2014; DINIZ & LACERDA, 2010; CERQUEIR et al., 2005).

*Olha, eu acredito que a maior parte dessa motivação vem de dentro da cadeia, e pessoas que seguem determinadas facções; vamos dar o exemplo do comando vermelho que é de conhecimento de quase todos, de que realmente existe o comando vermelho aqui na nossa capital, e eu acredito que a motivação na maioria das vezes ela vem de dentro da cadeia e as decisões também, por essas pessoas que integram esse grupo criminoso e a motivação sempre relacionada ao tráfico de drogas, se não é o tráfico de drogas é relacionado a armas que eles costumam alugar para roubos, para pratica do roubo, e se não é droga é correlacionado a arma, a roubo. E nesse comando eles não permitem que pessoas que tenha conduta voltada ao crime, não pratiquem fruto nem roubo, na região a onde moram porque se isso ocorrer, na maioria das vezes, eles são castigados, apanham bastante, e em alguns casos até chegam a perder a vida.*

*Então, eu acredito que essa motivação vem de dentro da cadeia. É óbvio que um caso isolado ou outro é por uma disputa aí de um ponto de tráfico, ou até mesmo pelo não recebimento pela venda da droga, eu acredito também naquela motivação aí individual daquele, vamos dizer, pequeno traficante ou aquele que acabou de ingressar no mundo criminoso e quer mostrar poder, acaba cometendo homicídios aí, motivados por esses fatores (Entrevistado B).*

Os dados da investigação apontam como causas principais dos homicídios (a) o envolvimento com drogas; (b) a desestruturação da família; (c) a ausência do poder público; (c) desemprego e (d) falta de qualificação profissional. As motivações são as (1) rixas; vingança/ acerto de contas, (2) drogas e (3) homofobia. Na análise empreendida por Rattton, Galvão, Andrade e Pavão (2011, p. 85), as principais motivações são: motivo imediato (25%), reação à ameaça de morte (20%), acerto de conta/boato (16,3%), justiça privada (um terceiro presencia o crime e mata o criminoso) (7,5%), rixa (conflito anterior entre acusado e vítima leva à morte) (7,5%), tráfico (conflitos entre usuário-traficante e traficante-traficante) (6,3%), incidental (engano, bala perdida) (5,0%), crime passional (3,8%), transação criminal (3,8%), relações de negócio (1,2%), latrocínio (1,2%) e relações domésticas/familiares (1,2%).

### Considerações finais

O artigo apresentou resultados de uma investigação sobre a dinâmica dos homicídios dolosos em Cuiabá/MT, no período de 2011 a 2015, tendo como material empírico dados e documentos dos Órgãos de Segurança Pública (Secretaria Estadual de Segurança Pública, Delegacias, etc.) e as informações coletadas por meio de entrevistas com profissionais da área de segurança pública.

Buscamos identificar as regiões de maior concentração de homicídios dolos em Cuiabá/MT, identificar as causas dos homicídios, apresentar um perfil dos autores e das vítimas de homicídios.

Constatamos que a violência é vista realmente como um problema multidimensional, o qual tem raízes nos processos sociais mais amplos, decorrentes da ausência do poder público na promoção de serviços de saúde, educação, emprego, renda, infraestrutura e de segurança.

Sobre as causas e fatores que motivam os homicídios, constatamos que há uma percepção generalizada que se fundamenta no aspecto socioeconômico: envolvimento com drogas, rixas, acerto de contas, álcool, a grande circulação de armas de fogo, desestruturação familiar, desemprego e situações de vulnerabilidades às quais estão expostas as vítimas e os autores. Os bairros periféricos de Cuiabá/MT concentram as maiores taxas de homicídio.

Acerca do perfil dos autores e das vítimas, podemos destacar que são, na maioria das vezes, pertencem aos estratos sociais menos abastados, sendo jovens, negros e/ou pardos, do sexo masculino, com idade de 16 a 25 anos, com baixo nível de escolaridade, desempregados, com envolvimento com tráfico de drogas.

Um dado relevante é que, segundo os os profissionais da área de segurança pública, os territórios de maior ocorrência de homicídios está estreitamente ligado ao avanço do tráfico de drogas e à ausência da estrutura do Estado nas periferias, regiões carentes de desenvolvimento econômico e social, bem como de políticas públicas de inclusão social.

São diversas as categorias necessárias para proporcionar melhor condição de vida, a partir do poder pública; creches, escolas, auxílio para famílias carentes, programas de bairro para oferecer serviços e informações sobre saúde, esgoto, aparato policial nos bairros mais violentos – de forma que o cidadão se sinta protegido, não acuado –, entre outros. Afim de que se possam trabalhar de forma conjunta para combater este tipo de crime, que tem ceifado muitas vidas ao qual em sua maioria não se encontra o autor.

## Referências

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 84-135.

ADORNO, Sérgio E SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, 21, 2007, 61:7-29.

ANDRADE, Luciana T. de; DINIZ, Alexandre Magno Alves. A reorganização espacial dos homicídios no Brasil e a tese da interiorização. **Revista Brasileira Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, 2013, Sup., p. S171-S191.

BRASIL. **Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e desigualdade racial 2014**. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília. 2015.

BEATO, Claudio e MARINHO, Frederico Couto. 2007. Padrões regionais de homicídio no Brasil. In: **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

BOSELLI, Giane. **O homicídio nos municípios brasileiros: um retrato da geografia do crime e sua relação com os indicadores sociais**. Estudo realizado para a CNM. 2008.

<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Estudo%20Homic%C3%ADdios%20nos%20Munic%C3%ADpios%20Brasileiros.pdf>.

BUENO, S.; CERQUEIRA, D. R. C.; E LIMA, R. S. Sob fogo cruzado II: letalidade da ação policial, in **7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, editado pelo Fórum brasileiro de Segurança Pública, 2013.

CALDEIRA, Teresa P. Direitos Humanos ou privilégios de bandidos? Desventuras da democratização brasileira. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, 30, 1991.

CERQUEIRA, D e COELHO, D. **Democracia Racial e Homicídios de Jovens Negros na Cidade Partida**. TD 2267 - IPEA, Brasília, Janeiro de 2017.

CERQUEIRA, D., COELHO, D. MORAIS, D., MATOS, M., PINTO JÚNIOR, J. e MEDEIROS, M. A singular dinâmica territorial dos homicídios no Brasil nos anos 2000. In **Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; editores: Rogério Boueri, Marco Aurélio Costa. - Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro\\_brasil\\_desenvolvimento2013\\_vol03.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_brasil_desenvolvimento2013_vol03.pdf)

CERQUEIRA, D. R. C. e COELHO, D. S. C. **Redução da Idade de Imputabilidade Penal, Educação e Criminalidade**. Rio de Janeiro: Ipea, Nota Técnica Nº 15, 2015.

CERQUEIRA, D. R. C. **Causas e consequências do crime no Brasil**. ed. Rio de Janeiro - RJ - BRAZIL: BNDES, v. 1. , 2014, 196p.

CERQUEIRA, D. R. C. Mapa dos Homicídios Ocultos no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, set. 2011. **Texto para Discussão**, n. 1848, 2013.

CERQUEIRA, D. R. C. Mortes violentas não esclarecidas e impunidade no Rio de Janeiro. **Economia Aplicada (Impresso)**, v. 16, 2012, p. 201-235.

DIAGNÓSTICO DOS HOMICÍDIOS NO BRASIL: SUBSÍDIOS PARA O PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DE HOMICÍDIOS. 2015. Cíntia Liara Engel ... [et al.]. -- Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública.

DINIZ, A. & LACERDA, E. Análise exploratória dos homicídios entre jovens de 15 a 24 anos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e seu Colar, entre 1999 e 2006. **Revista Biologia e Ciências da Terra**. V. 10, número 1, 1º semestre de 2010.

DURKHEIM, E. *Emile Durkheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1978.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA .2016. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo, ano 10, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2017. **Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. São Paulo, março de 2017.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, apr. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100005&lng=en&nrm=iso)>.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O homicídio das jovens na periferia de Salvador. **Revista LEVS** (Marília), Bahia, v. 9, p. 140-160, 2012.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro et al. Homicídios na região das Américas: magnitude, distribuição e tendências, 1999-2009. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 12, Dec. 2012.

GIL, A. C. 2007. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas.

HARTUNG, G. Ensaio em Demografia e Criminalidade. Tese apresentada na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

IPEA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2016**.

Brasília: IPEA, 2016.

IPEA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social: Segurança Pública**. Brasília: IPEA, 2010.

LIMA, Roberto Kant; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula de. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. **BIB**, Rio de Janeiro, 50, 2º sem. 2000.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. Sociabilidade Violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência urbana, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, aug. 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Diagnóstico dos homicídios no Brasil: subsídios para o Pacto Nacional de redução de homicídios**. Brasília, 2015.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MIETHE, Terance D.; REGOEZI, Wendy C. **Rethinking Homicide: exploring the structure and process underlying deadly situations**. Cambridge, Uited Kingdom, 2004.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. Homicídios, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no Município de São Paulo, Brasil. **Revista Pan-americana de Saúde Pública**, v. 23, n. 4, 2008, p. 268-76.

PERES, Maria Fernanda Tourinho. Queda dos homicídios no município de São Paulo: uma análise exploratória de possíveis condicionantes. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. São Paulo, v. 14, n. 4, p. 709-721, dez. 2011.

RATTON, José Luiz; GALVÃO, Clarissa e FERNANDEZ, Michelle. O Pacto pela Vida e a Redução de Homicídios em Pernambuco. **Artigo Estratégico**, Agosto, 2014.

Instituto Igarapé. Disponível em <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p2.pdf>

RATTON, José Luiz, GALVÃO, Clarissa, ANDRADE, Rayne e PAVÃO, Nara. Configurações de Homicídios em Recife: um estudo de caso. **Segurança, Justiça e Cidadania**. Ministério da Justiça. Ano 3, n. 6, 2011. (O Panorama dos Homicídios no Brasil. Ministério Nacional de Segurança Pública, SENASP/MJ, 2011).

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

SILVA, Luiz Antônio Machado da; LEITE, Márcia Pereira. Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 545- 591, dez. 2007.

SMITH, M. Dwayne. A New Era of Homicide Studies? Visions of a Research Agenda for the Next Decade. **Homicides Studies**, vol. 4, n. 1, 2000, pp. 3-17.

SOARES, Gláucio A. D. **Não Matarás: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

UNODC. **Global Study on Homicide 2013**. United Nations publication: Viena, 2013.

VELHO, Gilberto. Violência e Cidadania. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 23, n. 3, 1980, pp. 361-364.

VIEIRA, Edmar Augusto. **Violência: mortalidade por causas externas em Mato Grosso**. ET CAV/SP/SEPLAN nº 17/2016.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Flasco: Brasília, 2015.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil**. Flasco: Brasília, 2015.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Homicídios e juventude no Brasil: mapa da violência 2014**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, 2014.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: L. M. Scwarcz (ed.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 1998, pp. 245-318.

## **Analysis of the intentional homicides dynamics in Cuiabá/MT (2011-2015)**

### **ABSTRACT**



The article analyzes the results of a survey of felony homicide crimes in Cuiabá/MT in the period 2011 to 2015. The investigated dimensions were the identification of the profile of victims and perpetrators of homicide crimes, the neighborhoods where this type of homicide is most concentrated. crime, the motivations and factors that drive the decision-making of the perpetrators of the crime of willful homicide. The methodology used was qualitative research, using document analysis (surveys, bulletins) and interviews as data collection techniques. The results show that the authors and victims, most of the times, belonged to the less well-off social strata, being young, black and / or brown, male, aged 16 to 25 years, with low level of education, unemployed. As to the causes and factors that motivate homicides, we find that there is a generalized perception based on the socioeconomic aspect: drug involvement, brawls, reckoning, alcohol, large circulation of firearms, family disorganization, unemployment and situations of vulnerabilities to which victims and perpetrators are exposed. The peripheral districts of Cuiabá / MT concentrate the highest rates of homicide.

Keywords: Intentional Homicide, Violence, Public Security.



## Dinâmicas sociológicas e a função feminina em Tarás Bulba, de Nikolai Gógol: a composição histórico-literária de uma sociedade viril.

Marconi Severo<sup>1</sup>

### RESUMO

Tarás Bulba, de Nikolai Gógol, é um romance mundialmente consagrado por retratar a saga épica dos cossacos, isto em pleno o “selvagem século” XVI. Este artigo é fruto da análise sociológica e literária de dois pontos estruturais da narrativa: (1) a conversão do homem hobbesiano em seu estado de natureza para um estágio civilizado, com formação de múltiplas estruturas sociais e do próprio Estado moderno, e (2) da condição feminina, tanto no seu papel em relação à estrutura narrativa quanto à sua participação enquanto personagem. Tal análise do enredo demonstrou a profunda sensibilidade literária de Gógol, ao mesmo passo em que realçou complexas dinâmicas sociais e simbólicas, com destaque especial para a historicidade e universalidade da dominação masculina, tal como referiu-se Pierre Bourdieu. Ademais, conceitos bourdieusianos como *habitus*, campo e violência simbólica também são observáveis em Tarás Bulba, o que reflete seu potencial cognitivo.

Palavras-Chave: Dominação Masculina, Literatura, Sociedade, Tarás Bulba.

Recebido em 04/09/2018

Aceito para publicação em 03/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.19431>

Introdução: Nikolai Gógol, o homem e a obra

Em termos de literatura, é consensual entre leigos e doutos o fato de que as obras clássicas, mais do que frutos de uma conjuntura (época, gênero, sociedade), são também resultados da capacidade ímpar de determinados autores, verdadeiros gênios literários, em retratar e registrar as mais diversas manifestações humanas, as quais são endereçadas à própria Humanidade. O seu poder está além do erudito diletantismo pelo qual normalmente é subtendido,

---

<sup>1</sup> Mestrando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA; Graduado em Ciências Sociais – Ciência Política pela mesma universidade. E-mail: [marconisevero@hotmail.com](mailto:marconisevero@hotmail.com).

uma vez que as obras literárias podem ser um titânico fomentador político, histórico e sociocultural. É nesse sentido que se compreende o clássico literário, ou seja, como uma inexorável contribuição para o desenvolvimento das capacidades cognitivas do ser humano (somada, ainda, às suas capacidades anímicas, em um sentido existencialista), o que conseqüentemente é responsável por caracterizá-lo como um caso *par excellence* de epistemologia.

Não por acaso os clássicos possam ser utilizados como um potencial instrumento educacional nas instituições escolares (independente do nível de escolaridade). Inclusive, um clássico pode ser tão abrangente quanto o científico, pois, em alguns casos, seu poder de alcance/repercussão pode ser ainda maior, sobretudo por duas razões (1) não existe excessiva rigidez estrutural quanto aos critérios endógenos ao campo literário<sup>2</sup> e, (2) sua linguagem é relativamente mais universal do que a de outros campos (científico, jurídico, médico, etc.). Em outras palavras, se os mecanismos utilizados para a produção de uma obra literária são de difícil assimilação para o grande público – situação esta que funciona também como um limitador ao ingresso no campo literário, pois, do contrário, qualquer pessoa seria facilmente uma autora –, os frutos desta aguçada percepção, por sua vez, são relativamente mais fáceis de serem assimilados, pela universalidade da linguagem, do que alguns discursos técnico-científicos.

Tal concepção está na base da argumentação pedagógica desenvolvida por Zanetic (2006). Para este autor, as capacidades cognitivas despertadas através de um clássico literário tornam-lhe um excelente instrumento didático para ser utilizado tanto na educação infanto-juvenil quanto na de adultos (especialmente os níveis iniciais do Ensino Superior, tais como o bacharelado e a licenciatura). Citando Edgar A. Poe (1809-1849) como exemplo, Zanetic realça o potencial cultural e escolar que pode ser fomentado através da literatura, a qual é capaz de amalgamar “*os mais variados aspectos e conteúdos, ora enfatizando a presença da ciência na literatura, ora analisando possíveis previsões científicas praticadas por grandes escritores: os escritores com veia científica e os cientistas com veia literária*” (2006, p. 57). Além do caráter científico-literário, característico do final do século XIX, há também um universo ricamente contemplado pela áurea cultural, sociológica e política, as quais refletem contextos, épocas e formações culturais imemoriais.

Para a devida percepção e análise destes aspectos em Tarás Bulba, exige-

---

<sup>2</sup> O termo *campo* refere-se à contribuição conceitual do eminente sociólogo Pierre Bourdieu.

se do leitor uma acurada percepção crítica, uma vez que se trata de uma obra publicada no início do século XIX, retratando uma cultura distinta da latino-americana e em pleno século XVI. Desta forma, estudá-la somente é possível através de uma criteriosa tradução que leve em consideração a complexidade do legado gogoliano. Considerar a importância do papel desempenhado pelo tradutor, assim como da distinção contextual (duplamente complexa, pois está culturalmente e cronologicamente deslocada), significa comungar da opinião de Cavaliere<sup>3</sup> (2006, p.177), segundo a qual “*a tradução da prosa e da dramaturgia gogolianas deve perseguir, antes de tudo, a fidelidade ao ‘espírito’ e ao ‘clima’ do traduzido, ao ‘tom’ gogoliano original, tão característico e expressivo dentro da tradição literária russa*”, o que deveras é imprescindível à análise efetuada.

A relação estabelecida entre tradução/tradutores e mercado literário é chave para compreender o avanço da literatura russa no Brasil. É justamente nesse sentido que Sales (2013, p. 1), afirma que “*a tradução de autores russos no Brasil experimenta atualmente um grande crescimento, alimentado, inclusive, pelo aumento do número de tradutores especializados*”<sup>4</sup>. Esta “especialização” sugere, inclusive, uma maior participação do universo acadêmico neste contexto, o que pode ser observado sobretudo através de programas de pós-graduação; no entanto, deve-se ressaltar que a recepção de alguns autores como, por exemplo, Nikoli Gógol, é ainda incipiente no Brasil, fato este que responde pelo reduzido número de trabalhos na área, especialmente sobre Gógol.

Outro fator-chave diz respeito à dominação masculina e sua conseqüente violência simbólica sobre homens e mulheres, conforme constatou Bourdieu (2017). Este último aspecto, interpretado de acordo com a *função feminina na narrativa*, é extremamente relevante, pois é por seu intermédio que Gógol torna explícita algumas dinâmicas sociais do contexto em que se desenvolve a trama, assumindo inclusive um caráter muito próximo ao da literatura naturalista que viria a florescer no final do século XIX.

Tarás Bulba trata-se, para alguns, de um romance, para outros, de uma

---

<sup>3</sup> Para a autora, a tradução assume um papel indispensável à transmissão mais fidedigna possível com o “*comprometimento da arte*” e com o *autor traduzido*. Segundo Cavaliere, “*traduzir é, sem dúvida, a maneira mais atenta de ler, pois é ler com acuidade, é penetrar melhor na obra. Talvez seja até a melhor leitura que se pode fazer de um texto literário*” (2006, p. 177).

<sup>4</sup> Complementa ainda a autora que, “*se, num primeiro momento, predominavam obras traduzidas do francês e mais tarde também do inglês, agora situações desse tipo são raríssimas exceções, e a maioria dos novos títulos têm tradução direta*” (SALES, 2013, p. 1).

novela; no entanto a consensualidade é óbvia ao considerá-lo como um autêntico e inigualável clássico da literatura mundial, cujo enredo se passa nas álgidas estepes do que hoje se conhece por Ucrânia. Conforme a colocação de Sales (2013, p. 2), o escritor Nikolai Vasilievich Gógol (1809-1852) é “*ao lado de Aleksandr Púchkin (1799-1837), considerado o fundador da literatura russa moderna*”, opinião igualmente comungada neste texto. Ademais, esta distinção lhe é conferida não sem bons motivos, pois Gógol destacou-se ainda em vida pelo seu viés folclórico, social e cultural, demonstrando uma acurada percepção literária do seu contexto (o mesmo que lhe serviu de inspiração para um de seus mais bem acabados frutos, o conto *O capote*).

Em uma conjuntura de titãs, pode-se dizer que, assim como o legado de Mozart influenciou decisivamente a obra de Beethoven, também a obra de Gógol deve ser entendida como precursora de uma corrente literária que fora desenvolvida ao longo do século XIX. Dentre as personalidades destaques, em termos de herança literária, o nome a ser citado não poderia ser outro senão o de Fiódor Mikhailovitch Dostoiévski (1821-1881). Para o incomparável Dostoiévski, o legado de Gógol possui um valor incomensurável (o que, é claro, também se fez sentir nos demais autores de sua geração), tanto que chegou a afirmar que “*todos saímos de O Capote*”. Tal afirmação, presente neste contexto, por ser compreendida como “*uma alusão precisa aos desdobramentos da produção literária gogoliana nos rumos da prosa russa moderna*” (CAVALIERE, 2006, p. 171).

Ler Nikolai Gógol é empreender por um universo que é ao mesmo tempo peculiar, universal e atual. O seu legado é ilustrativo sobre a composição dos atuais Estados da Europa Oriental, assim como características da própria formação do povo eslavo. Todavia, deve-se ter em mente que “*as narrativas folclóricas de Gógol apresentam-se como testemunhas de uma época pré-capitalista e como contestadoras desta estrutura histórica*” (BITTENCOURT, 2017, p. 13), o que remete a uma leitura necessariamente isenta de algumas interpretações correntes, assim como de juízos de valor.

Feito o preâmbulo e as necessárias ressalvas, pode-se apresentar o texto. O mesmo divide-se em dois momentos, no qual a primeira parte analisa a conjuntura sociopolítica descrita na narrativa, focando nas dimensões sociológicas para, em seguida, abordar o vital e álgido contexto feminino da obra, o que permite, ao final, tecer algumas considerações finais. É interessante ressaltar ainda que, ao longo de toda a análise, há uma sugestiva sincronia analítica que pode ser efetuada entre Tarás Bulba e o legado de Bourdieu, fato

este que favorece sobremaneira a interpretação das capacidades cognitivas empreendidas ao longo do texto.

Dinâmicas sociológicas, sociedade e política em Tarás Bulba.

A análise desta dimensão da obra somente é possível através de um olhar epistemológico atento, tal como sugerido por Pierre Bourdieu em seu vasto legado. Já logo no início da trama, há não somente uma apresentação, mas o realce da importância decisiva que possuem as posições sociais dos personagens, fato este corriqueiro ao longo deste romance; inclusive, as posições sociais determinam grande parte da narrativa, uma vez que a mesma consiste na descrição do cenário belicoso da guerra por posições sociais e de mando. O comportamento de cada pessoa e/ou classe, seja ele condizente com suas reais posições ou potenciais pretensões, assim como o intuito de assimilar, assumir e demonstrar publicamente as suas novas posições e correlatas distinções, quando é o caso de ascensão social, torna-se deveras evidente quando o narrador descreve um ambiente estruturalmente organizado com base em posições de comando, no qual assenta-se o “anárquico” exército cossaco.

Com base nesta conjuntura social, Gógol torna explícito o ônus acarretado pela posse de determinadas posições e distinções sociais e/ou militares, o que é demonstrado por meio da autoridade pessoal baseada no poder conferido pelo posto, o que remete às concepções de que o poder, neste caso, não é intrínseco à *persona*, mas pertence à posição que a mesma ocupa, conforme observou Weber (2003). O mesmo também fora relatado por Bourdieu e Passeron (2013) que, no seu clássico estudo sociológico das instituições escolares, afirmaram explicitamente a existência do caráter arbitrário da autoridade (sendo esta a razão que motivou, para o caso específico da educação escolar, a criação do conceito de Autoridade Pedagógica – AuP).

Em outras palavras, Gógol utiliza com maestria os postos de coronel e *kochevói* (comandante-em-chefe) para, por meio deles, explicitar toda a organização de comando, distinções e posições sociais inerentes à posse de tais postos (utilizando-se, inclusive, de preceitos como honra e religião para ilustrar tal processo). Em suma, é visível a prática de assimilação do contexto social pelo indivíduo, assim como sua individuação em relação ao social, o que caracteriza o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu. Em termos de posições sociais, Gógol, por meio de sua sensibilidade literária, soube retraduzir o poder de dominação *versus* autoridade contida em determinadas estruturas historicamente constituídas, pois sua trama aborda tal construção sociológica

baseada na *autoridade de mando*, ou seja, um reflexo personalista do posto ocupado.

Mais do que isto, a dimensão da percepção literária gogoliana é decisiva ao reconhecer o caráter universal e fundamental que certas instituições desempenham, desde tenra idade, na sociedade; e esta observação deve ser duplamente avaliada, pois Gógol escreve no início do século XIX, porém retratando um contexto social ainda mais distante historicamente, que é o século XVI. O reconhecimento da autoridade como legítima e legitimadora é relatado ao leitor de tal forma que, sem prejuízos, pode-se traçar um paralelo com os achados de Bourdieu e Passeron (2013), os quais baseiam-se no caráter arbitrário presente nas instituições escolares. Gógol, bem sabendo do poder de inculcação e de formação dos cidadãos por meio de algumas instituições, serve-se da analogia ao ambiente escolar para retratar o contexto belicoso *in natura* do período e a necessidade de respeito às autoridades:

*Um aluno que machuca outro sem querer, e recebe deste último uma reguada na face por causa disso, fica ardendo como fogo e salta enfurecido da carteira para perseguir o seu colega assustado, pronto para fazê-lo em pedaços; mas de repente ele esbarra no professor que entrava na classe: num instante o ímpeto de fúria se abrandando e a raiva impotente diminui. (GÓGOL, 2011, p. 131)*

O narrador expressa muito mais do que a autoridade legítima, conferida ao professor por meio da posição que o mesmo ocupa (assim como do seu papel legitimamente conferido para a transmissão e inculcação do arbitrário cultural dominante); este intuito também pode ser interpretado como uma forma de retratar a incipiente construção do Estado moderno, tal como o conhecemos hoje, ou seja, via Contrato Social. Tal concepção é perceptível quando o “ímpeto de fúria” do homem hobbesiano “se abrandando”, por medo de represálias (poder de coerção do Estado, representado pela autoridade conferida ao professor), tornando-se uma condição *sine qua non* para o convívio em sociedade (ordem social mínima à convivência gregária humana).

A forma como Gógol descreve este cenário torna ainda mais evidente o processo da *necessária imposição* de autoridade por meio de instituições socialmente legítimas e legitimadoras (escola, Estado, Igreja, leis) para, somente assim, tornar possível a convivência humana. Como é perceptível, Tarás Bulba trata-se de uma obra de viés histórico, cujo foco consiste na epopeia dos cossacos e do próprio povo eslavo, no que diz respeito à formação de seus Estados soberanos em pleno o “selvagem século XVI”, momento histórico no

qual também fora publicado *O príncipe*, de Maquiavel<sup>55</sup>. Este período em tela (leia-se recorte histórico) retrata, nas palavras Bittencourt (2017, p. 2), “*um conflito militar com a participação dos cossacos, num texto que pode ser visto como uma novela épica*”, semelhante à Odisseia e Iliada, de Homero.

O caráter histórico da narrativa, por si só, pode ser um interessante instrumento para fins de dominação política. Isto ocorre (1) por meio de fatos históricos relativamente verídicos (guerras, heróis, monumentos, etc.), ou (2) através de fatos historicamente constituídos e, às vezes, duvidosos (mitos, lendas, crenças). É importante ressaltar que se pode recorrer a ambos como instrumento legítimo e legitimador de posições arbitrárias, tanto politicamente quanto culturalmente (o que é o caso deste romance). Ter em mente o aspecto político dos “usos de Tarás Bulba” é algo inexoravelmente necessário à compreensão das razões que levaram o regime autoritário soviético, de acordo com Santos (2011), a utilizar-se desta obra, ou seja, o seu uso arbitrário serviu tanto para legitimar a dominação política sobre boa parte do povo eslavo quanto minimizar as dissonâncias entre alguns Estados eslavos subjugados ao poder de Moscou.

Esta conjuntura, como é de se supor, gerou um imbróglcio que levou à disputa entre Ucrânia e Rússia pela nacionalidade de Gógol, uma vez que, durante o período em que escrevera, a Ucrânia fazia parte do Império Russo. Inclusive, o reconhecimento do potencial histórico e sociopolítico contido em Tarás Bulba levou o autor, ainda em vida, a modificar a narrativa. Isto se deu graças à reedição da obra, uma vez que sua primeira edição data de 1835, a qual contém um total de nove capítulos, cujo viés é pró-Ucrânia; no entanto, fora reeditada pelo próprio autor em 1842 e acrescida de mais três capítulos, desta vez, com viés pró-Rússia, conforme relatado por Santos (2011).

Este é o ponto crucial que levou Bittencourt a constatar que Gógol “*escreveu em russo e foi reconhecido pelo público e pela crítica da época como um escritor desta nacionalidade, embora atualmente os ucranianos disputem aos russos a pertença do escritor ao seu panteão nacional*” (2017, p. 1). Tal disputa, no entanto, deve ser compreendida antes pelo seu valor simbólico,

---

<sup>55</sup> Em vários pontos, a narrativa se assemelha a obra citada. Maquiavel, no entanto, formula em *O príncipe*, uma narrativa semelhante a um guia prático para a conquista e manutenção do poder, seguido de indicações para a formação do Estado moderno italiano. É bem possível que o mesmo tenha servido de inspiração a Nikolai Gógol.



capaz de legitimar posições sociopolíticas e culturais, do que pelo objeto em si, neste caso, o autor. A atenção de Gógol para com a riqueza de detalhes presentes na descrição do contexto geográfico e humano, assemelhando-se de uma pesquisa antropológica, fez desta obra um parâmetro em termos de compreensão da organização humana, mesmo em sua versão mais arcaica e belicosa, porém nem por isso despolitizada (o homem do século XVI).

As atividades sociais descritas ao longo do enredo, sendo que quase todo ele se passa em um cenário de guerras (a quais são vistas como atividades lúdicas, *porém letais* ou mesmo como um ato de iniciação do *menino* na vida adulta e *viril*), representam uma fase histórica relativamente primitiva da Humanidade. Este caráter possibilita uma analogia, pelo menos em parte, à concepção contratualista de Thomas Hobbes (2014), na qual o caráter belicoso endógeno à natureza humana deve ser controlado, o que ocorreria através de um contrato social em que os homens delegariam parte de sua autonomia ao soberano, compondo assim a fundamentação teórica que serviu de base para o absolutismo dos séculos XVII e XVIII.

Esta descrição possui ecos em Tarás Bulba, porém de modo distinto, pois ao contrário de Hobbes (2014), não há uma defesa pelo absolutismo político. Em contrapartida, existe uma incondicional crença dos cossacos (1) no seu *kochevói* e (2) no papel exercido pela religião, a qual, com base na fé e obediência à Igreja Ortodoxa Russa, compõe a irrevogável amálgama da *honra cossaca*, ou, em outras palavras, o *habitus* ao qual se referiu Bourdieu. Ademais, este contexto remete ao poder decisivo que algumas instituições, tais como a Igreja e a Escola, exercem sobre o contexto social.

É através do comprometimento cossaco com a fé, fomentado pela educação primária (familiar) e pela educação secundária (escolar), que pode-se compreender o papel decisivo que tais instituições desempenham para com a consolidação dos Estados eslavos modernos. Eis a base legítima e legitimadora da lealdade recíproca do exército cossaco, ou seja, *autoridade de mando* legitimada pelo suporte institucional de estruturas historicamente constituídas (BOURDIEU, 2002, 2007). Fato este que pode ser facilmente percebido no exato momento em que o *kochevoi* (líder do exército cossaco) mantém um diligente diálogo com seu exército:

- *Permitam-me, senhores, dizer mais uma coisa!*
- *Basta! – gritaram os zaparogos. – É melhor não dizer*

*mais nada.*

– *Então, que assim seja! Sou um servo da vontade de vocês. É sabido por todos, e sabe-se pelas Escrituras, que a voz do povo é a voz de Deus. É impossível imaginar algo mais inteligente do que aquilo que é imaginado por todo o povo (GÓGOL, 2011, p.51)*

A autoridade e legitimidade de decisões políticas só podem ser conferidas de duas formas; e ambas são trabalhadas por Gógol neste romance. A primeira diz respeito à existência de um contrato social (uma constituição) e regras formais e legais explícitas (leis) e a segunda, por sua vez, refere-se às construções socialmente reconhecidas como legítimas, sejam elas veladas ou explícitas (convenções sociais) como é o caso da maioria das sociedades modernas. Todavia, é importante ressaltar que a existência de um destes aspectos não necessariamente suprime a existência do outro; aliás, a tendência é de que ambos reafirmem-se reciprocamente. Cabe ao Estado, enquanto principal instituição política, a legitimação das ações políticas; no entanto, com a inexistência ou o não-reconhecimento deste, instituições como a família, a Igreja, os laços familiares e a própria organização comunal, como é o caso do exército cossaco, tendem a substituí-lo ou complementá-lo.

Esta é esta uma das maiores contribuições de Tarás Bulba, ou seja, a narrativa coloca em evidência o papel desempenhado pelas convenções sociais ao mesmo tempo em que sugere a necessidade de legitimá-las institucionalmente. Fato este que está na gênese de diversas manifestações sociopolíticas atuais, no sentido de legitimar, garantir e proteger via *manto legal*, manifestações de caráter cultural e social. É com relação a este contexto sociopolítico que se pode compreender a posição do coronel Bulba. O mesmo é um representante *par excellence* de uma posição socialmente privilegiada em relação ao exército zaparogo, fato este duplamente reforçado, seja (1) pelo caráter militar da organização hierárquica de mando, seja (2) pela associação entre posição privilegiada socialmente e economicamente com uma posição política de destaque, a qual acarreta, neste caso, no ônus da constante reafirmação de uma virilidade típica de um “homem bravo”.

Em síntese, estes dois pontos referem-se ao necessário acúmulo de capital simbólico como algo inerente ao posto de destaque ocupado por Tarás Bulba. Esta distinção simbólica somente é possível através da “*aquisição de uma reputação de competência, além de uma imagem de respeitabilidade e honorabilidade*”, as quais são “*facilmente convertíveis em posições políticas de*

*notável no plano local ou nacional*” (BOURDIEU, 2013, p. 272). Observa-se que há uma correlação de forças e de capitais (social, político, simbólico, econômico) que favorece círculos sociais com características peculiares (o *habitus* ao qual se referiu Bourdieu), fato este que realça as distinções sociais e a necessidade velada e/ou explícita de comportamentos condizentes com tais posições (o que ocorre através da assimilação de estruturas subjetivas da sociedade, o que fica patente nos ensinamentos de Bulba aos seus filhos).

A própria concepção do que hoje entende-se por forças armadas torna-se inválida para o contexto em tela, uma vez que o espírito de união cossaca é explicado muito mais por questões de honra e tradição religiosa do que pela hierarquia propriamente militar. Tanto é que paira sobre essa turba de soldados, com nítida constância, uma imagem de anarquia política. Este aparente caráter de desorganização, conforme se referiu Santos (2011), deve-se ao valor que a *liberdade*, enquanto um bem inalienável possui para aos cossacos, seja na organização interna do seu corpo militar, seja na percepção externa, quando ao contexto de um Estado livre (fato este que Gógol descreve através da luta dos cossacos contra a tirania das oligarquias opressoras, especialmente composta por poloneses). Este fator é elucidativo no sentido de que não há uma união de todo o povo eslavo (assim como não há uma união latino-americana), mas sim uma luta pela formação de Estados soberanos e autônomos, ainda que pertencentes à mesma cultura.

É neste ponto da narrativa que alguns personagens são trazidos à luz da ribalta, a fim de evidenciar a forte correlação entre as posições políticas de destaque a posição social dos seus ocupantes, caracterizando, inclusive, as distinções entre classes por meio de vestimentas, hábitos alimentares, gostos, etc., o que está em plena sintonia com os achados de Bourdieu (2013). Semelhante à estrutura de um conto, o ápice da narrativa encontra-se no crepúsculo, momento este em que Gógol efetua uma descrição satírica (tão característica ao autor) que, pela sua atualidade, torna-se ambígua, pois se aplica tanto ao contexto do século XVI quanto ao contexto no qual escreve, ou seja, em meados do século XIX.

*Em vão o rei e muitos cavaleiros, iluminados pela razão e a sensibilidade, demonstraram que o rigor daqueles castigos poderia atizar a vingança da nação cossaca. Mas o poder do rei e das opiniões sensatas não era nada perante o desregramento e a vontade insolente dos magnatas do Estado, que com sua insensatez, sua incompreensível falta de perspicácia, seu pueril amor-*

*próprio e seu orgulho fútil, haviam transformado o Parlamento numa caricatura do governo. (GÓGOL, 2011, p. 155)*

Esta ambiguidade pode ser interpretada como uma crítica às instituições e aos principais dirigentes políticos à época de Bulba sem, no entanto, minimizar a acidez satírica de tal comentário frente ao contexto do próprio autor. Considerando a concepção gogoliana pré-capitalista, conforme referido por Bittencourt (2017), compreende-se que o exército lutava contra uma opressão de uma classe dominante (poloneses) que era composta, sobretudo por nobres; uma nobreza hereditária. Porém, ainda que os mesmos fiquem a frente do Estado, na prática, seu poder tem se reduzido aos poucos, sendo o mesmo exercido pelos “magnatas do Estado”, o que pode ser interpretado como a burguesia em ascensão.

Quanto ao exército cossaco, ainda que vejam a guerra como um rito de passagem do menino à fase adulta, compreendendo-a como algo vital à própria existência enquanto cossacos, nem por isso o homem belicoso descrito por Gógol deixa de temer a constância desta insegurança, necessitando assim da segurança institucional de uma paz senão sagrada (Igreja), pelo menos legal (Igreja e Estado). Aliás, a própria filosofia existencialista dá seus primeiros sinais vitais neste contexto, o que é patente quando, através da reflexão de um valente cossaco, é posto em dúvida seu ímpeto guerreiro, denotando que mesmo entre os que veem a guerra “algo necessário, como o sangue nas veias”, também surge a necessidade de uma construção social livre, autônoma e pacífica (o Estado legal, livre e pacífico):

*Ou será que... Mas o futuro é desconhecido; ele fica diante do homem semelhante à névoa de outono que se levanta dos pântanos. Nele as aves voam loucamente, para cima e para baixo, rasando com as asas e sem que umas percebam as outras – a pomba não vê o gavião, o gavião não vê a pomba – e ninguém sabe a que distância está voando de sua perdição... (GÓGOL, 2011, p. 66)*

Com um cenário social como este, entremeado por batalhas e contrastes altamente violentos, como são descritas as relações entre os sexos? Afinal, mesmo nas sociedades mais arcaicas, pode-se encontrar aquilo que Bourdieu (2017) referiu-se como a divisão sexual do trabalho. O papel desempenhado pela mulher em Tarás Bulba possui uma função duplamente vital, uma vez que a mesma confere a narrativa um viés romântico (especialmente realçado pela juventude dos dois filhos de Tarás Bulba) e, por outro lado, fornecer o suporte

necessário para a descrição mais precisa possível daquele contexto (o que, sem considerar a função literária feminina, seria impossível).

A função feminina em Tarás Bulba e a universalidade da dominação masculina.

O papel desempenhado pelas mulheres é indispensável à narrativa de Tarás Bulba; tanto é que, se suprimido a função feminina no enredo, o romance perderia sua própria estrutura literária. Apesar de grande parte do romance se passar em campos de batalhas, recheados de toda sorte de comportamentos simiescos associados à virilidade e ao poder de mando, a narrativa só adquire seu caráter romântico quando o filho caçula do coronel Bulba apaixona-se pela filha do líder do exército inimigo. Este fator estrutural da narrativa é decisivo para o desfecho do enredo, uma vez que em um ambiente no qual os capitais mais valiosos são a honra e a virilidade, é preferível perder a própria vida por suicídio do que render-se ao exército inimigo, conforme prédica dos líderes cossacos (o que sugere o *tom* do romance).

Dessa forma, a função da presença feminina na narrativa tem como foco realçar as posições masculinas, em especial as fraquezas do “bom soldado”. É o que acontece quando o filho do *kochevói* apaixona-se, o que, conseqüentemente lhe confere um caráter de duplamente vilipendiado, uma vez que (1) assume um viés de covarde/traidor e, o que é pior, (2) deixa-se levar pelos impulsos e paixões de uma mulher. Esta relação atinge não apenas a relação sentimental entre duas pessoas, mas fere um vasto corolário de convenções sociais historicamente inculcadas e constituídas (*habitus* cossaco) as quais somente poderiam ser observáveis quando realçadas pelo auxílio feminino. O enredo de Tarás Bulba possui, em seu âmago, uma estrutura fortemente marcada pela constância masculina, o que realça a profunda percepção histórico-literária de Gógol<sup>6</sup>.

O poder de mando de Bulba é evidenciado de todas as formas, inclusive pela autoridade paternal, uma vez que em momento algum da narrativa os filhos de Bulba assumem um caráter totalmente independente e autônomo em relação ao seu pai; ambos encontram-se relegados à paternal tutela opressiva ou, então, ao comando de algum líder cossaco (reforçando a autoridade militar). Percebe-

---

<sup>6</sup> Segundo Santos (2011), a escrita deste romance somente foi possível após minuciosas pesquisas históricas, desenvolvidas pelo próprio Nikolai Gógol.

se que o papel exercido pelas mulheres está intrinsecamente relacionado com o dos jovens, o que sugere a percepção de um contexto débil, frágil, inseguro e que, por estas razões, necessitam da presença tutelar masculina, ou seja, um perfeito exemplo de violência simbólica (BOURDIEU, 2017). Esta é a razão pela qual o papel feminino está dividido em tão somente duas posições: maternal e amante/mãe e esposa – ambas submissas à dominação masculina.

Gógol utiliza-se da função feminina em três ocasiões distintas, sendo duas delas explícitas e uma velada. As duas primeiras formas estão presentes no início e na segunda metade da narrativa, respectivamente com a esposa de Bulba (mãe de seus filhos) e a “bela jovem” (esposa do seu filho caçula); a forma velada diz respeito às constantes associações que os cossacos fazem de quaisquer compartimentos frágeis como sendo femininos logo, desvalorizados simbolicamente. A dominação masculina é representada logo nas linhas iniciais do romance, quando narrador utiliza-se dos filhos de Bulba (recebidos por este ao chegarem do seminário após longo tempo sem ver a família) para descrever o contexto viril no qual será desenvolvida a narrativa.

Ao aproximarem-se de casa, Bulba recebe seu filho primogênito com uma brutal luta física, na qual, como é de se esperar, o jovem vê-se subjugado pelo pai. Terminado o corpo a corpo, o velho coronel abraça o filho e lhe elogia por valentia, mas o reprime por sua fraqueza (o bom seria se ele tivesse vencido seu próprio pai, pois demonstraria maior força física e virilidade). A pungente reprimenda, recheada de picardia, coube ao filho caçula, que sequer lutara (mesmo após provocações adversas do próprio pai). Tal fato pode ser interpretado pelas duas formas: (1) aos olhos dos cossacos, trata-se de uma predisposição à covardia por parte do jovem ou, sincronicamente, (2) de acordo com Bourdieu, trata-se de uma opcional não-assimilação daquele *habitus* selvagem, o que vai contra as disposições sociais esperadas deste, em especial, por seu pai.

Terminada esta peculiar recepção, todos retiram-se para o interior do lar paterno, onde ambos os jovens podem, enfim, saudar sua “velha mãe” – que os assistia calada frente à tão natural demonstração de virilidade cossaca. Esta parte da narrativa é isolada, pois o papel maternal não torna a aparecer. Tal mulher, mãe e esposa, assume um papel de submissão explícita e velada, sem voz ativa alguma, assumindo o papel de mera serviçal que subjugada aos preceitos da divisão sexual do trabalho, uma típica vítima (de um caso extremado) de violência simbólica da dominação masculina (BOURDIEU, 2017).

Para comemorar a chegada de seus filhos, Bulba promove uma anárquica comilança e bebedeira, na qual resta a “velha mãe e esposa” apenas assistir à algaravia dos zaparogos (no entanto, é importante ressaltar que o narrador sugere que o coronel cossaco ama sua esposa, ainda que de uma forma estranhamente peculiar ao leitor atual)<sup>7</sup>. Deve-se ressaltar também que em momento algum ela pôde conversar com seus filhos, desde a chegada destes, pois o pai assume papel exclusivo e dominante sobre o cenário a tal ponto que anuncia que, ao romper da aurora, levaria seus filhos para conhecerem a guerra, ou seja, os levaria para “tornarem-se homens”. Tal processo de *iniciação* é considerado como habitual entre os cossacos, porém vital e necessário tanto para os filhos de Bulba quanto para a própria honra do velho coronel, devido às posições sociais que estes ocupavam naquele contexto.

Passadas algumas horas de pranto escondido em relação ao anúncio, a esposa de Bulba tenta persuadi-lo em contrário a tal anúncio, no que é veementemente repudiada. Nem mesmo os jovens fazem oposição, uma vez que estão deveras persuadidos pelo ambiente; anseiam sem saber ao quê, agindo assim pela mesma razão eufórica dos demais homens (o contexto social formando o indivíduo). Quando todos dormiam à alta madrugada, divagando em ébrios devaneios, a “velha mulher” esgueirou-se até seus filhos, abraçando-os e beijando-os convulsivamente aos prantos, justamente por não ter tido tempo de sequer saudá-los e, o que é pior, sabia dos riscos que os esperavam em tal provação (função literária maternal, a qual é capaz de associar o jovem à mulher, e ambos à fragilidade e à insegurança).

Ao romper da aurora, Bulba ordena a partida. Tal como uma ópera de dois atos, este primeiro termina com uma “velha mulher” aos prantos, na soleira da porta de sua casa (sugestivo do local conferido à mulher naquela sociedade e contexto). Como pode ser observado, Gógol consegue extrair, no âmago da natureza humana, elementos literários que tornam a trama realista e envolvente, fornecendo vivos matizes à narrativa (aspectos que seriam mais tarde aprofundados por Dostoiévski). Os ecos desta primeira parte estendem-se por toda a narrativa como, por exemplo, quando o filho caçula, ao longo da viagem, recorda de sua mãe com um sentimento umbilical, ao passo que seu irmão mais

---

<sup>7</sup> Este é um dos exemplos que obriga ao leitor, mesmo o dileitante, a efetuar uma leitura desprovida de juízos de valor e de concepções atuais, pois Gógol utiliza-se de exemplos e expressões que, às vezes, soam ácidas ao leitor atual, com o fim único de tornar a narrativa o mais próximo possível da realidade na qual a trama de desenrola. Além dos usos “da função feminina”, outros que causa certa estranheza ao leitor desprevenido diz respeito ao preconceito étnico para com os judeus e alemães.

velho, portanto mais próximo de exaltar sua virilidade (rito de iniciação) e, com isso, conseguir reconhecimento de seus pares (principalmente de seu pai), já não sente falta da mãe – é independente da influência feminina, fruto de uma bem-sucedida assimilação do *habitus* cossaco.

As predisposições comportamentais tipicamente femininas são indícios, segundo a visão cossaca, de fragilidade, fraqueza, medo, insegurança, sentimentalismo, etc., em suma, o oposto dos viris padrões valorizados pelos zaporogos. Gógol consegue, ao utilizar-se de tais antagonismos, descrever com maestria a sociedade e as dimensões sociológicas e políticas do “selvagem século XVI” (ainda tão atual na sociedade contemporânea). A função feminina presente na narrativa serve, também, para fundamentar e explicar alguns matizes sendo que o principal dentre eles é a virilidade e sua constante necessidade de reafirmação, o que é, *a fortiori*, o melhor exemplo de vítimas da violência simbólica – razão que torna *Tarás Bulba*, de Gógol (2011), um eco recíproco de *A dominação masculina*, de Bourdieu (2017).

Segundo Bourdieu, a virilidade “*é uma noção eminentemente relacional, construída diante dos homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si*” (2017, p. 79). Para dar um toque de interpretação sociológica à trama, pode-se encontrar uma perfeita sintonia entre o que descreve Bourdieu e o contexto literário descrito por Gógol, mesmo que entre os autores tenha quase um sesquicentenário separando-os. Segundo Bourdieu

*Certas formas de “coragem”, as que são exigidas ou reconhecidas pelas forças armadas, ou pelas polícias (e, especialmente, pelas “corporações de elite”), e pelos bandos de delinquentes, ou também, mais banalmente, certos coletivos de trabalho [...] encontram seu princípio, paradoxalmente, no medo de perder a estima ou a consideração do grupo, de “quebrar a cara” diante dos “companheiros” e de se ver remedido à categoria, tipicamente feminina, dos “fracos”, dos “delicados”, dos “mulherzinhas”, dos “veados”. [...] (BOURDIEU, 2017, p. 78-79).*

Ainda que sem a presença direta de uma mulher, a própria condição feminina, ou melhor, a interpretação desta, exerce uma forte influência na narrativa, pois a mesma é utilizada como um interessante instrumento literário pelo qual Gógol torna o mais evidente possível aquele contexto social, o que confere, por sua vez, a forma velada da função feminina eminentemente



relacionada à violência simbólica da qual é vítima tanto as personagens femininas quanto os masculinos – evidenciando os ônus sociais de posições socialmente destacadas<sup>8</sup>.

É assim que Gógol elabora a estrutura propriamente romântica da narrativa, estilo Walter Scott e Alexandre Dumas. Isso se dá quando o narrador apresenta outro perfil feminino, tão jovial e belo quanto os filhos de Bulba, amalgamando beleza, ímpeto, aventura e juventude. A jovem possui a função literária de abalar toda a estrutura social e política inerente à “anárquica ordem cossaca”. Filha de um dos líderes do exército inimigo, assim como o jovem que se apaixona por ela é o filho caçula de Bulba, ambos compartilham de posições sociais privilegiadas. Residente em uma cidade sitiada pelos zaparogos, já esquelética pela ação da fome, a jovem consegue fugir da cidade, via passagem subterrânea que serve de velha e abandonada rota secreta entre as fundações da igreja o exterior dos muros da cidade (o que confere um aspecto romanesco semelhante aos romances de cavalaria), para roubar comida justamente entre os víveres do exército cossaco. Nisso, se depara com o filho Bulba que, *en passant* enamora-se dela. Eis a segunda função explícita do papel feminino, ou seja, fornecer o atrativo romântico por meio de uma jovem *mademoiselle*.

Se antes a mulher “velha, mãe e esposa” cumpre uma função propriamente de descrição social e política do contexto adulto, nesta parte da narrativa a personagem feminina é utilizada, por meio do realce de seus encantos joviais, como um recurso estilístico clássico, onde a própria jovialidade (comungada reciprocamente pelo filho de Bulba) exalta um típico sentimentalismo, característico da incipiente paixão juvenil (ainda que a tendência desta seja desfazer-se no mesmo futuro da mãe do rapaz). Gógol, bem sabendo que o homem belicoso em estado de natureza, afinal, também possui sentimentos e incertezas (na mesma proporção em que necessita de um contrato social que garanta um mínimo de paz e convivência), usufrui da seguinte narrativa que, pelo seu próprio caráter sentimental e apaixonado, é capaz de desencadear uma dissonância com o restante do contexto, o que é deveras essencial para tonificar esta parte do enredo:

*Ela soltou a mão, colocou o pão na bandeja e, como uma*

---

<sup>8</sup> Sob este aspecto da narrativa de Gógol, é interessante destacar a seguinte concepção de Bourdieu (2017, p. 98). Conforme o autor: “*de maneira mais geral, o acesso ao poder, seja ele qual for, coloca as mulheres em situação de double bind: se atuam como homens, elas se expõem a perder os atributos obrigatórios da ‘feminilidade’ e põem em questão o direito natural dos homens às posições de poder; se elas agem como mulheres, parecem incapazes e inadaptadas à situação*”.

*criança obediente, olhou bem nos olhos dele. Se uma palavra pudesse expressar aquilo... mas nem o cinzel, nem o pincel e nem a palavra de alto vigor são capazes de expressar aquilo que às vezes se vê no olhar de uma donzela, ou sequer aquele sentimento enternecido que envolve a pessoa que estiver mirando este olhar. (GÓGOL, 2011, p. 83)*

Com a honra pessoal desafiada e correndo o risco de ser desacreditada perante os seus pares, o velho coronel cossaco não vê alternativa senão combater ao próprio filho, uma vez que o mesmo desertara do exército cossaco para as fileiras inimigas. Esta é a razão de preferi-lo morto fisicamente (pois para si, o mesmo já assim está) do que vivo – fato que se concretiza por meio de um filicídio. Após o término da guerra, na qual perde a ambos os filhos, o papel inferior e submisso associado à figura feminina é novamente ressaltado pelo próprio coronel, sendo inclusive utilizado como uma possível justificativa para o que Bulba entende ser uma fraqueza no espírito de seu filho caçula. Este diálogo fornece uma chave interpretativa sobremaneira interessante à análise crítica, conforme pode ser observado:

*– Ora, e o que tem isso?*

*– Foi por ela que ele fez tudo isso. Quando um homem se apaixona, ele fica igual à sola molhada: pode-se dobrá-la como quiser.*

*Bulba ficou profundamente pensativo. Lembrou que é grande o poder de uma frágil mulher, que ele já arruinou muitos homens fortes e que a natureza de Andrii é vulnerável por esse lado; e então ele permaneceu ali pregado no mesmo lugar durante algum tempo. (GÓGOL, 2011, p. 94-95)*

O desfecho da narrativa elucida o potencial estrutural e estruturante de condutas simbolicamente valorizadas e historicamente constituídas como, por exemplo, a forma como Tarás Bulba reage frente à morte de seus filhos. O seu caçula padece como um infiel covarde, enquanto seu primogênito, ainda que no cadafalso, morre ostentando aquilo que lhe fora inculcado como sendo a corajosa honra de um verdadeiro cossaco. Bulba, por sua vez, após ser perseguido e capturado, não capitula e morre apegado à sua causa, exteriorizando o poder existente em torno de um *habitus* que, por sua vez, exerce um poder social total quando fomentado reciprocamente pelas estruturas objetivas e subjetivas tanto internas quanto externas. Em outras palavras, ser um cossaco autêntico é tanto mais fácil e legítimo quanto mais próximo se está do

meio e dos estereótipos simbolicamente valorizados pelo grupo. Novamente encontra-se uma perfeita sintonia entre os enredos de Gógol e Bourdieu:

*Por conseguinte, o que chamamos de “coragem” muitas vezes tem suas raízes em uma forma de covardia: para comprová-lo, basta lembrar todas as situações em que, para lograr os atos como matar, torturar ou violentar, a vontade de dominação, de exploração ou de opressão baseou-se no medo “viril” de ser excluído do mundo dos “homens” sem fraquezas, dos que são por vezes chamados de “duros” porque são duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros [...] (BOURDIEU, 2017, p. 78-79)*

A perda de seu filho caçula não lhe causa tanta comoção quanto ao de seu primogênito, uma vez que o velho coronel sente-se desafiado em sua educação patriarcal com relação ao primeiro (pois fora um desertor do exército liderado pelo próprio pai). Gógol utiliza de um exemplo crudelíssimo (filicídio) para ressaltar o quão importante são as convenções sociais e as estruturas simbólicas perante uma determinada construção historicamente valorizada. Ademais, a mestria com a qual fora elaborada a narrativa torna-se patentemente colossal quando observadas as dinâmicas sociológicas realçadas através de valores como, por exemplo, virilidade, valentia e coragem; o que, por sua vez, somente fora possível através da função feminina na narrativa – a qual põe em evidência o ônus da virilidade, as vítimas da dominação masculina (homens e mulheres) e, também, a própria universalidade histórica de tal dominação (ainda tão patentemente atual).

Não é sem boas razões que pode-se afirmar que a literatura é uma excelente ferramenta, pedagógica ou diletante, que pode ser utilizada para o desenvolvimento e fomento das capacidades cognitivas, tal como sugerido por Zanetic (2006). No caso de Tarás Bulba, merece destaque (1) a representação das dinâmicas sociológicas presentes em uma sociedade ainda em construção, na qual se fundam os Estados modernos, (2) a universalidade histórica da dominação masculina, sua consequente divisão sexual do trabalho e a violência simbólica, (3) o poder das convenções sociais e de instituições historicamente constituídas e, por fim, (4) o fomento à percepção crítico-literária, especialmente relacionada à sensibilidade crítica de Gógol – e o melhor é que todos estes aspectos podem ser contextualizados, multidisciplinarmente, mesmo na realidade latino-americana contemporânea.

Considerações finais

A obra gogoliana possui algumas características singulares, especialmente por duas razões distintas, porém intrinsecamente amalgamadas, quais sejam: (1) o caráter satírico que reflete, sobretudo, a profunda percepção literária sobre a organização do corpo social, o que pode ser observado em suas mais bem acabadas expressões do gênero, ou seja, *O capote* e *Almas Mortas* e, (2) pelo seu viés histórico-literário, no qual foca com criteriosa acuidade nas crenças e tradições orais, especialmente oriundas da Ucrânia, registrando-as em contos, narrativas, novelas, etc., no qual os seus melhores frutos são os contos *Noite de Natal* e *Viy*. *Tarás Bulba*, por sua vez, é uma obra que consegue condensar perfeitamente bem ambos os aspectos que, aliás, em momento algum do legado gogoliano podem ser dissociados um do outro sem acarretar em algum prejuízo à interpretação literária (seja ela diletante ou crítica).

Ao elaborar o caráter épico desta narrativa, o autor necessariamente empreendeu-se no estudo e compreensão da sociedade a qual pertencia e, mais além, da formação desta. Escrita no início do século XIX, porém retratando o século XVI que, nas palavras do narrador fica conhecido por “selvagem século”, Gógol utiliza-se de vários instrumentos sociais e políticos como forma de corporificar estruturalmente a narrativa, o que a aproxima, sob determinados aspectos, da literatura naturalista que floresceria no final do século XIX (especialmente na França). Ao descrever uma saga épica, na qual abarca a construção e legitimação histórica de estruturas sociais e políticas, Gógol abre lacunas para usos políticos de sua obra (como foi o caso do regime político soviético), porém, também fornece interessantes subsídios para à compreensão do seu potencial cognitivo e epistemológico.

É com relação a este ponto que se pode proficuamente empreender uma interpretação das dinâmicas sociológicas presentes ao longo da narrativa, sendo esta uma das principais razões que torna *Tarás Bulba* uma obra perfeitamente interpretável sob a ótica do legado bourdieusiano. Dentre os principais destaques presentes sob este ponto analítico merecem destaque os seguintes: as convenções sociais, as construções historicamente constituídas, as relações entre as posses de capitais, o contexto do corpo social influenciando o indivíduo através da assimilação por parte deste (*habitus*) e, não menos importante, o poder decisivo que algumas instituições possuem em relação à dominação legítima sob o corpo social, como é o caso dos reflexos da dominação masculina.

A presença de convenções sociais é constante ao longo da obra, o que permite à análise crítica (mas também diletante) perceber como se estruturam algumas dinâmicas individuais. Por exemplo, a forma como o indivíduo se comporta socialmente pode ser observável pela sua assimilação ou não-assimilação do *habitus*, o que fica evidente no início e no fim da trama através dos filhos de Bulba. Outro fator interessante é a sincronia literária entre a teoria dos capitais (distinções sociais) com a própria trama; fato evidente através do

coronel Tarás Bulba. O narrador utiliza-se de sua posição socialmente privilegiada para explicitar as correlações existentes entre as posses de capitais (cultural, escolar, financeiro, social) e como isto reflete positivamente no meio social em que ele está inserido. Esta é uma das razões que permite ao narrador apresentar os filhos de Bulba como *necessários herdeiros* de determinadas distinções que os colocam socialmente a frente de seus pares.

Estas mesmas distinções sociais acarretam alguns bônus e ônus aos seus portadores, seja diretamente ou indiretamente, conforme fica explícito na relação entre Bulba e seus filhos. O sucesso destes últimos é decisivo, indiretamente, para a legitimação simbólica da posição de destaque (coronel, posteriormente *kochevói*) de Bulba, sendo inadmissível que sua prole recuse a seguir os preceitos de iniciação cossaca (coragem, valentia e virilidade, que são simbolicamente estruturados e estruturantes das posições sociais valorizadas como legítimas). Neste quesito possui forte importância o papel desempenhado pelas instituições (Família, Escola, Igreja, Estado), conforme ressaltado na narrativa; inclusive, uma das primeiras intuições cuja referência é explícita diz respeito à escola. É ao voltarem de um seminário que os filhos de Bulba são apresentados ao leitor, para só então, serem recepcionados pelo seu pai.

Há um interessante comentário do narrador sobre este aspecto inicial da narrativa, o qual menciona que este saber advindo do seminário (capital escolar, medido em diplomas ou certificados), é algo que “jamais será utilizado” para coisa alguma. O que se interpreta disto é que trata-se de um mero rito de passagem obrigatório aos filhos de família economicamente abastadas. A verdadeira fonte de instrução dos jovens cossacos é, *par excellence*, o *habitus* familiar, o qual é fortemente influenciado por disposições simbólicas e pelo papel da fé, encarnado na crença e obediência à Igreja Ortodoxa Russa. Nesse sentido, percebesse que o papel desempenhado por tais instituições é decisivo, tanto mais em uma sociedade como aquela descrita no “selvagem século XVI”. Este aspecto histórico é tanto mais interessante ao considerar-se que trata-se do período em que formam-se os Estados modernos, tal como são politicamente reconhecidos atualmente.

Temas como povo, soberania e território – a tríade que compõe o Estado – são recorrentes na trama, sendo este o matiz de fundo da mesma (as guerras e batalhas, que pela constância, tonaram-se o *habitus* cossaco). Sobre este aspecto é possível efetuar uma clara analogia/referência a duas obras clássicas precedentes a Gógol, mas que, no entanto, estão muito próximas ao contexto da trama: *O príncipe*, de Maquiavel e *O leviatã*, de Thomas Hobbes. A conquista do poder e a formação de um Estado soberano é algo presente em ambas as obras; todavia a constância cabe ao homem hobbesiano que, em seu estado de natureza, é altamente belicoso.

Ainda que a narrativa não sugira a necessidade de um absolutismo político (conforme sugerido por Hobbes), deixa explícito a necessidade da

existência de um contrato social (constituição) que legitime a existência do Estado (embora a ausência deste possa ser substituída, conforme a narrativa, por convenções sociais e instituições político-religiosas consideradas como legítimas). Este fato é também reforçado pelas disposições sociológicas veladas, tais como as convenções sociais e a própria incerteza política, tão evidente na reflexão pré-existencialista efetuada por um determinado personagem (que serve como fundamento para instituições sólidas e pacíficas).

O estilo realista da trama somente fora possível devido ao uso que Gógol faz do papel feminino de algumas personagens. Em outras palavras, Gógol torna a trama extremamente envolvente ao abordar dinâmicas veladas e/ou explícitas que somente são visíveis através da participação feminina na narrativa. Esta, por sua vez, é indubitavelmente necessária à estrutura do enredo, tanto como estrutura literária quanto personagem em si. Em outras palavras, são através das disposições femininas que o Gógol torna visível as dinâmicas sociais baseadas na divisão sexual do trabalho, compondo a tonalidade “viril” de boa parte dos personagens e dos cenários, ao mesmo tempo em que denuncia tal dominação. Ademais, o caráter romântico da narrativa somente fora possível com a inserção de uma mulher que, não por acaso, é jovem e bela.

É ao utilizar o relativo papel social da mulher que Gógol deixa explícito a universalidade e a historicidade tanto da dominação masculina quanto da sua correlata violência simbólica, exatamente segundo Bourdieu (2017). A função feminina das personagens é composta de acordo com duas concepções socialmente reconhecidas naquele contexto, ou seja, a maternal e a conjugal. No entanto, é na sua forma velada que esta é mais perceptível, pois serve como evidente antagonismo às objetivações simbólicas reconhecidas como legítimas pelos cossacos (a virilidade, valentia e bravura viril, cujo antagonismo feminino é a fraqueza, fragilidade e preferência pela segurança do lar) – uma construção historicamente legítima e legitimadora (assim como universal) de uma sociedade predominantemente machista.

Tal recurso literário é responsável sobremaneira pelo caráter realístico (e atual) da trama. É através deste jogo de predisposições sociais que Gógol evidencia magistralmente bem como a violência simbólica da dominação masculina pode fazer suas vítimas, tanto entre os homens quanto entre as mulheres. Inclusive, a divisão sexual do trabalho é capaz de influenciar a tal ponto o corpo social e a assimilação deste pelo indivíduo que, valores como virilidade, coragem e honra são sinônimos de disposições indistintamente masculinas. Gógol aborda esta conjuntura para de tal forma que consegue compor o clímax do enredo por meio de um cruelíssimo exemplo, ou seja, o filicídio. Ademais, é ao ler esta obra que percebe-se o eco tanto da universalidade quanto da atualidade histórica da dominação masculina, exatamente como referiu-se Bourdieu (2017). Todavia, é no desfecho da obra que se pode observar uma das mais intensas demonstrações do característico (e atual) sarcasmo típico da obra gogoliana.

As capacidades cognitivas, especialmente em termos sociológicos, são facilmente perceptíveis quando se observa a população acotovelando-se em meio a uma praça pública, onde estão dispostos os poderes oficiais e, distintamente, as variadas posições sociais de classes e grupos. É entremeio a uma aclamada execução pública (do filho primogênito de Bulba) que o narrador descreve o insipiente comportamento sociopolítico dos cidadãos frente aos momentos historicamente decisivos de sua sociedade: “*algumas pessoas discutiam acaloradamente, outras até faziam apostas*”, mas, infelizmente, “*a maior parte é daqueles que olham para o mundo e seus acontecimentos cutucando o nariz com o dedo*” (GÓGOL, 2011, p. 153). Acaso esta ácida crítica não poderia ser facilmente contextualizada na sociedade atual, na qual permeiam cenas da mais grotesca indiferença? Eis uma das razões que tornam esta obra um clássico, assim como o autor um imortal.

#### Referências

BITTENCOURT, Rodrigo P. O Folclore Ucrainiano em duas narrativas de Gógol. **BABEL: Revista Eletrônica de Línguas e Literaturas Estrangeiras**, n. 11, jan./jul. de 2017. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/babel/article/view/3433/2355>. Acesso em: 14 nov. 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução de Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

\_\_\_\_\_. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 10º Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2º ed. 1 reimpr. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Tradução de Maria H. Kühner. 5º Ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

\_\_\_\_\_; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Tradução de Reynaldo Bairão. 6º Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CAVALIERE, Arlete. Traduzir Gógol: um problema da teoria e prática da tradução criativa. **Revista de Estudos Orientais**, nº 5, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/reo/article/view/90717/93428>. Acesso em: 14 nov. 2017.

GÓGOL, Nikolai. **Tarás Bulba**. Tradução de Nivaldo dos Santos. São Paulo: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_. **O capote e outras histórias**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Ed. 34, 2010. (Coleção Leste).

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução de Rosina D'Angina. 1º Ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Maurício S. Dias. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

SALES, Denise R. A comida na literatura de Gógol e a sua tradução para o português. **XIII Congresso Internacional da ABRALIC**, 08 a 12 de julho de 2013. Campina Grande, PB. Disponível em: [http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2013\\_1434330130.pdf](http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2013_1434330130.pdf). Acesso em: 14 nov. 2017.

SANTOS, Nivaldo. Introdução, tradução e posfácio de Tarás Bulba. *In.*: GÓGOL, Nikolai. **Tarás Bulba**. São Paulo: Editora 34, 2011.

WEBER, Max. **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2º Ed. São Paulo: Centauro, 2003.

ZANETIC, J. Física e literatura: construindo uma ponte entre as duas culturas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 13 (suplemento), p. 55-70, outubro 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v13s0/03.pdf>. Acesso em: 26 out. 2017.

### **Sociological dynamics and the role of women in Taras Bulba, of the Nikolai Gogol: the literary-historical composition of a virile society.**

#### ABSTRACT

Tarás Bulba, Nikolai Gogol is a novel worldwide consecrated by portraying the epic saga of the Cossacks, i.e. in the middle of the 16th century "wild" This article is the result of the sociological and literary analysis of two structural points of the narrative: (1) the conversion of the hobbesian man in his state of nature for an internship civilized, with formation of multiple social structures and the modern State, and (2) the feminine condition, both in its role in relation to the narrative structure regarding their participation as a character. Such an analysis of the plot demonstrated the profound literary sensitivity of Gogol, at the same step in which stressed complex social dynamics and symbolic, with special emphasis on the historicity and universality of masculine domination, as mentioned Pierre Bourdieu. In addition, bourdieusians concepts as *habitus*, field and symbolic violence are also listed in the Tarás Bulba, which reflects its



cognitive potential.

**Keywords:** Masculine Domination, Literature, Society, Tarás Bulba.



## História e memória de um parque na figuração da paisagem da cidade

Larissa Pinheiro<sup>1</sup>

Aline Trigueiro<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo conta a história do Parque Moscoso, uma área verde pública localizada no Centro da cidade de Vitória-ES, por meio de material iconográfico e outras fontes documentais. A história do parque, inaugurado em 1912, é um mote para se compreender o movimento maior que foi o projeto de urbanização ocorrido nesta cidade, centrado nos eixos embelezamento, racionalização e higienização, durante a primeira metade do século XX. Quanto aos resultados do estudo, merecem destaques as diferentes formas de uso da área verde em questão, dentre elas, atividades civis variadas e militares, que revelam o quanto a dinâmica da vida sociocultural na cidade de Vitória já teve o parque como epicentro de seus acontecimentos. A contribuição que almejamos produzir com o presente trabalho inclui um entendimento da paisagem urbana – assim como de suas transformações – mais próximo das experiências que marcam os seus usos sociais, tanto quanto das sensibilidades envolvidas.

Palavras-Chave: Paisagem, Urbanização, Áreas Verdes, Parque Moscoso.

Recebido em 27/04/2018

Aceito para publicação em 11/11/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.19360>

---

<sup>1</sup> Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). E-mail: [larissafma@gmail.com](mailto:larissafma@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia (PPGSA/UFRJ). Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: [aline\\_trigueiro@hotmail.com](mailto:aline_trigueiro@hotmail.com).

## Introdução

Figura 01 - Parque Moscoso (Vitória-ES), celebração dos 103 anos (25/5/2015)



Fonte: Aline Trigueiro (acervo pessoal)

Figura 02 - Parque Moscoso (Vitória-ES), celebração dos 103 anos (25/5/2015)



Fonte: Aline Trigueiro (acervo pessoal)

Utilizadas como frontispícios, as Figuras 01 e 02 que abrem este artigo nos remetem a um momento de celebração: os 103 anos da criação do Parque Moscoso, uma área verde pública de aproximadamente 24 mil m<sup>2</sup> localizada no Centro da cidade de Vitória-ES. Trata-se do mais antigo parque urbano da

cidade, tendo sido inaugurado em 1912, já sob os efeitos de uma agenda política comprometida com a reforma urbana.

Inicialmente, era uma área alagadiça de mangue, que por força das políticas de aterramento iniciadas ainda no século XIX e continuadas no XX, vai sendo transformada em um espaço verde para a recreação, tal como descrito na reportagem do jornal Diário da Manhã: “Desapareceu o reguinho. Onde outr’ora se via o extenso e famoso tremedal - Campinho, viveiro de moluscos e mosquitos, fóco de beri-beri, ostenta-se agora a risonha villa Moscoso, com bello parque caprichosamente ajardinado” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1911, p. 2). A fotografia abaixo apresenta a área em questão (Figura 03).

Figura 03 - Área alagada onde seria construído o Parque Moscoso, 1906



Fonte: IPHAN-ES

Construído em plena área central da capital, o Parque Moscoso é fruto dessas ações modernizadoras em curso na cidade de Vitória na passagem do século XIX para o XX. Tratou-se de um período de ampla alteração do desenho urbano encampado pelas administrações de três governadores da Primeira República: Moniz Freire (1892-96/1904-08), Jerônimo Monteiro (1908-12) e Florentino Avidos (1924-28), cujas propostas estavam pautadas na construção de uma cidade moderna a partir da consolidação de uma política baseada nos eixos embelezamento, racionalização e higienização<sup>3</sup>. Os investimentos públicos eram dirigidos em grande medida para a capital e o foco era a

---

<sup>3</sup> Pode-se dizer que as transformações mais radicais no desenho da cidade ocorreram a partir da gestão de Jerônimo Monteiro, que em menor escala poderia ser comparado a Francisco Pereira Passos (1902-06) no Rio de Janeiro, o responsável por uma grande reforma urbana que se tornou referência para todo o país (PINTO JUNIOR, 2012).

infraestrutura urbana, o que incluía aterramentos de mangues, drenagens, arruamentos e as obras do porto. Além disso, também ganharam relevo as reformas dos edifícios públicos, a construção de praças e parques (SOUZA e FREITAS, 2010).

É exatamente no bojo desse processo que um espaço de natureza idílica, refeita por meio de um paisagismo de inspiração bucólica e capaz de mobilizar novos ideais de uso para a cidade, foi planejado. Assim nasce o Parque Moscoso. Foi nomeado enquanto tal em homenagem a Henrique de Ataíde Lobo Moscoso, ex-presidente da província do Espírito Santo (entre os anos de 1888-1889). A sua ambiência era condizente com os passeios públicos que já habitavam outras metrópoles brasileiras<sup>4</sup>, tal como o Passeio Público do Rio de Janeiro, construído em 1783, o primeiro parque ajardinado do país (SANTUCCI, 2003).

Na obra *Cenas e paisagens do Espírito Santo*, da escritora carioca Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), que esteve em visita a cidade de Vitória no ano de 1912, encontramos referências importantes dessa modernização em curso.

*Há coisas que não se vêem nem se explicam — sentem-se. O ambiente de um lugar tem a sua voz que, embora intraduzível, nos assegura se nele se vive com esperança ou desespero. E tudo, neste torrãozinho pitoresco que é a velha cidade de Vitória, me fala do futuro, porque, todo ele é uma esperança que lateja, uma crisálide que rompe o tosco casulo abandonado para espanejar à luz as asas multicores. Basta olhar, de qualquer ponto em que se descortine uma área considerável, para se observar o seu esforço de transformação. Os mangues, a que aludi, começam a desaparecer sob as camadas do aterro. Na parte baixa da cidade, em uma planície conquistada a um antigo e extenso lodaçal, Vila Moscoso, vi o debuxo de duas avenidas e um parque já com o leito do seu lago pronto e já combinadas as suas futuras sombras pelo agrupamento das plantas, indicadas nos relvados nascentes. (...)*  
*Por minha parte confesso que tive intenso prazer surpreendendo no Estado do Espírito Santo, tão acoimado de*

---

<sup>4</sup> Sabe-se que o projeto paisagístico do Parque Moscoso é de autoria de Paulo da Motta Teixeira, tendo inspiração no estilo eclético e que a sua inauguração ocorreu exatamente no dia 19 de maio de 1912. Foram incluídos no jardim do Parque: fontes luminosas, repuxos, ruínas de templos greco-latinos, caminhos sinuosos e lagoas com ilhotas artificiais com sapos e pontes em concretos cujos parapeitos imitavam troncos de árvores. Também foram projetados coreto, orquidário e alamedas.

*pobre e de rotineiro, um tão grande movimento de progresso e de transformação, e que julgo cumprir um dever de patriotismo afirmando a convicção que nutro de que essas terras, dentro em pouco tempo, atrairão só por si capitais importantes que para elas irão espontaneamente, na certeza de ótimas recompensas. Já não é um Estado rotineiro; é um Estado progressista. (ALMEIDA, Júlia Lopes de, 1912, s/p. Fonte: Site Estação Capixaba – grifo nosso).*

As palavras da escritora – *um tão grande movimento de progresso e de transformação* – fazem-nos atentar para a experiência social desse processo, notadamente para a forma como vai sendo consolidado o ideário moderno no cotidiano da cidade de Vitória. Como se sabe, esse já era um movimento em curso no cenário urbano da capital da República - o Rio de Janeiro - em cuja dinâmica Julia Almeida se encontrava inserida. Não obstante, tal fato parecia surpreender a escritora quando identificado em lugares considerados provincianos: a *velha cidade de Vitória*, como ela mesma escreve. Para além disso, e o que parece mais marcante no trecho destacado, são seus sentidos implícitos: uma interpretação que secciona a vida local em dois momentos distintos, um *antes* e outro *depois* das reformas urbanas, imprimindo ao segundo momento uma maior importância e destaque.

Os efeitos simbólicos dessas alterações também estão acentuados no texto de Júlia Almeida. Via-se já em curso a tentativa de superação de um passado colonial, considerado atrasado, em prol de um novo ideal de cidade, salubre, retificada e moderna. Foi assim que, de área alagadiça à condição de espaço verde público, o Moscoso vai se tornando um lugar potencialmente capaz de promover experiências de troca e interação. A forma como era conhecido, “*o Eden, o Paraíso da Victoria!*” (*DIÁRIO DA MANHÃ, 1911a, p. 2*), ilustra bem como esse espaço foi sendo incorporado ao dia-a-dia da cidade<sup>5</sup>.

A história do Parque Moscoso que passamos a contar aqui é, portanto, um mote, ou melhor, o ponto de partida para uma reflexão sobre as formas de habitar a cidade, quer sejam estas promovidas pelas ações e intervenções governamentais (via projetos urbanísticos), quer sejam pelos usos cotidianos dos “*praticantes ordinários da cidade*”, no sentido tratado por Certeau (2014). O estudo apresentado foi feito a partir de pesquisas em acervos públicos na

---

<sup>5</sup> É fato que desde a sua construção o Parque Moscoso passou a servir como ponto de encontro dos capixabas que o utilizam para passear, paquerar, brincar, tornando-se um local de sociabilidade que atravessou e atravessa gerações. Na sua condição de Parque Urbano, não tem apenas função ecológica, mas também estética e de lazer.

busca por documentos e material iconográfico (imagens e fotografias) que retratassem a transformação da paisagem urbana do Centro da cidade de Vitória, tendo como foco o Parque. O objetivo era perceber as relações entre a vida da cidade e as áreas verdes públicas, em especial, aquelas constituídas por meio de projetos urbanísticos na primeira metade do século XX<sup>6</sup>.

Foram selecionadas mais de cento e cinquenta fotografias encontradas do Parque Moscoso e suas imediações, coletadas no Arquivo Público Estadual, na Biblioteca Estadual, no Instituto Jones dos Santos Neves, nas Coleções Especiais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), no Arquivo Histórico Municipal e também no *site* Estação Capixaba<sup>7</sup>, tendo como recorte histórico a primeira metade do século XX<sup>8</sup>. Também pesquisamos dados sobre o Parque Moscoso na revista *Vida Capixaba* (no período de 1920-49) e no jornal *Diário da Manhã* (no período de 1900-39).

A utilização das fotografias como fonte de pesquisa foi um recurso para se adentrar o ambiente dessa memória afetiva que remete às lembranças e experiências ligadas ao local, por meio delas buscamos chegar aos usos individuais e coletivos que foram se estabelecendo no espaço do parque ao longo do tempo. Durante a pesquisa, a cada material encontrado (documentos, fotografias, cartões postais, etc.), indagávamo-nos em que medida as áreas verdes públicas e seus espaços de lazer seriam capazes de nos contar acerca das dinâmicas de sociabilidade instauradas na cidade, algumas destas observações serão discutidas neste artigo.

Por fim, e em síntese, a escrita deste trabalho articula dois propósitos: 1) discutir a história da criação do parque Moscoso, entrecruzada com o contexto de reforma e modernização do espaço urbano da cidade de Vitória, na primeira metade do século XX; 2) apresentar as formas sociais de uso que marcam as experiências das pessoas em meio a esta área verde pública. Com essa abordagem, almejamos trazer à tona uma leitura da paisagem urbana que envolva a um só tempo as relações entre os projetos urbanísticos e a vida da/na cidade, ou seja, as diferentes formas de apropriação dos espaços públicos.

---

<sup>6</sup> O presente artigo é um desdobramento das análises e dos dados coletados durante o desenvolvimento do subprojeto de pesquisa (PIBIC/UFES) desenvolvido por Larissa Pinheiro entre agosto de 2015 e agosto de 2016, intitulado *Paisagem Urbana: a memória do Parque Moscoso*. O referido subprojeto foi orientado pela Profa. Aline Trigueiro (DCSO/UFES) e esteve vinculado ao projeto *Estudos da Paisagem: horizontes sensíveis e vivências culturais*, coordenado pela mesma docente.

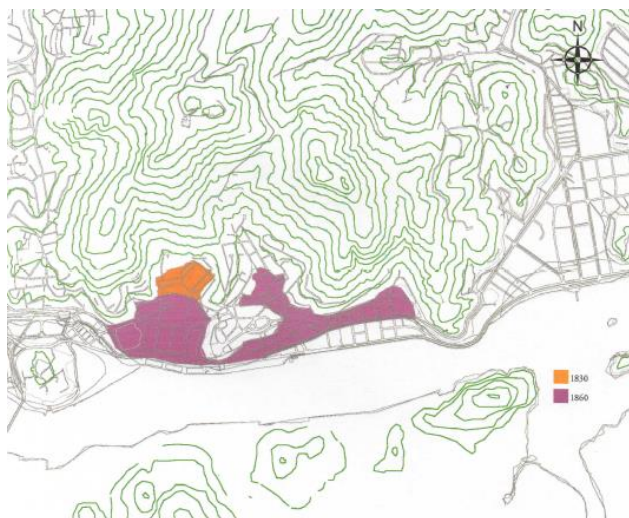
<sup>7</sup> <http://www.estacaoapixaba.com.br/>

<sup>8</sup> Aqui apresentamos apenas uma seleção de imagens dentre as que foram pesquisadas.

## A criação do Parque Moscoso

Para se entender o processo de criação do Parque Moscoso é preciso retomar alguns fatos ocorridos em épocas anteriores ao ano de 1912 (ano de sua inauguração), já que as primeiras intervenções nas proximidades do parque ocorreram ainda no século XIX. O destaque deve ser dado às obras de aterro e ao processo de expansão da primeira área de ocupação, a Cidade Alta<sup>9</sup>, como podemos identificar na Figura 04. As cores laranja e rosa no mapa representam as porções aterradas da cidade, cujas obras foram concluídas respectivamente em 1830 e 1860.

Figura 04 - Mapa dos aterros ocorridos na área central da cidade no século XIX



Fonte: Klug (2008)

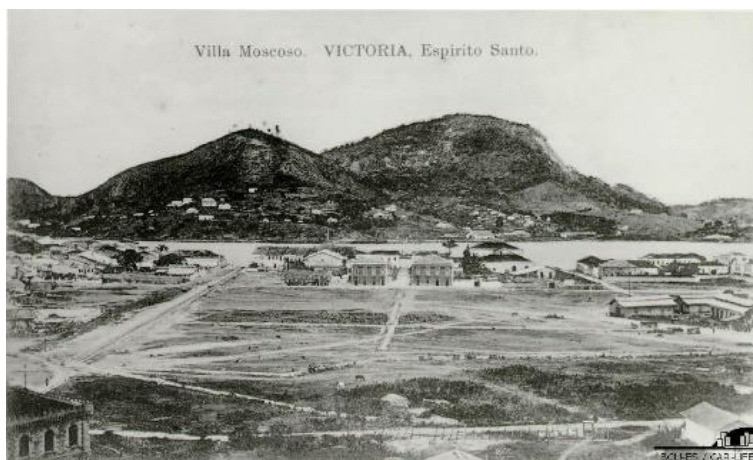
Antes de 1830, no governo de Francisco Alberto Rubim (1812-19), e muito antes da criação do parque, já havia sido realizado um aterro para ligar o Porto dos Padres à construção da Santa Casa de Misericórdia, passando pela lateral do Campinho e originando a Rua do Comércio. O local aterrado era uma área de mangue chamada Lapa do Mangal. Todavia, no que foi feita essa obra para facilitar o acesso ao hospital, acabou criando um alagadiço poluído e foco de doenças como béri-béri, febre amarela, malária, dentre outras. Tempos depois, como forma de contornar a situação, foi realizado mais um aterro na

<sup>9</sup> Klug (2009, p. 19) nos conta que o sítio físico da cidade de Vitória era limitado, encontrava-se entre “o mar, o morro e as áreas alagadiças [que] funcionavam como limites para o crescimento da cidade”. Por conta de sua topografia a expansão da cidade foi feita inicialmente em direção à parte alta da cidade, já que a parte baixa era recorrentemente alagada.



parte interna do Campinho, o qual foi iniciado em 1882 no governo do presidente da Província Dr. Henrique Ataíde Lobo Moscoso. Essa, posteriormente, viria a ser a área escolhida para a construção do Parque Moscoso (Figura 05).

Figura 05 - Villa Moscoso, 1910. Vê-se em destaque o Campinho, onde depois foi edificado o Parque Moscoso. Ao fundo, a Baía de Vitória e Paul em Vila Velha. Autor desconhecido



Fonte: BCU-ES/CAR-UFES

A fotografia acima mostra a área do Campinho no ano de 1910 já com algumas edificações, antes mesmo da construção do parque. O destaque ao fundo da fotografia é para a baía de Vitória, donde se vê o contorno costeiro e, do outro lado da margem, Vila Velha, em meio aos dois morros proeminentes. Já na Figura 06, abaixo, observa-se por outro ângulo a área do Campinho, desta vez uma paisagem da parte mais alta da cidade, onde encontramos uma substantiva urbanização. Também é possível observar a distinção topográfica entre a chamada Cidade Alta e a parte baixa da cidade.

Figura 06 - Área que viria a ser o Parque Moscoso, 1908. Rua General Osório, próximo ao atual Centro de Saúde. No alto, a Igreja do São Gonçalo (esquerda) e Palácio do Governo (centro). Autor Desconhecido



Fonte: BCU-ES/CAR-UFES

Com o passar das décadas e com os fluxos migratórios decorrentes da ascensão da economia do café, na virada do século XIX para o XX, e posteriormente com o início da industrialização, a cidade de Vitória – mais especificamente a região do Centro – vai sofrer profundas alterações. Nesse bojo, os projetos urbanísticos que se desenvolveram priorizaram o estabelecimento de importantes áreas verdes na região. O Parque Moscoso resulta desse ensejo, no qual os restos da “cidade provinciana” deveriam ser substituídos por um projeto de urbanização moderno. A sua construção se deu em um período de prosperidade econômica, lastreado pela cultura cafeeira, que durou até aproximadamente a década de 1950 (CAMPOS JUNIOR, 2002).

Tanto Moniz Freire (1892-96/1904-08), quanto Jerônimo Monteiro (1908-12) têm papel de destaque nas reformas urbanas encampadas em Vitória, sendo ambos representantes das forças políticas dominantes no Espírito Santo (PINTO JUNIOR, 2012). Com Moniz Freire ocorre uma política diferenciada de intervenções que vai transformar a paisagem de Vitória, tendo como sua ação mais significativa a criação da Comissão de Melhoramentos da Capital, encabeçada pelo engenheiro-sanitarista Francisco Saturnino de Brito que projetou o *Novo Arrabalde*. Tratava-se, este, de um projeto que culminou no aterramento de parte da cidade em direção às praias e mangues, no lado leste da ilha de Vitória, aumentando de cinco a seis vezes a área ocupada do espaço urbano<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Segundo Moreira e Perrone (2007, p. 85, apud CAMPOS Jr., citado in Diário Capixaba, p. 53): “Todas as intervenções realizadas pelo governo em Vitória, no período de Moniz Freire,

Em conformidade com essas ações, a própria construção do Parque Moscoso pode ser entendida como um emblema da modernidade em curso. Importa lembrar que os parques públicos são por definição símbolos marcantes da grande cidade, edificam por meio de seu desenho e usos sociais uma ruptura com a velha ordem tradicional. Como escrevem Macedo e Sakata (2003, p. 7), “o Parque Urbano é um produto da cidade da era industrial”, acentuando que a demanda por esses espaços de lazer e ócio ganha proeminência no século XIX, na Europa. Já no Brasil, o maior destaque se dá com o período republicano, conforme aprofundam os autores:

*O período republicano caracteriza-se, nos seus primórdios, por um processo de expressiva modelagem urbana, que, sob a égide da salubridade, transforma áreas inteiras de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Santos em espaços saudáveis, dotados de toda a infraestrutura necessária à vida moderna das elites. (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 25).*

Como se observa, os planejadores urbanos da cidade de Vitória partilhavam dos ideais modernizadores já em curso em outras cidades brasileiras, ao estruturarem um modelo de cidade para as elites. Para tanto, cabia adotar os mesmos padrões, incorporar e vivenciar os mesmos gostos, as mesmas práticas das metrópoles. Desta feita, o parque urbano no Brasil do século XIX e XX assumia uma função importante na consolidação deste projeto, qual seja, a de ser “*um grande cenário, um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades sociais da massa urbana (...).*” (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 24). Os autores afirmam ainda, que:

*O parque urbano brasileiro, ao contrário do seu congênere europeu, não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX.(...) O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites*

---

tiveram explícito caráter de classe. Suas ações não se isentaram de favorecer as frações do capital, detentoras de maior poder naquele momento. O planejamento e a construção do novo arrabalde associavam-se à estratégia de lucro da Companhia construtora (Torrens): expectativa da valorização dos terrenos de Vitória, então propriedade da Companhia.”

*emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses. (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 16).*

Desse modo, com a construção do Parque Moscoso a área central da cidade, antes um espaço considerado insalubre, foi transformada em local de moradia de ricos comerciantes do café e profissionais liberais bem-sucedidos (magistrados, médicos, advogados, etc.). Valorizada, a região se tornou um dos locais mais privilegiados da cidade, onde foram construídas várias residências no seu entorno. Eram verdadeiros palacetes ecléticos, sendo o parque considerado extensão de suas próprias casas, levando em consideração que não existiam muros ao redor do mesmo o que causava essa sensação de continuidade. Nota-se a bela dimensão do casario ao redor do parque, conforme a Figura 07.

Figura 07 - Parque Moscoso, recém-inaugurado, 1912. Ao fundo, a Escola Maria Ortiz e os fundos do Palácio do Governo. Autor desconhecido



Fonte: BCU-ES/CAR-UFES

Antes mesmo de terminadas as obras do aterro, os lotes do quarteirão delimitado para o projeto já haviam sido vendidos (KUSTER, 2003), demonstrando o quanto a construção do parque esteve, desde o seu início, guiada por uma estratificação espacial e social na cidade. Cabe lembrar que a Vila Rubim, denominada à época de Cidade de Palha, estava localizada na parte oeste do sítio físico da cidade, vizinha à Vila Moscoso, e tornou-se, por contraste, a

área que abrigava a população mais empobrecida da cidade, como é possível perceber na Figura 08. Uma das razões da urbanização realizada por Moniz Freire (1892-1896/1904-08) ter avançado para o leste em direção às praias, e não para o oeste, seria exatamente a existência da Vila Rubim e de sua população pobre. Caso a urbanização fosse deslocada para aquele lado da Vila representaria a inclusão desse segmento social nas ondas do progresso material, possibilitando que essa população usufruísse dos benefícios da urbanização, o que não era de interesse do governo nem das elites econômicas (FERREIRA, 2016).

Figura 08 - Vila Rubim, 1908. Rua Marcos de Azevedo, ao fundo o Mochuara.  
Autor desconhecido



Fonte: BCU-ES/CAR-UFES

Nesse contexto, merece destaque, ainda, o fato de que *“a proposta de remodelar, higienizar e embelezar a cidade de Vitória (...) sintonizava-se com a utopia do progresso e da modernidade, e com o presságio de mudança da economia do país, do setor agrícola para o industrial”* (LOPES, 2011, p. 37). O que estava em jogo era a constituição de uma nova ordem social e os espaços públicos urbanos, por meio dessas reformas, representavam não só o encaminhamento desse ideal, mas funcionam também como *“objetos sociais, carregados de valores próprios”* (CONTI, 2011, p. 5), se tornavam bens simbólicos capazes de expressar essa modernidade alcançada, basta lembrarmos dos escritos de Júlia Lopes de Almeida ao observar, deslumbrada, a transformação da paisagem da cidade de Vitória, episódio já destacado alhures.

Os pequenos palacetes e bangalôs construídos no entorno do Parque

Moscoso foram feitos por exigência do Código de Posturas, havendo a partir disso uma valorização do bairro com a transferência das construções de alto padrão, o que simbolizava o poder das elites locais, em especial, da aristocracia cafeeira. Segundo Muniz (2001), o bairro se tornou uma versão menor do chamado bairro-jardim. Tratou-se do primeiro bairro planejado da cidade. Ao contrário da região de seu entorno com construções de aspecto mais simples, coladas umas às outras ao longo de ruas estreitas, ao redor do Parque Moscoso as ruas eram largas, os terrenos eram espaçosos e as residências cercadas por jardins (KUSTER, 2003) (Figura 09).

Figura 09 – Entorno do Parque Moscoso, 1936. Rua José Anchieta, autor desconhecido



Fonte: FRM-ES/CAR-UFES

Dentro desse modelo urbanístico, inspirado no francês, foram construídos praças e jardins públicos nas pontas das grandes avenidas, com esculturas e monumentos, para transformá-los em lugares voltados às interações sociais e à *flânerie*<sup>11</sup> (LOPES, 2011). É dessa forma que o Parque Moscoso depois de inaugurado torna-se um ponto importante dos acontecimentos da

---

<sup>11</sup> A prática da caminhada - do flânar sem rumo pela cidade - ganhava relevo nesse contexto social. Cabe lembrar aqui da figura de Baudelaire e do *flâneur*, na Paris do século XIX. Lopes (2011, p. 33) desenvolve essa ideia: “as ruas e avenidas da metrópole moderna estimulavam o transitar prazeroso do *flâneur*, que desvelava e vivenciava nelas as mais imprevisíveis experiências sensoriais e perspectivas, concretas e imaginárias, objetivas e subjetivas, deixando-se envolver por cores, cheiros, sabores, toques, olhares, vozes, movimentos, luzes, sons, potencializando a memória e uma profusão de sensações”.

cidade. Segundo Lima Jr. (2005, p. 62), ele “*se tornou o cartão de visitas da cidade. As alamedas e os caminhos sinuosos eram os locais de passeio onde todos se deixavam fotografar pelos folclóricos ‘lambe-lambes’*”. Antes dele eram escassos os pontos de sociabilidade na cidade de Vitória (CANAL FILHO, 2012).

*Esse é o período do parque contemplativo, feito para a flânerie, para pessoas deslizarem suavemente em meio a um cenário delicadamente concebido, imaginando estarem a passear em uma Arcádia tropicalizada, na qual todos os arranjos espaciais foram idealizados e implementados de modo a criar uma paisagem alheia à realidade do entorno. (MACEDO e SAKATA, 2003, p. 21).*

Nas décadas seguintes à criação do Parque Moscoso as ações modernizadoras vão se intensificar por meio de novos aterros na cidade, dentre eles o que ocorreu em 1925 na “*área alagável nas proximidades do Forte São João*” (KLUG, 2009), que reforçou a opção urbanística pela expansão da malha urbana na direção leste e permitiu a ocupação da área existente entre o Maciço Central e a baía (IBIDEM). Além disso, foram privilegiadas nesse mesmo período a abertura de vias, dentre elas a construção da Ponte Florentino Avidos, um marco na ligação da ilha de Vitória à parte continental da cidade de Vila Velha.

Com as intervenções feitas no governo de Florentino Avidos (1924-28) são reiniciadas também as obras na região do porto, nas proximidades do Parque Moscoso, que haviam sido suspensas em 1906. Nessa administração foram construídos os três primeiros galpões, que ficaram prontos entre 1927 e 1928 (a conclusão da obra do porto só ocorreria mais tarde, em 1939). Tais intervenções transformaram a relação da cidade com a baía, tanto no quesito da ocupação espacial quanto visual, reduzindo a visibilidade do mar em decorrência do soerguimento das referidas construções. Neste mesmo período “*Vitória já se apresentava como principal centro comercial do Espírito Santo, mas ainda possuía um sítio urbano de dimensões reduzidas.*” (KLUG, 2009, p. 33).

Desse modo, na primeira metade do XX uma nova paisagem urbana já se configurava na região central de Vitória. Todavia, por trás do verniz cultural da *cidade planejada e moderna* estava alinhado um ideal político muito claro: o desenvolvimento econômico. Vale destacar que as intervenções na

infraestrutura urbana que discutimos até aqui foram encampadas como parte do projeto de modernização da área central e, portanto, portuária, da cidade, cujo fim era promover e deslanchar as atividades comerciais. Sabe-se, por exemplo, que no período da administração de Jerônimo Monteiro (1908-12) o porto de Vitória já se destacava no cenário econômico do Espírito Santo, sobretudo por conta da exportação do café, mas também pela importação de outros produtos, tendo “*um movimento marítimo calculado em 74% ao ano de embarcações, contribuindo com um total de 500 mil toneladas de mercadorias*” (LIMA Jr., 2005, p. 72). Cabia, portanto, a cidade moderna abrigar um porto salubre e ordenado, sem o qual as atividades comerciais ficariam comprometidas. Diante desse quadro, consegue-se compreender qual deveria ser o papel da cidade: “*prosperar por sua aptidão ao escoamento de produtos, garantindo seu futuro econômico.*” (FREITAS, 2010, p. 45)<sup>12</sup>.

Não obstante, no seio dessa *cidade-conceito* (CERTEAU, 2014), panóptica, moldada pelos interesses políticos e desenhada/criada pelas mãos de planejadores, urbanistas e técnicos, havia/há uma cidade vivida. Resta-nos agora, na sequência deste artigo, trazer à baila os usos sociais desse espaço planejado: o Parque Moscoso. Importa entender de que modo esse espaço passou a ganhar vida tornando-se um *lugar praticado*; também buscaremos compreender os modos de produção dessa nova paisagem no espaço da cidade e seus sentidos imbuídos, a partir das ações e apropriações dos seus praticantes.

### O Parque Moscoso: um lugar praticado

Para Certeau (2014, p. 161) “*a linguagem do poder ‘se urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico*”. Todavia, esses movimentos apenas conseguem ganhar visibilidade quando declinamos da perspectiva do *olhar do alto* – o olhar distante dos planejadores – e passamos a perceber as coisas ao *rés do chão*, ou melhor, quando nos prontificamos a observar as derivas no espaço urbano e a encarar a experiência dos seus enigmas e mistérios. Nesse âmbito, a vida cotidiana e anônima acontece na sua miríade. Ela aparece nas diferentes maneiras de fazer, de tecer práticas e de assinar de forma criativa e errática o

---

<sup>12</sup> Para um estudo detalhado da relação entre a reforma urbana, a construção do porto de Vitória e a lógica do desenvolvimento econômico sugerimos consultar, além do trabalho de Souza e Freitas (2010), os trabalhos de Siqueira (2010) e Ribeiro e Siqueira (2012).



desenho geométrico da cidade. Os autores dessa arte e escritores dessa gramática são os *praticantes ordinários da cidade*, aqueles que a tornam, de fato, um espaço habitado de sentidos: “*eles são caminhantes, pedestres (...) cujo corpo[s] obedece[m] aos cheios e vazios de um ‘texto’ urbano que escrevem sem poder lê-lo. Esses praticantes jogam com espaços que não se veem; têm dele um conhecimento tão cego como no corpo a corpo amoroso.*” (CERTEAU, 2014, p. 159).

A urdidura dessa trama torna a cidade um espaço vivo, ao mesmo tempo singular e plural. Seu colorido se compõe do matiz fragmentário das trajetórias de seus praticantes, dos caminhos, encontros e desencontros que cruzam suas histórias. No próprio *texto da cidade planejada pulsa uma cidade transumante, metafórica*, já disse Certeau, e isso nos faz pensar numa cidade que vibra com a dinâmica dos seus caminhantes e das práticas em curso. Os deslocamentos de sentidos que são parte desse processo tornam-se modos de subverter os códigos desses espaços planejados, ampliando os seus usos.

Sob essa inspiração buscamos entender como as áreas verdes, tais como os parques e passeios públicos – lugares propícios para o exercício do caminhar, do flunar, para a prática dos encontros com amigos e a família, as brincadeiras de crianças, etc. –, tornam-se lugares de múltiplas apropriações culturais. Estas áreas são pensadas aqui como espaços de vivências, de histórias e memórias. Nelas encontramos modos de sociabilidade, processos de interação, apreensões simbólicas, experiências sensoriais, assim como o afloramento de sensibilidades, dadas as dimensões estéticas, paisagísticas e os elementos artísticos que as compõem.

*(...) o espaço vive da performance, da instabilidade e criatividade dos usuários do lugar, que nele agem como poetas, no sentido de criadores. O espaço como lugar praticado é uma criação que se faz dentro das regras e transgressões, possibilitadas pela ordem da estratégia de poder estabelecida. (CAMPELO, 2012, p. 17).*

É no mundo fenomênico, ou seja, na emergência do espaço como experiência sensível, que vamos encontrar aberta uma das portas da paisagem (BESSE, 2014). Essa experiência nos conta do imprevisível desse encontro com um *fora* - um *outro* -, ou seja, com o mundo concreto, vivenciado por meio dos sentidos e emoções. Há, portanto, uma “*certa maneira de estar no mundo e ser atravessado por ele (...). A paisagem é o nome dado a essa presença do corpo*

e ao fato de ele ser afetado, tocado fisicamente pelo mundo ao redor, suas texturas, estruturas e espacialidades: há nisso algo como um acontecimento.” (BESSE, 2014, p. 47). Essa abordagem nos remete, ainda que com ressalvas, à ideia de *lugar praticado*, no sentido atribuído por CAMPELO (2012), autor que discute o *existir no/com o mundo* como uma experiência partilhada e promotora de vínculos. Não há como pensar que somos meros espectadores da paisagem, somos antes seus agentes produtores, seus praticantes. Assim, a paisagem torna-se uma experiência viva e aberta à criação.

O Parque Moscoso enquanto espaço de interação, um lugar vivido, significado e praticado, torna-se um espaço potencialmente constitutivo para as experiências de paisagem. Conseguimos sistematizar algumas formas de uso desse espaço no período que compreende a sua inauguração em 1912 até 1950. Destacamos na Tabela 01, abaixo, algumas delas.

Tabela 01 - Usos sociais do Parque Moscoso

<b>Categoria</b>	<b>Usos Sociais</b>
<b>Sociais/Culturais</b>	Festas populares (Carnaval)/ Almoços/ Inaugurações/ Bailes públicos.  Retretas no Coreto (concerto popular realizada por uma banda em praça pública)/ Alvorada (concerto popular realizada por uma banda em praça pública no arraiar do dia)/ Passeios ( <i>footing</i> )/ <i>Flânerie</i> / Lugar para descanso/ Ócio/ Apreciação da natureza/ Namoro ( <i>flert</i> )/ Lugar de passagem/ Brincadeiras infantis/ Atrações de fora/ Exposição no Orquidário/ Turismo/ Lugar para fotografias (lambe-lambes).
<b>Religiosos e Filantrópicos</b>	Missas campais/ Quermesses/ Bingos (tômbolas)/ Festas religiosas/ Reuniões/ Ações de caridade.
<b>Militares/Cívicos/Políticos</b>	Solenidades/ Desfiles/ Atos Cívicos/ Manifestações patrióticas/ Evoluções militares (treinamento, ginástica sueca)/ Marchas.
<b>Desportivos</b>	Criação de agremiações esportivas/ Torneios esportivos. Internos e Intermunicipais/ Partidas de vôlei, basquete e tênis/ Tardes desportivas/ Patinação e hóquei no <i>rink</i> / Escotismo, Bandeirantismo/ Soltura de balão/ Corrida rústica.
<b>Educacionais</b>	Aulas de campo/ Conferência literária/ Aula e

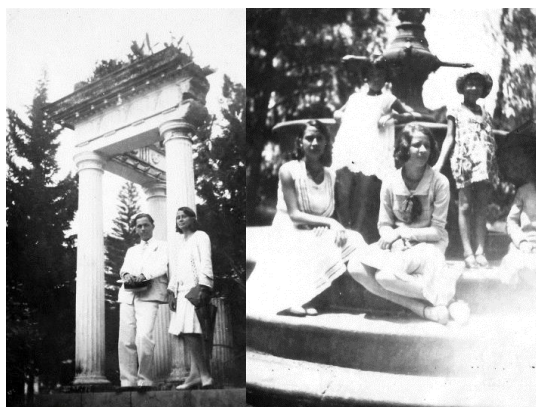
	recreação dos estudantes do Jardim de Infância/ Desfiles escolares.
--	--

Fonte: Elaborado por Larissa Pinheiro com base na sistematização das informações coletadas nas fontes: Revista Vida Capichaba (entre 1920 a 1949) e Jornal Diário da Manhã (entre 1900 a 1939).

Dentre os usos do espaço do parque encontramos os socioculturais, religiosos, militares, desportivos e educacionais. Incluímos na classificação de sociocultural os usos mais intangíveis, que envolvem os passeios, o ócio, a apreciação da natureza, os corpos enamorados e seus flertes, dentre outros descobertos durante a pesquisa. São variados os modos que fazem do parque um lugar incorporado às dinâmicas de sociabilidade locais, seja por meio das festas e celebrações (populares, militares, políticas e religiosas), seja como espaço de lazer, de prática esportiva, de reunião da família, como ambiente educacional, etc.

Segundo Vilaça (2001, p. 12), “*ir ao Parque Moscoso era passeio de luxo, as roupas domingueiras sacudindo o cheiro de naftalina, o corre-corre das crianças, as famílias caminhando em bandos de felicidade, os gansos grasnando*”. As fotografias abaixo<sup>13</sup> revelam momentos de lazer das famílias que faziam do Parque Moscoso um lugar de encontro e de registro visual de suas visitas (Figuras 10 e 11).

Figuras 10 e 11 - Famílias no Parque Moscoso, década de 1930



Fonte: Acervo da família Santos Neves e site Estação Capixaba

<sup>13</sup> Material digitalizado. Acervo da família Santos Neves.

O Moscoso enquanto espaço habitado de vivências revela surpresas para quem o pesquisa. Era um dos lugares privilegiados de circulação das classes abastadas, que, como sabemos, habitavam os ricos palacetes no entorno do parque. Àquela época o que havia de *mais moderno* na cidade estava concentrado no Centro, era lá onde se podia demarcar de modo mais contundente as formas de distinção socioeconômicas, e por conta disso o parque se tornou um local privilegiado para ir com a família e se apresentar à sociedade. Os registros visuais mostram a presença de famílias importantes da cena capixaba usufruindo de sua ambiência, como fica registrado no acervo de fotografias da família Santos Neves (sobrenome tradicional na cena política do Espírito Santo).

*O Parque Moscoso é o jardim dos namorados. Toda a noite, lá estão eles, á doce luz do luar, ou á claridade das lâmpadas electricas, sonhando o sonho bom dos espiritos felizes... Eles (Ella é a encantadora princesa de sangue italiano e elle, o moço querido das rodas elegantes) também vão ao Parque. E ficam lá, horas esquecidas... si os bancos falassem... (REVISTA VIDA CAPICHABA, 1935, p. 10).*

Um lugar para ver e ser visto - para externalizar símbolos de distinção social -, também um lugar para namorar e experienciar a atmosfera aprazível. São várias as formas sociais de uso do espaço do parque privilegiadas pela elite – *o moço querido das rodas elegantes*, como destaque acima – e também por outros usuários, como veremos mais adiante. No entanto, merece relevo um uso específico que tem a ver com a apreciação estética de uma natureza ordenada. Podemos notar que juntamente com a construção do parque passaram a ser forjadas, também, representações sociais sobre o seu espaço, sua arquitetura e beleza. Um ideal de natureza idílica, controlada e harmoniosa ganhava preponderância e, juntamente com ele, a produção de um tipo de educação estética da cidade, como destaca a reportagem do Diário da Manhã (1919, p. 2):

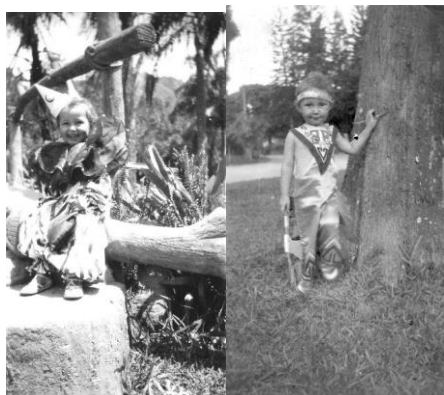
*A louçania do jardim de Victoria é motivo de gabo de todos os forasteiros que passam nesta capital. Dizem-lhe em admirações, a maciez do relvado, o folhelho rumoroso, o piso bem ensaibrado, os repuxos cantantes, as aguas múrmuras do lago artificial. Das ruinas também elogiam a hellenica simplicidade (...). **Tudo alli é harmonioso; é uma paragem de conforto e bem estar.** Nem tão grande que fatigue o passeiante, nem tão*

*angustiado que de um só olhar se lhe percebam os cantos e extremidades. Há no parque proporção e medida; alamedas que não cansam, arvores jovens, arbustos ainda em plena mocidade. A mão do homem, edificando na paisagem alpestre de Victoria, aquele pedaço de planície, enfeitando-o de flores, alfaiando-o de galas, trabalhou nobremente pela educação esthetica da cidade (Grifo nosso).*

A ideia de uma *educação estética* da cidade corrobora uma educação dos sentidos, que acede um ideal de civilidade como fruição do belo, algo bem marcante e sub-reptício ao processo de modernização do espaço urbano de Vitória na primeira metade do século XX. O parque, seu paisagismo e suas alamedas elegantes passam, assim, a representar um marco dessa educação estética: de mangue – imagem preterida – para jardim ordenado, uma verdadeira promenade. Desta feita, o parque se torna um lugar para o cultivo dessa experiência sensível, para externalizar sentimentos e admirar a natureza, ou melhor, uma ideia particular de natureza, principalmente aquela *edificada pela mão do homem, feita harmoniosa*.

Retomando a questão dos usos e apreensões sociais do parque, cabe destacar que ele era dividido em duas alamedas principais. Nelas aconteciam as principais atividades ligadas à vida da cidade, a exemplo das comemorações do carnaval, inclusive já existia o “carnaval fora de época”. As crianças aproveitavam a folia vestidas à caráter como se observa nas fotografias abaixo:

Figuras 12 e 13 - Foliões infantis no Parque Moscoso, década de 1950



Fonte: Acervo da família Santos Neves e site Estação Capixaba

Sobre os carnavais no Parque Moscoso descobrimos que eram bastante animados. Reuniam-se vários blocos da mocidade que realizavam ensaios antes dos desfiles, e sempre acompanhados por uma banda. Durante os festejos eram realizadas batalhas de confete, serpentina e lança-perfume (que na época não era proibido). Também se promovia o corso, que era um desfile de automóveis onde os foliões se apresentavam fantasiados e mascarados, nas ruas adjacentes ao Moscoso.

Outros eventos ocorriam no Parque Moscoso, como bailes públicos, onde vários pares dançavam em uma pista cimentada, e também por vezes eram distribuídas gratuitamente bebidas e sanduíches ao público presente. Também eram realizadas festas temáticas, onde não somente os participantes iam à caráter, mas o próprio parque era enfeitado e iluminado para ocasião. Havia, ainda, festas com mote religioso, seguindo a forte tradição católica, como as tradicionais festas de São Pedro, que em dado momento também foram realizadas no parque. Também no sentido religioso foram promovidas quermesses<sup>14</sup> com várias finalidades como, por exemplo, para levantar fundos para a construção da Catedral Metropolitana, e realizadas missas campais, como ilustra a Figura 14.

Figura 14 - Missa no Parque Moscoso, s/d



Fonte: Arquivo Público de Vitória

---

<sup>14</sup> As quermesses cumpriam uma função filantrópica como, por exemplo, para o socorro aos necessitados, como flagelados das chuvas. A Associação das Damas de Caridade promovia várias dessas ações filantrópicas, como: distribuição de comidas, roupas e brinquedos para crianças pobres da cidade.

Além das atividades civis, também havia a presença militar dentro do parque, já que perto dele funcionava o quartel da polícia militar (Figura 15). Por conta dessa influência era comum a ocorrência de atividades como evoluções e treinamentos na região. No coreto do Parque Moscoso, que não mais existe, a banda da polícia militar realizava retretas<sup>15</sup> e alvoradas, onde eram apresentadas peças do repertório erudito e popular.

Figura 15 - Vista parcial do Parque Moscoso. Foto adquirida de Rui de Oliveira, s/d



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves

A vida cívica estava muito presente no cotidiano do Parque Moscoso devido a influência das ideias liberais e republicanas, recém implantadas no país. A exemplo disso, ocorreram algumas manifestações patrióticas no período das guerras, reunindo um grande público. Também eram comemoradas datas como o Dia da Pátria, quando se realizava uma parada das forças armadas e dos colégios, acompanhados de execução do hino nacional e hasteamento da bandeira brasileira. No Parque Moscoso também ocorreu, por diversas vezes, o alistamento militar.

Não era incomum a prática de atividades desportivas dentro das imediações do Parque. O Jornal Diário da Manhã de 1917 deu notas da inauguração de um *rink* onde se praticava patinação e hóquei. A Revista Vida

---

<sup>15</sup> Exibição de uma banda de música, geralmente em lugar público.

Capichaba (1929, p. 38) apontou também a prática de esportes como voleibol, basquetebol e tênis. Foi criada uma agremiação desportiva chamada *Parque Tennis Club* que promovia torneios *singles* e em duplas que ocorriam nas quadras do parque. Além disso, também ocorriam jogos relacionadas à prática do escotismo que reuniam escoteiros e bandeirantes em competições nas alamedas do Parque (Figura 16).

Figura 16 - Grupo de escoteiros e bandeirantes no Parque Moscoso, s/d



Fonte: Arquivo Público de Vitória

As principais escolas de Vitória estavam próximas ao Moscoso, como o Colégio do Carmo, a Escola Normal Pedro II, o Colégio Salesiano, o Colégio Americano Batista, o que permitia o trânsito de estudantes naquela região, como é possível identificar nas Figuras 17 e 18. Com relação às atividades educacionais, eram realizadas conferências literárias no interior do parque, momento em era montado um palanque. Também aconteciam aulas de campo dentro do referido espaço. A partir da década de 1950 passou a funcionar nos seus arredores o Jardim de Infância Ernestina Pessoa. Aparentemente, não havia separações entre os dois espaços o que possibilitava a realização de atividades ao ar livre, de modo que era possível trabalhar com vários brinquedos e materiais pedagógicos a fim de desenvolver a percepção sensorial de acordo com os métodos de ensino modernos divulgados no início do século XX (Figura 19).

Figuras 17 e 18 - Estudantes no Parque Moscoso. Década de 1940 e 1950,



respectivamente



Fonte: Acervo da família Santos Neves e site Estação Capixaba

Figura 19 – Atividades pedagógicas ao ar livre no Parque Moscoso, s/d



Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo

Nesse período pesquisado - a primeira metade do século XX - encontramos um significativo volume de ações e repertórios sociais acontecendo no Parque Moscoso e em suas imediações, como já foi apresentado. Fruto de um projeto urbanístico idealizado para atender mais imediatamente as elites, essa área pública e seu espaço verde vão assumindo novos contornos sociais à medida que as experiências *na/da* cidade se alteram na condição de seus usos. É possível perceber como ao longo de sua história o Parque Moscoso vai paulatinamente se tornando um espaço generativo de práticas e sentidos. Torna-se ele próprio um tipo de personagem na ambiência da cidade, um observador participante das transformações desse espaço. Mais tarde, a partir da

década de 1950, será o espectador de um novo processo de transformação: a verticalização do Centro de Vitória, com a construção de prédios altos e modernos e o desenvolvimento do comércio. Nesse mesmo período as famílias abastadas começam a se transferir para outras áreas da cidade consideradas mais nobres. Posteriormente, em 1973, o próprio Parque será alvo de reformas, dentre elas ganhará as atuais grades que o circundam, conforme nos conta Santos Neves (2014, p. 13).

### Considerações finais

Afinal de contas, qual a relevância de um estudo sobre o Parque Moscoso? A história do Parque, contada neste artigo, evoca a história da própria cidade de Vitória, da ocupação e transformação da sua região central. Os projetos urbanísticos encampados no período pesquisado, a primeira metade do século XX, estavam afinados com os ideais de civilidade e de progresso alardeados pelas metrópoles europeias e brasileiras, e a cidade de Vitória não ficou incólume a essa influência. Ao estudar o Moscoso e a sua história conseguimos entender os matizes da gestação dessa nova ordem social: a figuração de uma paisagem urbana amparada pelos ideais de modernidade e desenvolvimento econômico (sobretudo das atividades portuárias)<sup>16</sup>.

Cabe pontuar que, inicialmente, não imaginávamos poder encontrar tantas informações e materiais sobre o Parque Moscoso. O volume encontrado nos surpreendeu. Descobrimos que desde a sua criação, em 1912, o Moscoso passou a ser palco de diferentes práticas sociais, envolvendo tanto atividades vinculadas às instituições locais, como a igreja e a polícia (quermesses, retretas, desfiles, etc.), quanto àqueles usos cotidianos mais à deriva, ou seja, os festejos de carnaval, os passeios de domingo, a *flânerie*, a prática do ócio e da fotografia, as caminhadas e a apreciação da natureza, os encontros amorosos, etc. Aconteciam também em suas imediações diferentes atividades escolares e pedagógicas, as quais ganhavam outras amplitudes quando experienciadas naquele espaço, tais como os trabalhos de campo e as conferências literárias em espaço aberto; além disso havia a prática de atividades esportivas. Esses diferentes usos compõem aquilo que foi chamado aqui de *lugar praticado*, ou seja, são os modos de fazer, considerados atividades produtoras e não

---

<sup>16</sup> Posteriormente, após a década de 1950, seria a vez do desenvolvimento industrial, aspecto que não foi abordado neste artigo.

meramente reprodutoras, que engendram criatividade e deslocamento de sentidos nos espaços vividos.

Na medida em que se torna um espaço de vivências, o Moscoso vai se constituindo também como um lugar de memórias, as quais se tecem na dinâmica amiúde da cidade. As fotografias e os documentos investigados, os escritos literários, as narrativas cotidianas publicadas em jornais e revistas, ou seja, todas as fontes consultadas para esta pesquisa, foram tratados aqui como testemunhos dessas histórias e dessas memórias. São testemunhos num sentido fenomênico, caberia dizer, pois aparecem como flashes, ou melhor, como breves evocações dos modos de fazer dos praticantes da cidade. Consideramos assim porque sabemos que não há como depreender dessas fontes consultadas a totalidade das histórias vividas junto ao parque: *os lugares vividos são como presenças de ausências*, já disse Certeau (2014). Talvez aconteça assim porque os lugares acumulam, num tipo de língua muda, as experiências e os deslocamentos das pessoas e das coisas que lhes atravessam. Os lugares vividos abrigam os vestígios e as ranhuras impressos pela experiência temporal dos seus usos. Desta feita, para fins heurísticos, entendemos que o passado não pode ser revelado senão por breves lampejos, e é desse modo que as fotografias e os documentos consultados para a confecção deste artigo foram considerados.

É dessa forma, portanto, que concluímos esse trabalho sobre o Parque Moscoso. O que foi aqui contado são fragmentos das muitas tramas que perpassaram – e continuam a perpassar – a história cotidiana do referido parque. Inúmeros acontecimentos ocorreram nos seus limites desde a sua criação, apontamos alguns deles, há, contudo, um tanto de histórias entre os seus enigmas que desafiam a nossa capacidade narrativa. Quiçá em outro momento possamos acenar com alguma escrita.

#### Referências

ALBERNAZ, Maria Paula de; LIMA, Cecília Modesto. 1997. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo: ProEditores, Volume 01.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. Cenas e paisagens do Espírito Santo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, 75 (126), 1912, p.175-217. online – site Estação Capixaba. Disponível em: < <http://www.estacaocapixaba.com.br/>>.

CAMPELO, Álvaro. *A Paisagem: Introdução a uma gramática do “espaço”*. António Vieira, Francisco Costa (Eds.). Aula inaugural do Curso de Doutoramento em Geografia. 11 de outubro de 2012 – Guimarães, Portugal.

CAMPOS JUNIOR, Carlos Teixeira de. 2002. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. Vitória: Floricultura.

CANAL FILHO, Pedro (Org.). 2012. *Parque Moscoso*. Vitória: Instituto Goia.

CERTEAU, Michel de. 2014. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes.

CONTI, Raquel Félix. 2011. Vitória, em que espelho ficou guardada a sua face?. In: SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit; CONTI, Raquel Félix; FERREIRA, Sonia Maria de Oliveira (Org.). *Relendo imagens, atribuindo significados: as cidades que devem ser esquecidas*. Vitória: GM Gráfica e Editora.

DERENZI, Luiz Serafim. 1995. *Biografia de uma ilha*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

DIÁRIO DA MANHÃ. 1911a. Rabiscos. *Diário da Manhã*, Estado do E. Santo, Anno VI, Num. 119.

\_\_\_\_\_. Noticiário. 1911b. *Diário da Manhã*, Victoria, Estado do E. Santo, Anno VI, Num. 174.

\_\_\_\_\_. Expediente. 1912. *Diário da Manhã*, Victoria, Estado do E. Santo, Anno VII, Num. 196.

\_\_\_\_\_. 1919. *Diário da Manhã*, Vitória, Espírito Santo, p. 2.

FERREIRA, Gilton Luis. 2016. *Na falta de uma cria-se outra: a expansão prematura da cidade de Vitória/ES*. XIX SHCU. Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, Cidade, Arquitetura e Urbanismo: visões e revisões do século XX.

KLUG, Letícia Becalli. 2009. *Vitória: sítio físico e paisagem*. Vitória: EDUFES.

KUSTER, Eliana. 2003. *Marcovaldo e os doze passeios em Vitória*. Vitória: PMV.

LIMA Jr., Carlos Benevides. 2005. Jerônimo Monteiro (Coleção Grandes Nomes do Espírito Santo). Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda/ Núcleo de Projetos Culturais e Ecológicos.

LOPES, Almerinda da Silva. 2011. O modernismo liquefeito ou a flâneur não sai mais de casa. In: SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit; CONTI, Raquel Félix; FERREIRA, Sonia Maria de Oliveira (Org.). *Relendo imagens, atribuindo significados: as cidades que devem ser esquecidas*. Vitória: GM Gráfica e Editora.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. 2003. *Parques Urbanos no Brasil*. São Paulo: EDUSP.

MARGOTTO, Samira. 2004. *Cousas nossas: pintura de paisagem no Espírito Santo – 1930/1960*. Vitória: EDUFES.

- MOREIRA, Thais Helena; PERRONE, Adriano. 2007. História e Geografia – Espírito Santo. Vitória-ES.
- MUNIZ, Maria Izabel Perini. 2001. *Parque Moscoso*: documento de vida. Vitória: IHGES.
- PINTO JUNIOR, Arnaldo. 2012. Modernização urbana e educação das sensibilidades na cidade de Vitória (1890-1912). *Resgate*, vol. XX, nº23 – jan/jun.
- REVISTA VIDA CAPICHABA. 1920. *Feminea*. Revista Vida Capichaba, Vitória, Espírito Santo.
- REVISTA VIDA CAPICHABA. *Alfinetadas*. Revista Vida Capichaba, Vitória, Espírito Santo, 1935, p. 10.
- RIBEIRO, Luiz Cláudio; SIQUEIRA, Maria da Penha. 2012. Expansão e modernização dos portos de Vitória (séc. XX-XXI). In. RIBEIRO, Luiz Cláudio M. et all. (Orgs.) *Modernidade e Modernização no Espírito Santo*. Vitória: EDUFES.
- SANTOS NENES, Guilherme Luiz. 2014. *O menino Cadu e o passeio pelo parque centenário*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia.
- SANTUCCI, Jane. 2003. *As promenades do Rio de Janeiro: o papel do Passeio Público, Praça Paris e Parque do Flamengo na história da paisagem carioca*. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro.
- SIQUEIRA, Maria da Penha. 2010. A cidade de Vitória e o porto nos princípios modernos da urbanização no início do século XX. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 12, n. 24, pp. 565-584, jul/dez, 2010.
- SOUZA, Célia Ferraz de; FREITAS, José Francisco Bernardino. 2010. Os portos e a modernização das cidades brasileiras no início do século XX: Porto Alegre e Vitória. In. FREITAS, José Francisco Bernardino (Org.) *Diálogos: urbanismo.br*. Vitória: EDUFES; Niterói, RJ: EDUFF, 2010.
- SOUSA, Everaldo Simões. 2012. Espaço de memórias coletivas. *A Gazeta*, Vitória, ES, Cad. Pensar.
- VILAÇA, Adilson. 2001. *Os Lambe-lambes do Parque Moscoso*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura.

### **History and memory of a park in the figuration of the city landscape**

#### ABSTRACT

This article tells the history of Moscoso Park, a public green area located in the center of the city of Vitória-ES, through iconographic material and other

resources. The history of the park, which was opened in 1912, is a motto to understand the urbanization movement that occurred in this city, centred on the axis of beautification, rationalization and sanitation, in the first half of the twentieth century. As for the results of the study, we stress the different ways to use this green area that includes various civil and military activities, which reveals how the dynamics of socio-cultural life in the city of Vitoria has had the park as the epicenter of its events. The contribution we want to produce with this study includes a view of the urban landscape - and its transformations - closer to the experiences that mark its social uses as well as the sensibilities involved.

**Keywords:** Landscape, Urbanization, Green Areas, Moscoso Park.



## Dossiê Cultura e Política

Maro Lara Martins<sup>1</sup>

## Apresentação

Este dossiê da Revista Sinais possui seis artigos que possuem como ponto de partida a análise sobre as relações entre cultura e política em distintos momentos da história brasileira. O primeiro artigo, escrito por Arhtur Ferreira dos Reis, debate o processo de Independência política nacional e os respectivos projetos políticos do período a partir do jornal *Atalaia da Liberdade* cujo redator era João Maria da Costa, uma das principais vozes de oposição ao ministério do Imperador Dom Pedro I. Em seu jornal temas como a abolição da escravidão e formas de governo eram debatidas naquelas páginas.

O segundo artigo se debruça sobre o pintor Candido Portinari. Com rara destreza, Ana Carolina Arêdes, por meio da análise das cartas trocadas pelo pintor com seu círculo de amizades, reflete sobre a trajetória artística de Portinari, seu relacionamento social, sua sociabilidade e sua atuação política no Estado entre os anos de 1920 e 1945. Ainda sobre este período da história brasileira, Renata Rente se debruçou sobre a literatura regionalista e suas reverberações para a constituição de interpretação do país ao mesmo tempo realista e dotada de uma posição crítica sobre as transformações estruturais do período como a industrialização e a urbanização. Para a autora, autores como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa expõem a relação contraditória entre atraso e moderno de modo a oferecer uma perspectiva crítica em relação ao progresso e à formação nacional.

O quarto artigo que compõe este dossiê foi escrito pelo pesquisador Juliano Nogueira de Almeida. Com maestria e erudição, o pesquisador analisa a política de boa vizinhança entre o Brasil e os estados Unidos da América e o

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e coordenador do Netsib – Núcleo de Teoria Social e Interpretação do Brasil da Ufes. Email: marolara@gmail.com.

modo diplomacia era estabelecida através das trocas e intercâmbios culturais, constituindo uma diplomacia “extra-estatal”. Assim, os intelectuais e artistas, diplomatas neste sentido, e suas produções artísticas são postas neste diálogo a partir do tema da carnavalização das relações sociais.

Os últimos dois artigos que compõem o dossiê tratam de temas e eventos relacionados aos últimos anos da história brasileira, constituindo-se em verdadeiras análises de conjuntura ou mesmo análises do tempo presente. O primeiro deles, escrito por Luciana Silvestre Girelli, analisa a seção “Carta dos Leitores” do jornal *O Globo* e reflete sobre os discursos de ódio produzidos na conjuntura brasileira especialmente no processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff. O segundo artigo, de autoria do professor Maro Lara Martins estabelece as relações diacrônicas entre a modernização conservadora brasileira, uma das faces de nosso andamento temporal cujas origens e sentidos remontam aos anos 1930 e 1940, com o atual período da história brasileira na qual os seus caminhos ou descaminhos tendem a recuperar, ainda que sobre novos termos, as encruzilhadas conservadoras, e muitas vezes autoritárias, de nosso andamento moderno.





## A sublime liberdade: o pensamento de João Maria da Costa no periódico Atalaia da Liberdade (1826)

Arthur Ferreira Reis<sup>1</sup>

### RESUMO

O processo de independência do Brasil foi marcado por um intenso alargamento dos espaços públicos. Entusiasmados pela recém conquistada liberdade de imprensa e conscientes do momento singular na construção da nação, diversos redatores iniciaram sua participação na cena pública através de periódicos e panfletos. Nesse contexto, formou-se uma elite intelectual brasileira que em seus escritos construiu linguagens políticas, modificou o significado de conceitos e se mobilizou para defender os mais distintos projetos políticos. Incluído nesse processo está o redator João Maria da Costa e seu jornal Atalaia da Liberdade. Publicado em um momento em que o governo de D. Pedro I estava em seu ápice, se destacando na repressão à imprensa e aos opositores políticos, a derrota da Confederação do Equador e o fechamento da Assembleia Constituinte, João Maria foi uma das principais vozes de oposição ao ministério do Imperador. Defendendo o exercício pleno da liberdade pelos cidadãos brasileiros, a abolição imediata da escravidão e até mesmo o início de um governo federalista/republicano no Brasil, João Maria atraiu para si a ira dos governistas e chegou a ser ameaçado fisicamente. Essa pesquisa busca, através do periódico Atalaia da Liberdade, compreender o discurso liberal de João Maria no Primeiro Reinado.

Palavras-Chave: Imprensa, Primeiro Reinado, Intelectuais, Periódicos.

Recebido em 11/08/2018  
Aceito para publicação em 15/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.22906>

### O liberalismo brasileiro

O furacão político que se transformou o Brasil nos últimos quatro anos tem aumentado o interesse da população sobre o que tem ocorrido no cenário político nacional. Assuntos como inflação, dívida pública, carga tributária e outros que normalmente não eram comuns em uma conversa trivial, tem se

---

<sup>1</sup> Mestre em História e Doutorando em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: arthurfr23@gmail.com.

tornado habitual em encontros familiares, de amigos e, principalmente, na internet. Nessa popularização da política, alguns termos da ciência política têm se disseminado na sociedade, e mesmo que de forma dispersa e descuidada cientificamente, conceitos como esquerda, direita, liberalismo, comunismo, fascismo e socialismo estão na “boca do povo”.

Destacamos, para os fins desse trabalho o conceito de liberalismo. Conhecido pelo público em geral em sua forma econômica, o liberalismo tem ganhado adeptos por todo o Brasil. Exemplo disso é a grande quantidade de pré-candidatos à presidente que se assumem como defensores de bandeiras liberais – por mais contraditório que isso possa parecer para alguns. Além desses políticos, uma grande operação social, seja na internet ou em movimentos sociais, tem buscado defender e divulgar a bandeira do liberalismo como algo novo, inédito no Brasil, uma solução capaz de resolver o atraso econômico, os problemas científicos e a questão da segurança pública. Alegando defender a liberdade pessoal, os liberais cada vez mais ganham espaço em um país marcado por um Estado inchado economicamente e que se pretende legislador de questões sociais, mas que em seus aspectos básicos, como saúde, educação e segurança, tem deixado muito a desejar.

O difuso pensamento liberal da atualidade merece olhar mais atento. Em detrimento de sua pluralidade de ideias e o descompromisso científico de muitos de seus representantes, os liberais conseguem capilaridade entre a população jovem, algo que os partidos tradicionais brasileiros não têm conseguido. Alguns discursos, mesmo aqueles mais superficiais, são considerados por parte da população como a solução para os problemas nacionais, o que tem sido demonstrado no fantasioso debate político que se dá na opinião popular expressa em redes sociais, jornais e blogs – o que, vale destacar, não tem sido uma particularidade dos liberais.

Tendo em vista essa problemática atual e analisando alguns discursos dos “liberais” brasileiros do século XXI, pode-se perceber que em detrimento da confusão conceitual e da obscura ligação entre eles, os liberais carregam consigo um conceito central, a liberdade. Seja qual for sua proposta ou ideia social e econômica, seja o que queira defender ou atacar, a liberdade é o símbolo dos liberais.

Se levarmos em conta que o conceito de liberdade é um dos mais plurais, a rapidez dos liberais brasileiros em citar a liberdade como mote político nos lembrou um dos períodos em que ela também era comum no Brasil, o Primeiro Reinado. Em um momento no qual o Brasil acabava de conquistar sua

independência, a liberdade era quase um atestado de patriotismo, pois ninguém, independentemente de sua posição política, seria capaz de ir contra ela.

Similar ao que acontece hoje, todos os homens do Primeiro Reinado que defendiam a liberdade se intitulavam liberais. É quase unanimidade na historiografia do Primeiro Reinado que inexistia um político ou um jornalista que se dissesse defensor do absolutismo ou contrário à liberdade (NEVES, 2003). O que variava entre cada era o que entendia como liberdade, quem poderia ser livre ou qual o limite da liberdade.

Entretanto, como se falar em liberdade em um país no qual a base social era escrava? Esse era um dos dilemas que os liberais do Primeiro Reinado tiveram que resolver (SCHWARZ, 2001). Se para uns, os escravos eram uma propriedade e como tal ir contra a instituição da escravidão seria um atentado contra a propriedade individual, para outros, a escravidão devia ser abolida gradualmente. Como conceito difuso, a liberdade se impunha como um ideal, mas não igualmente para todos.

Tendo em vista essa problemática a respeito da liberdade e levando em conta a importância do tema para o debate político e social que se impõe atualmente, buscamos um jornal do Primeiro Reinado que se relacionasse com os pontos fundamentais das ideias liberais do período e trouxesse contribuições para pensarmos o liberalismo atual. Na abundância de periódicos que preenche o Primeiro Reinado, selecionamos o jornal *Atalaia da Liberdade* de João Maria da Costa.

João Maria da Costa foi um português nascido na Ilha da Madeira que se radicou no Brasil entre os anos de 1815 e 1820. Passou por Montevideo sendo um dos grandes negociantes e, ao se iniciar os conflitos entre a Cisplatina e o Brasil, mudou-se para o Rio de Janeiro, dizendo ter se tornado brasileiro em amor ao país que o adotara (ATALAIA DA LIBERDADE, 3). Ao chegar no Rio de Janeiro, rapidamente quis dar voz à sua visão sobre o conflito na Cisplatina, criando para isso o periódico *Atalaia da Liberdade*. O jornal continha 4 páginas e custava 80 reis por edição ou 4 mil reis por trimestre, circulando todas as quarta-feira, quinta-feira e sexta-feira. Teve um total de 13 edições, todas usadas nessa pesquisa. Nosso objetivo nesse trabalho, tendo como perspectiva metodológica o contextualismo linguístico (POCOCK, 2003), é compreender as características do pensamento político de João Maria da Costa tendo em mente a sua relação com as ideias que circulavam no círculo intelectual brasileiro.

## O liberalismo e a opinião pública no Brasil

O pensamento liberal no Brasil teve seu início com a chegada das ideias iluministas no século XVIII com alguns estudantes de Coimbra e outras universidades europeias (CARVALHO, 1980), e se fortaleceu durante o processo de independência. A oposição entre os grupos liberais coimbrão e brasileiro (NEVES, 2003), causou, durante os anos de 1821 e 1822, um desenvolvimento do pensamento liberal e o consequente florescimento de vários projetos políticos. Entre eles, muitos dos quais ainda não explorados pela historiografia, destacaram-se quatro: o projeto liberal afiançado na pessoa do Imperador, no qual apenas um governo central forte seria capaz de manter as liberdades conquistadas com a Constituição e a Independência (REIS, 2016); um projeto federalista, que defendia a província como espaço de exercício da liberdade (DOLHNIKOFF, 2005); o projeto republicano (FONSECA, 2005), que ligava o Brasil a uma tradição americana de governos republicanos, única forma de se evitar o despotismo e garantir o exercício da liberdade individual; e, por último, um projeto moderado (BASILE, 2004), que via no poder legislativo federal uma maneira de evitar tanto o despotismo por parte do Imperador, quanto a anarquia proveniente do caudilhismo provincial. Todavia, a diversidade desses projetos se dava dentro de uma matriz liberal que se erigiu após a Revolução Francesa, baseada na liberdade individual, sistema constitucional, separação de poderes, proteção à propriedade privada e oposição aos regimes absolutistas.

A criação desses projetos se deu através, mas não unicamente, de uma elite intelectual e política que desabrochou a partir de 1821. Se por um lado, a elite econômica brasileira percebeu no retorno de D. João VI para Portugal, a convocação das eleições dos deputados brasileiros para as Cortes de Lisboa e a liberdade de imprensa, a oportunidade de se apresentar como líder da opinião pública e dilatar seu poder por além dos círculos privados. Por outro, aqueles já conhecidos pelos dirigentes estatais, tiveram que se mostrar às massas como representantes de suas vontades. Para conseguir isso, a opinião pública revelou-se como espaço privilegiado de debate, permitindo que atores que até então não tinham notoriedade nos espaços públicos se aproveitassem da conjuntura e adquirissem renome.

Nesse contexto destacaram-se as figuras de José Bonifácio e Gonçalves Ledo. Líderes dos dois grupos mais prestigiados da cena pública brasileira, lançaram mão de manifestos, periódicos, discursos e de seus contatos na corte

fluminense para garantir que seus projetos saíssem vencedores no embate. Pouco a pouco os espaços públicos brasileiros foram sendo preenchidos a partir do processo de independência por diversos jornais e panfletos que se misturavam com as manifestações populares, discursos aclamados nas ruas, levantes militares, sociedades secretas e espaços de sociabilidade. Os espaços públicos se emancipavam e ganhavam importância na sociedade, se transformando, progressivamente, em um intermediador entre a sociedade e o poder do Estado (HABERMAS, 2003).

Nesse momento surgiu o periódico Atalaia da Liberdade. Liberal confesso, se relacionava com o grupo oposicionista que ascendeu no ano de 1826. Junto com outro jornalista, o francês Pierre Chapuis e seu periódico O Verdadeiro Liberal, criticavam as atitudes ministeriais e lutavam por uma mudança na política brasileira (REIS, 2016). Tendo em vista esse contexto, passemos às ideias de João Maria.

#### O liberalismo de João Maria

As ideias de João Maria serão analisadas do ponto de vista econômico, político e social. A pouca quantidade de jornais, quando comparado com outros mais influentes do período, nos deixa com algumas questões em aberto sobre o pensamento do jornalista português, mas as treze edições disponíveis são o suficiente para conhecermos o que João Maria projetava como ideal para uma sociedade.

Do ponto de vista econômico, João Maria se colocava como um defensor do livre-comércio. Bandeira tradicional dos liberais (SMITH, 1996), o livre-comércio, para o jornalista, seria uma condição para o desenvolvimento social dos homens, além dos inegáveis benefícios econômicos. O comércio “é a comunicação recíproca das coisas necessárias ou agradáveis a vida”, e “sua circulação livre em todos os países é um método infalível de multiplicá-la”. Isso se dá porque em um *único* “país em regra não abunda em todas as [ilegível] de produções: a diversidade de clima, e terrenos obsta à uniformidade de produtos: eis aí os homens obrigados à troca de seus gêneros para reunir diversas produções” (A.L., 11).

O comércio, além de multiplicar as riquezas, também é o responsável por unir os povos distantes através de uma grande rede de comunicação comercial, mesmo àqueles que “a natureza separou por mares derramados, e desertos”. Isso se dá porque foi graças à busca de mercado para vender seus

produtos que “o homem atravessou os mares, flanqueou as montanhas, avassalou os rios, construiu canais, abriu estradas”. A atividade comercial é o “sangue que vivifica o corpo social”, a responsável por “civilizar os povos, e multiplica os meios de subsistência, bem como os objetos de comodidade, excitando por toda a parte a indústria dos homens”. Enfim, o comércio e a circulação de bens tem *como “objeto principal (...) manter a paz dos Povos”* (A.L., 11).

Dessa forma, o comércio tornava-se essencial não só para aumentar a riqueza de um país, mas também para criar meios de comunicação entre os povos e melhorar sua convivência. O discurso econômico misturava-se com questões políticas e sociais em um anseio pelo livre-mercado que vai permear grande parte da elite imperial, sem nunca ser plenamente realizado (REIS, 2015).

Do ponto de vista político, João Maria fazia ampla defesa do governo constitucional. Tinha como ideias “*Nação, Justiça, e Liberdade*” (A.L., 3) *que estariam garantidos “por uma boa Constituição”* (A.L., 6). Para o autor, existiam três tipos de governos: o absoluto, o constitucional e o republicano. O primeiro, em sua visão, é o governo de um só, que irremediavelmente se arrasta para o despotismo. Já o republicano sempre desagua na desordem, pois arrasta “*grandes estorvos, resoluções tardias*” e é de “*execução difícil*”, pois nele abundam “*partidos, facções, e dissolução do vínculo social*” (A.L., 12).

Para evitar esses dois tipos de governo e as desvantagens que deles acarretam, era necessário o fortalecimento do governo constitucional, que é “o resultado das combinações mais profundas da sabedoria e da existência”. Esse desfecho positivo do governo constitucional podia ser percebido através da história da humanidade, pois

Os homens uniram-se em sociedade para serem felizes, gozando liberdade, propriedade, segurança, e os prazeres, que nascem destes bens. Estabeleceram-se, e epitetaram-se diversas formas na organização social: os inconvenientes de todos deram nascimento ao governo constitucional (A.L., 12).

Dessa forma, apenas um “governo guiado por uma boa Constituição, e com vigilantes e aturados zeladores de sua observância pode ser durável, e venturoso” (A.L., 6). Dito isso, os brasileiros deveriam lutar pelo fortalecimento de dispositivos liberais e constitucionais no Brasil, tais como a “*divisão dos poderes, a responsabilidade dos Ministros, a vigilância sobre todos os empregados*” (A.L., 12).

Outra pauta liberal que João Maria expunha e que misturava aspectos políticos e sociais era o individualismo. Para ele, cada indivíduo tinha suas próprias características, o que tornava errado a criação de leis gerais para os diferentes tipos de pessoas e classes. A sociedade era composta por classes diversas e cada cidadão, dentro dessas classes, tem seus interesses particulares. É, *“portanto, indispensavelmente necessário considerar cada classe e seu interesse com o respeito devido aos cidadãos que a compõe”* (A.L., Extraordinário). Sendo diferentes, seria impossível que as pessoas agissem de forma semelhante, pois *“homem no estado moral, e político, é mesmo o homem físico, não é mais, que um mero jogo das circunstancias, que o acompanham, e o conduzem”*. Concluía afirmando que *“cada qual na sociedade tem seus diferentes interesses, muitas vezes, o que faz bem a uns, é prejudicial aos outros”* (A.L., 3).

Sobre seu pensamento social, destacamos primeiramente sua defesa liberdade de religião. Para ele era necessário que o Estado respeitasse e tolerasse a fé e os cultos, pois a religião era uma escolha privada do indivíduo (A.L., Extraordinário). O Estado devia *“ser tolerante”* com as demais religiões e respeitar a opinião do indivíduo (A.L., Extraordinário).

Mas o que coloca João Maria em evidência entre os intelectuais brasileiros do Primeiro Reinado é sua defesa pela abolição da escravidão. Diferenciando-se das opiniões correntes sobre o tema, defendia a abolição imediata da escravidão e acusava os traficantes ou compradores de escravos de estarem patrocinando um comércio imoral e irreligioso.

Para ele *“uma nação de escravos, sempre é fraca, logo a abolição da escravatura é um baluarte da liberdade brasileira”*. De nada o gênero humano poderia colher *“desses horrores”*, pois a *“escravidão não é em si mesmo bom para nada”*. Ela *“degrada, e injuria a espécie humana; e a vista do qual o coração do ente social naturalmente se revolta, não traz utilidade alguma à Nação, que o consente e promove”* (A.L., 2).

Pensando individualmente, ela é ruim ao senhor *“porque este contrai entre os seus escravos toda a sorte de maus hábitos, e acostuma-se ao abandono de todas as virtudes morais. Ele se faz altivo, colérico, obstinado, vingativo, voluptuoso e cruel”*. É ruim ao escravo não apenas porque ele está privado de sua liberdade, mas também *“porque este nada pode fazer por princípios virtuosos”* (A.L., 8).

Além da escravidão representar uma barreira ao desenvolvimento moral e social do Brasil, ela também era imoral em si própria. Os escravos, para João Maria, eram “nossos semelhantes”. Enfatizava com escândalo a contradição entre o cristianismo e a escravidão, lembrando que a própria igreja apoiava esse tipo de prática que diminuía seres humanos à condição de “brutos” (A.L., 10). Denunciava também os maus tratos aos africanos no transporte para o Brasil através de relatos. Em um deles ilustrou a triste situação dos navios negreiros, mostrando que além de ir contra a moral cristã, a escravidão era, em si mesma, um assassinato em massa (A.L., 11).

Por esses motivos, advogava pelo fim imediato da escravidão. Dizia que devíamos deixar a Deus “*formar cada um para si os seus planos de fortuna*”. Apenas ele poderia “*alterar a sorte de suas criaturas*” (A.L., 10). Também arrogava pelas leis naturais que deviam ser respeitadas “em qualquer tempo, em qualquer lugar, e em qualquer povo”. Dentre elas, e a principal, seria a liberdade individual, afirmando com base nisso que “*os homens não tem o direito de traficar em indivíduos da sua mesma espécie: pois que os homens, e a sua liberdade não são gênero de compra e venda*” (A.L., 10).

Por fim, João Maria também arrogava por uma igualdade perante a lei. Todos deviam ter “iguais direitos”. Para ele o que era necessário numa boa sociedade liberal era uma “*igualdade de direitos, e não igualdade de circunstâncias*”. Já que buscar uma igualdade absoluta entre todos seria impossível diante das individualidades de cada um, era necessário garantir ao homem a capacidade de “adquirir, conservar, usar e dispor, ou alienar qualquer coisa”, deixando a cada qual, segundo sua capacidade, a possibilidade viver com liberdade (A.L., 4).

Mas no que constituía a liberdade para João Maria? Ele mesmo alertava que é necessário compreender do que se trata essa liberdade, pois na América Hispânica, “*os Republicanos apregoando a liberdade e igualdade, e o Povo, que sem saber o que era igualdade, e liberdade, desatou-se todo, e fez aparecer as cenas pavorosas, que ainda hoje horrorizam*” (A.L., 4).

Em sua visão, a liberdade não era absoluta, porque mesmo Adão que viveu sozinho na terra tinha obrigações com Deus. Em sua interpretação social, ao entrar em sociedade o homem forma diversas relações com outros homens, formando obrigações e compromissos com seus iguais, o que diminui sua liberdade. Logo, “os deveres estão na razão direta das relações; e a liberdade está na razão inversa dos deveres, e por consequências das relações, das obrigações, e das leis”. Com isso, a liberdade absoluta é uma quimera (A.L., 4).



## Notas finais

Como pudemos ver, o pensamento político e social de João Maria se aproximava tanto das ideias liberais de seu tempo, quanto do que atualmente os liberais dizem buscar. Livre-comércio, liberdade individual, igualdade de direitos e individualismo eram bandeiras que já no início do século XIX eram defendidas com afinco por grande parte da elite intelectual e política brasileira. Mesmo assim, essas propostas não foram postas em prática de forma inequívoca e duradoura.

O que diferencia e o que chama atenção em João Maria é sua opinião sobre a escravidão. Seus relatos sobre a forma de transporte de escravos e as acusações de maus tratos buscavam criar entre os brasileiros uma “empatia imaginada” (HUNT, 2009), principalmente quando apelava para questões morais e religiosas. Para ele não bastava uma abolição gradual, como era defendida por grande parte da elite intelectual (YOUSSEF, 2011), era necessária uma abolição imediata.

Além da vontade de ver a escravidão finalizada imediatamente, João Maria também tinha um aspecto singular quanto aos motivos por trás desse desejo. Grande parte da elite acusava a escravidão de prejudicar o desenvolvimento moral e social dos brancos (PRADO, 2001), de prejudicar economicamente o Brasil (ROCHA, 2000) ou temiam uma revolta escrava (CARVALHO, 1998). João Maria era contra ela por considerá-la imoral. Os escravos eram nossos semelhantes, um ser humano como qualquer outro, e como tal, portador de leis naturais imutáveis, que ninguém, apenas Deus, poderia ofender. A base do pensamento liberal impunha-se até aos escravos, eles deviam ter liberdade. Os argumentos econômicos e políticos davam lugar ao argumento moral que tinha o escravo africano como centro da preocupação. Dessa forma, não é exagerado dizer que João Maria tinha ideias à frente de seu tempo, o que o caracteriza como um liberal radical.

Em relação ao nosso liberalismo atual, podemos perceber várias pautas de João Maria que persistem. Entretanto, no que pese à questão social, achamos que falta aos nossos liberais um olhar mais cuidadoso. A pauta liberal, como pudemos ver nos discursos de João Maria, não se preocupava apenas com questões econômicas e políticas. Livre-comércio e liberdade individual sim, mas um Estado mais justo e garantidor de direitos iguais. Lembramos que no século

XIX tivemos até mesmo uma proposta de “reforma agrária” (BASILE, 2004) feita por liberais.

Distante dessa preocupação social, o projeto liberal do século XXI parece não compreender que desenvolvimento econômico e social andam de mãos dadas. Torna-se imprescindível que o projeto liberal se expanda para além dos círculos econômicos e seja capaz de fazer com que os anseios financeiros vão de encontro com a promoção do desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades, bandeira de muitos dos seus predecessores (SMITH, 1996).

## Referências

BASILE, M. O. N. D. C. **O Império em construção:** projetos de Brasil e ação política na Corte Regencial. Tese de Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: I.F.C.S. - UFRJ, 2004.

CARVALHO, J. M. D. **A Construção da Ordem.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1980.

CARVALHO, J. M. D. Escravidão e Razão Nacional. In: CARVALHO, J. M. D. **Pontos e Bordados:** escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

COSTA, João Maria da. **Atalaia da Liberdade.** Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1826.

DOLHNIKOFF, M. **O Pacto Imperial:** origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.

FONSECA, S. C. P. B. D. A América como um Conceito: contribuição para o estudo da imprensa republicana fluminense e pernambucana entre 1829 e 1832. **Cadernos do CHDD**, Brasília, v. IV, n. número especial, 2005.

GUERRA, F.-X.; LEMPÉRIÈRE, A. **Los Espacios Públicos en Iberoamérica:** ambigüedades y problemas. Siglos XVII-XIX. México: Fondo de Cultura Económica-Centro Francês de Estudios Mexicanos y Centroamericanos, 1998.

HABERMAS, J. **Mudança Estrutural da Esfera Pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HUNT, L. **A Invenção dos Direitos Humanos:** uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NEVES, L. M. B. P. D. **Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)**. Rio de Janeiro: REVAN, FAPERJ, 2003.

POCOCK, J. G. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: EDUSP, 2003.

PRADO, M. E. D. C. Ordem Liberal, Escravidão e Patriarcalismo: as ambiguidades do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, L. M. P.; COSTA, M. E. **O Liberalismo no Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: REVAN, 2001.

REIS, A. F. Entre Smith e Quesnay: o debate econômico entre Plancher e Chapuis no Rio de Janeiro (1826). **Revista Escritas**, Tocantins, v. 7, n. 2, p. 176-193, jun/dez. 2015.

REIS, A. F. “Anarquistas” e “servis”: uma análise dos projetos políticos do ano de 1826 no Rio de Janeiro. Vitória: Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas - UFES, 2016.

ROCHA, A. P. Ideias antiescravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira. **Revista Brasileira de História**, v. 20, n. 39, p. 37-68, 2000.

SCHWARZ, R. **As Ideias Fora do Lugar**. São Paulo: Companhia das Letras e Penguin, 2001.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigações sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

YOUSSEF, A. E. **Imprensa e Escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil**. São Paulo: USP, 2011.

### **Sublime freedom: on João Maria da Costa's ideas on Atalaia da Liberdade journal (1826)**

#### ABSTRACT

The process of Brazil's independence was marked by an intense expansion of public spaces. Enthusiastic about the newly conquered freedom of the press and aware of the unique moment in the construction of the nation, several writers began their participation in the public scene through periodicals and pamphlets. In this context, Brazilian intellectual elite was formed who in his writings constructed political languages, modified the meaning of concepts and mobilized to defend the most different political projects. Included in this process is the writer João Maria da Costa and his newspaper Atalaia da Liberdade. Published at a time when D. Pedro I's government was at its peak, standing out

in the repression of the press and political opponents, the defeat of the Confederation of Ecuador and the closing of the Constituent Assembly, João Maria was one of the main voices of opposition to the Emperor's ministry. Defending the full exercise of freedom by Brazilian citizens, the immediate abolition of slavery, and even the beginning of a federalist/republican government in Brazil, João Maria attracted the ire of the governors and was physically threatened. This research seeks, through the newspaper *Atalaia da Liberdade*, to understand the liberal discourse of John Mary in the First Kingdom

Keywords: Press, First Reign, Intellectuals, Newspapers.



## Arte e Estado: Portinari e sua correspondência como um espaço de “sociabilidade intelectual” (1920-1945)

Ana Carolina Machado Arêdes<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho procura entender o entrosamento do pintor Candido Portinari no ambiente intelectual e político, entre os anos de 1920 a 1945, por meio da análise das correspondências trocadas entre ele e seu influente círculo de amizades. Portinari possui um rico acervo epistolar capaz de revelar muitos aspectos sobre sua personalidade, suas convicções políticas e artísticas e a maneira pela qual ele se relacionava com grandes nomes da arte, intelectualidade e da burocracia estadonovista. O recorte de 1920 a 1945 foi adotado porque o pintor começou a se destacar no cenário nacional na década de 1920, e, esta análise pretende se concentrar na participação dele no primeiro governo Vargas, que teve fim em 1945. Dessa maneira, as missivas do artista representam nessa pesquisa a chave para a compreensão de sua trajetória artística, do seu relacionamento social e da sua atuação no Estado.

Palavras-Chave: Arte, Intelectuais, Estado, Correspondências.

Recebido em 27/08/2018  
Aceito para publicação em 11/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.23473>

\*\*\*

Na esteira do pensamento de Michel Trebitsch, este trabalho pretende tratar das correspondências de Candido Portinari enquanto um lugar de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Email: anacarolaredes@yahoo.com.br.

“sociabilidade intelectual” (TREBITSCH, 1992). Portinari consagrou-se como pintor no cenário brasileiro na década de 1930, período em que Getúlio Vargas presidia o país e cuja gestão se caracterizou pela ampla participação de artistas e intelectuais, das mais variadas correntes de pensamento, nos quadros da burocracia estatal. Entre estes intelectuais era comum o intercâmbio epistolar, muito usado como forma de inserção social, cultural e profissional, além de constituir um importante veículo de comunicação, troca de ideias e favores. Por isso, as missivas serão aqui entendidas como um espaço de “sociabilidade” seja intelectual, profissional, pessoal ou íntima (TREBITSCH, 1992).

A troca epistolar, assim como o círculo de interlocutores de Candido Portinari cresceu substancialmente na década de 1930, o que contribuiu para intensificar seu relacionamento com importantes nomes das artes, das letras e da política. Este convívio intelectual por meio das missivas manteve-se pelas décadas seguintes e foi o principal veículo utilizado pelo pintor para fechar encomendas e negociar seus trabalhos, pedir sugestões e relatar como estava o andamento de suas obras. Portanto, a correspondência do pintor é capaz de revelar muitos aspectos do ambiente político e cultural da sua época, visto que o artista participou ativamente dessa conjuntura.

Filho de imigrantes italianos, Candido Portinari nasceu em dezembro de 1903 em Brodósqui, cidadezinha do interior paulista. Em 1919, foi para o Rio de Janeiro decidido a estudar pintura. No ano seguinte, conseguiu ingressar na tradicional Escola Nacional de Belas Artes, prestigiada instituição que ministrava o ensino formal de Arquitetura e Artes Plásticas. Foi por meio da confecção de retratos da elite que Portinari começou a se destacar como pintor. Os retratos traziam retorno financeiro e o ajudavam em seu sustento. Além disso, a produção retratística colaborava para o entrosamento no ambiente político e intelectual da época.

Segundo Sérgio Miceli, os retratos documentaram e estimularam a necessidade das elites em investir em representações artísticas, com o intuito de construir uma determinada figura social. O artista, por seu turno, canalizava esta energia e a transmitia no feitiço dessas “imagens negociadas”. Progressivamente, Portinari estreitou mais e mais os laços com essa elite, para a qual produzia retratos. Isto contribuiu para o reconhecimento do pintor no cenário artístico nacional. Pouco a pouco foi aperfeiçoando sua técnica e concorrendo com seus retratos aos salões da ENBA. Em 1928, alcançou a maior premiação oferecida pela Escola, a de viagem à Europa, com o retrato do poeta e amigo Olegário Mariano (MICELI, 1996).



**Figura 1:** Retrato de Olegário Mariano, 1928. Óleo sobre tela. 198 x 65,3 cm.  
Fonte: Projeto Portinari.

Portinari escolheu a França como destino e na Europa teve contato com os movimentos artísticos de vanguarda - também conhecidos como “ismos”: futurismo, expressionismo, cubismo, surrealismo, entre outros – e com a arte passadista.

Segundo Almerinda da Silva Lopes, as vanguardas marcaram a ruptura com a representação mimética da arte e decretaram a desordem ou o rompimento com o passado, mas isso demorou a ser compreendido pelos pioneiros historiadores da arte, que buscavam relacionar tais mudanças com referências passadistas, por não estarem convictos dessa transformação artística ou preparados para aceitá-la. Foi preciso certo distanciamento, para perceber em uma extensão mais ampla, que cada vertente da modernidade perturbou a ordem anterior, pela necessidade de fundar uma nova ordem que rompesse com os valores estabelecidos. Tal desordem seria um “antídoto contra a inércia” (LOPES, 2002).

Para Annateresa Fabris, o contato de Portinari com o agitado ambiente artístico e cultural europeu e a oportunidade de conhecer os museus certamente influenciou sua maneira de pintar, visto que foi paulatinamente se afastando dos ditames tradicionais e, pouco a pouco, despertando sua própria maneira de encarar a arte (FABRIS, 1990). Na Europa, Portinari sentiu-se desejoso de pintar elementos que aludissem à sua terra natal, Brodósqui. Em carta à amiga Rosalita Mendes, expressou a vontade de retratar o Palaninho, um personagem com as características simples da gente do interior.

*Daqui fiquei vendo melhor a minha terra – fiquei vendo Brodósqui como ela é. Aqui não tenho vontade de fazer nada... Vou pintar o Palaninho, vou pintar aquela gente com aquela roupa e aquela cor. Quando comecei a pintar senti que devia fazer a minha gente e cheguei a fazer o “baile na roça”. Depois desviaram-me e comecei a tatear e a pintar tudo de cor – fiz um montão de retratos. Eu nunca tinha vontade de trabalhar e toda gente me chamava preguiçoso. Eu não tinha vontade de pintar porque me botaram dentro de uma sala cheia de tapetes, com gente vestida à última moda... [...] Uso sapatos de verniz, calça larga e colarinho baixo e discuto Wilde mas no fundo eu ando vestido como o Palaninho e não compreendo Wilde.*





**Figura 2:** *Palaninho*, 1930. Desenho a grafite sobre papel. 19,5 x 13 cm.  
Fonte: Projeto Portinari.

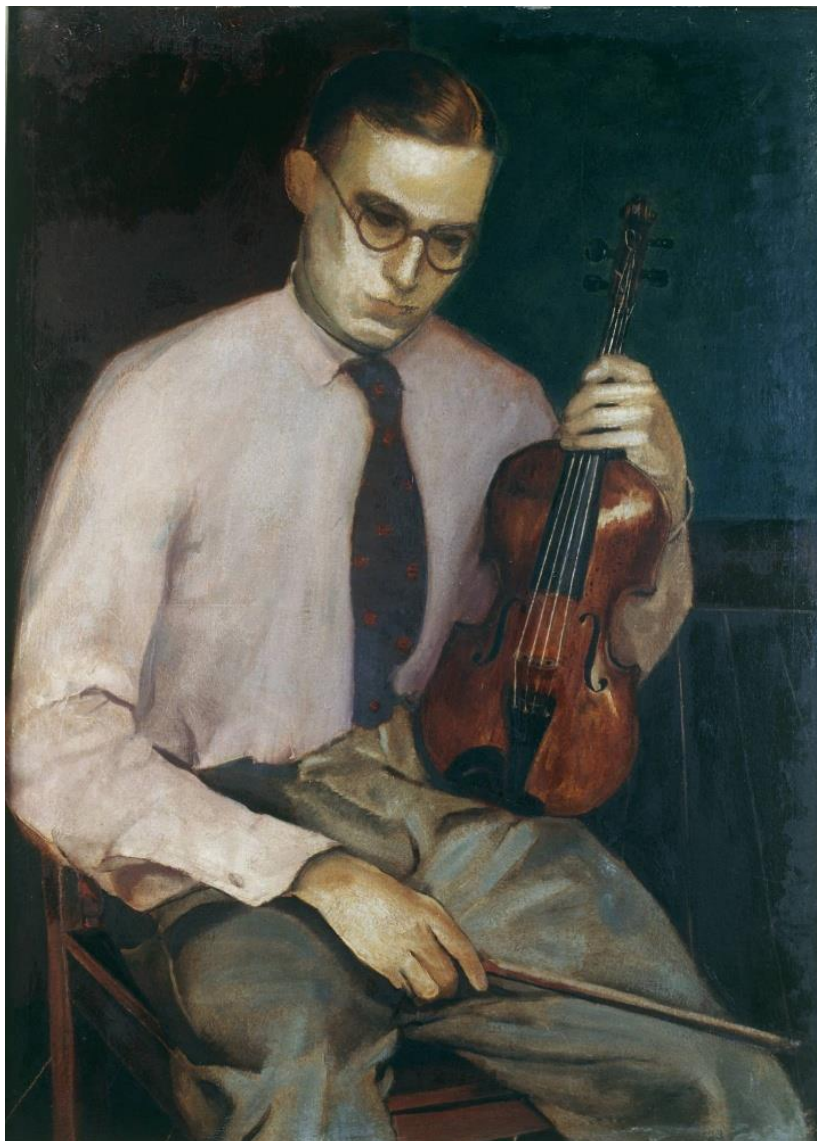
Enquanto Portinari esteve na Europa, aconteceu no Brasil uma reviravolta política, a Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas ascendeu à Presidência da República por meio de um golpe de Estado. Vargas assumiu o poder com a promessa de promover transformações e progresso. O novo governo tomou para si responsabilidades que antes não lhe cabiam, como a industrialização, o trabalho, a saúde, a cultura e a educação. Dessa forma, foram criados ministérios para que essa demanda fosse suprida, tais como o Ministério

da Indústria e Comércio, o Ministério do Trabalho e o Ministério da Educação e Saúde Pública. A gestão varguista também renovou algumas instituições artísticas e culturais, conferindo-lhes novas feições, tais como a Biblioteca Nacional, o Museu Histórico e a Escola Nacional de Belas Artes.

O arquiteto Lúcio Costa foi nomeado diretor da ENBA e adotou uma postura revolucionária, já que procurou tornar a instituição mais democrática e menos conservadora em relação à arte. Em 1931, organizou o XXXVIII Salão Nacional, que ficou conhecido como Salão Revolucionário ou Salão Lúcio Costa, diante da oposição da ala conservadora da ENBA. Nesta edição, o salão não ofereceria prêmios e nem selecionaria trabalhos, todos poderiam expor. Segundo Ângela Luz, esta atitude quebrava a hierarquia da mostra oficial, com seu escalonamento de prêmios e medalhas. O Salão de 1931 rompia com as normas rígidas da arte brasileira calcadas na tradição e no academicismo, em uma relação direta com o que representou a Revolução de 1930, que derrubou as estruturas vigentes para dar lugar às novas possibilidades (LUZ, 2008).

Portinari voltou ao Brasil em 1931 e participou deste salão, tanto como expositor, quanto como membro da comissão organizadora, também composta pela artista Anita Malfatti, pelo escultor Celso Antônio e pelo literato Manuel Bandeira (LUZ, 2008). Mário de Andrade esteve presente nesse salão e se encantou pelo retrato do violinista Oscar Borgeth, produzido por Candido Portinari. Mário considerou O Violinista como “o melhor quadro do salão de 31”, pela “firmeza extraordinária do desenho”. A partir de então, depositou no pintor “uma confiança sem reservas” (ANDRADE, Mário. Apud RAMOS, Priscila, s/d).

Quando retornou ao Brasil, Portinari começou a construir seu importante círculo de amizades, dentre as quais podemos já citar Lúcio Costa e Mário de Andrade. Ambos engajados na produção artística e cultural do período, bem relacionados culturalmente e politicamente, sendo funcionários públicos – Lúcio Costa diretor da ENBA e Mário de Andrade chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo. Como bem apontou Sergio Miceli, antes da viagem à Europa, o pintor vinha se dedicando à produção de retratos da elite e, com isso, começou a participar do ambiente cultural, mas ficou limitado, uma vez que lidava, na maioria das vezes, com pessoas ligadas ao universo dos colegas da ENBA, o que confirma o “confinamento social” do pintor, que estava restrito ao espaço da prática profissional e da afirmação artística (MICELI, 1996).



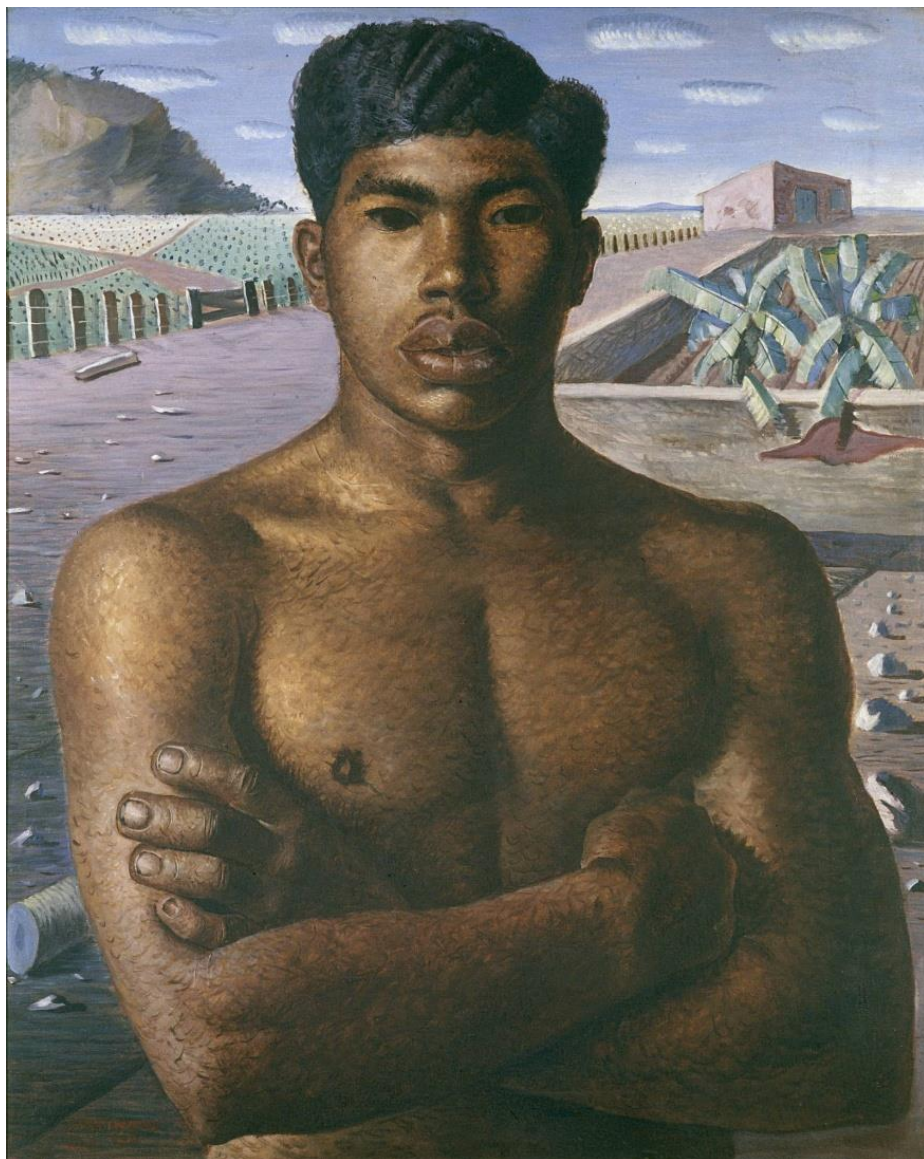
**Figura 3:** *O Violinista*, 1931. Óleo sobre tela. 110 x 80 cm.

Fonte: Projeto Portinari.

Para Mário Pedrosa, quando Portinari retornou da Europa descobriu efetivamente o modernismo, tornando-se um artista propriamente dito. A adesão do pintor ao modernismo e seu conseqüente afastamento do academicismo se deu de forma segura, lenta e gradual. Prova disso é que enquanto Portinari apresentava novas composições de francas tendências construtivistas ou cubistas, continuou a cultivar a arte clássica (PEDROSA, 1981).

Segundo Fabris, Portinari foi cada vez mais aperfeiçoando sua técnica e lhe conferindo características modernistas. A participação do pintor no

movimento modernista brasileiro foi um trunfo em virtude das duras críticas que a estética desse movimento sofria. É que os pintores acadêmicos acusavam os modernos de empregar o traçado mais livre e as deformações no desenho para esconder a falta de domínio técnico. Todavia, Portinari era respeitado no meio artístico, visto que frequentou a ENBA, onde se destacou e recebeu muitos prêmios. Assim sendo, não poderia ser acusado de falta de conhecimentos técnicos, mas sim, reconhecido por fazer escolhas estéticas diferentes (FABRIS, 1990).



**Figura 4:** *Mestiço*, 1934. Óleo sobre tela. 81 x 65,5 cm.

Fonte: Projeto Portinari.

O engajamento social, para Fabris, foi o que marcou as pinturas de Portinari. Suas obras poderiam ser resumidas a uma única preocupação: o homem. O homem em questão era aquele responsável pelo progresso do país, o trabalhador braçal, o negro e o mulato. Portinari enfatizou a força do trabalho do negro e do mestiço como uma forma de denúncia aos resquícios da escravidão que ainda existiam no Brasil. O trabalhador braçal era alheio aos meios de produção e aos frutos do seu trabalho, que executava por necessidade de sobrevivência, muitas vezes não por escolha ou vontade. O negro era o símbolo do proletariado, a figura que se opunha à elite branca. Para Portinari, o negro era o agente responsável pelo desenvolvimento nacional (FABRIS, 1990).



**Figura 5:** *Lavrador de Café*, 1934. Óleo sobre tela. 100 x 81 cm.

Fonte: Projeto Portinari.

Segundo Annateresa Fabris, os corpos dos trabalhadores são escultóricos e suas mãos e pés poderosos. A deformação dos pés e das mãos das figuras representadas pode ser considerada o componente mais forte de Portinari. Os pés dos trabalhadores são grandiosos e fincados ao solo, transmitindo a sensação de que o homem se integra à natureza e parece brotar dela. As mãos fortes têm aparência calejada, desgastadas pelo trabalho (FABRIS, 1990).

Aperfeiçoando sua técnica e ajustando sua pincelada aos temas que traduziam sua alma como artista, Portinari conquistou espaço no seletivo meio artístico e intelectual brasileiro. O ano de 1935 ficou marcado na carreira do artista pela conquista da segunda menção honrosa no Instituto Carnegie de Pittsburgh, nos Estados Unidos. Lá apresentou a tela *Café*, composição que retrata uma colheita de café com seus trabalhadores.



**Figura 6:** *Café*, 1935. Óleo sobre tela. 130 x 195 cm.

Fonte: Projeto Portinari.

Segundo Fabris, Portinari demonstrou claramente na tela *Café* a sua tendência ao muralismo. A monumentalidade dos corpos e o trabalho em perspectiva transmitem a sensação de que a cena vai saltar da tela. Essa premiação teve muita repercussão na imprensa nacional e internacional. No Brasil, o sucesso desta tela fez com que o pintor fosse notado pela burocracia estatal estado-novista, em especial pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo

Capanema, que fez questão de adquirir a tela para a coleção da Escola Nacional de Belas Artes (FABRIS, 1990).

Para Mário Pedrosa, Portinari procurou um material mais duro, menos amoldável, menos mundano que o óleo. Experimentou a pintura à têmpera e a técnica do afresco, que o consagraria como artista. O pintor não chegou aos afrescos por um simples incidente exterior, não foi o muralismo mexicano que influenciou o brasileiro. A evolução interna de Portinari enquanto artista, a sua busca sucessiva por novas possibilidades oferecidas pela pintura, o levaram ao muralismo. Da tinta a óleo à pintura mural, o artista passou pela têmpera e por exaustivas pesquisas do material e das proporções da tela (PEDROSA, 1981).

Em outra carta a Mário de Andrade, Portinari relatou o que estava pensando sobre as técnicas da pintura:

*Do seiscentos para cá ou melhor até o século passado o óleo predominou e eles trataram o material como deviam tratá-lo: com as esfumaturas que só o óleo dá. Tem se imitado a pintura à têmpera e afresco pintando à óleo. O Café parece mais um afresco não só na composição mas sobretudo na fatura. Ainda não estou convencido se isso redunde em defeito. Contudo acho que o melhor seria tirar partido do material. Por exemplo o Café se tivesse sido pintado à têmpera talvez seria mais forte. Pode ser que esteja dizendo asneira em todo caso estou sondando pra chegar a um resultado. Você não acha que de vez em quando é bom bater a cabeça?*

O artista foi experimentando tintas diversas até que chegou ao afresco, que consistia na pintura sobre paredes. No auge de sua produção artística, Portinari defendeu a pintura muralista como forma de expressão mais vibrante e monumental.

Em 1936, Portinari foi convidado para fazer um dos maiores trabalhos da sua carreira, em especial no que tange às produções para a oficialidade – os murais do edifício sede do Ministério da Educação e Saúde. Tal empreitada absorveu o artista por quase dez anos, mas fez com que Portinari se sentisse realizado, com ele próprio afirmou em carta a Ribeiro Couto:

*Comecei há um ano e meio o maior trabalho de minha vida. Não sei se você sabe que eu estou pintando o novo Ministério da Educação. [...] A pintura vai ser afresco [...] Estou muito contente pois o meu sonho era poder fazer um trabalho assim.*

A pintura dos murais em afresco era novidade no Brasil, desse modo, o pintor dedicou-se a pesquisas sobre o material e as técnicas. No verão em Brodósqui, escreveu ao amigo Carlos Drummond de Andrade, relatando suas experiências: Estou fazendo afresco de verdade já sujei as paredes cá de casa. Desde que cheguei não perdi um dia.

Os afrescos do pintor brasileiro são associados ao muralismo mexicano, movimento artístico do México, promovido por artistas como José Clemente Orozco, Diego Rivera e David Alfaro Siqueiros. Para Carlo Argan, o muralismo mexicano estava associado a uma arte de engajamento que propunha o retorno à antiga cultura pré-colombiana, que foi suprimida pelos colonizadores espanhóis. Argan afirma que a classe camponesa, descendente dos povos nativos, se rebelou contra a classe latifundiária, que tinha como ascendentes os colonizadores espanhóis (ARGAN, 1992).

Segundo Argan, os artistas e intelectuais ligados ao modernismo mexicano apoiaram a revolta camponesa e quando essa classe tomou o poder, os modernistas encontraram uma forma de expressar sua arte nos canais oficiais. Produziram uma arte muralista, que evocava elementos do folclore e da cultura popular mexicana, como forma de estampar através da arte essa história para as classes populares. Essa arte de revolta influenciou muitos países latinos, em especial aqueles que a classe operária era oprimida. Para Argan, Portinari foi um representante dessa corrente no Brasil (ARGAN, 1992).

Assim como os muralistas mexicanos, Portinari encontrou meios para expressar sua pintura nos canais oficiais. Contudo, sua aproximação com o governo e a amizade com políticos influentes, lhe renderam severas críticas. Em certa ocasião, quando o pintor estava nos Estados Unidos a trabalho, Oswald de Andrade disparou ataques a ele em forma de artigo publicado na revista Nação Armada: O pintor está gordo e regalado, morando bem, mas na verdade pintando mal, e lá vêm os amigos cobrir de coroas o cemitério de obras que está saindo de sua palheta cansada (ANDRADE, Oswald. Apud. Catálogo Raisonné de Portinari, 2004). Oswald acusava Portinari de copiar os muralistas mexicanos. Em trabalho nos Estados Unidos, Portinari teve notícia do artigo publicado e escreveu ao ministro Gustavo Capanema:

*Tive notícias ontem que me deixaram muito triste – parece que publicaram artigo na Nação Armada – explorando o velho tema. Enquanto isto aqui tenho sido tratado como se eu fosse um grande homem. Pedidos de*



*dezenas de museus para exibirem meus quadros. [...] As conversas que tenho tido aqui desde o Rockefeller até as pessoas mais humildes: É dizendo que o presidente Getúlio é querido pelo povo, que as nossas leis trabalhistas são as mais avançadas do mundo, que ele criou o Ministério da Educação e Saúde, o Ministério do Trabalho. Que o presidente é um grande patriota que tem defendido o Brasil dos exploradores e coisas neste gênero. Acho injusto o que estão fazendo comigo. Falo assim como o Sr. porque tem sido o seu apoio que me tem levantado até conseguir o sucesso que obtive aqui. Do amigo sincero Portinari.*

Nessa missiva, Portinari deixa transparecer o apreço e gratidão que tinha por Capanema. Além disso, o pintor demonstrou simpatia pelo governo de Vargas, o qual afirmou que muito se elogiava nos Estados Unidos. Apesar da manifesta simpatia pela esquerda comunista, Portinari realizou inúmeros trabalhos para a burocracia estatal, especialmente para o Estado Novo. Artistas e intelectuais nutriam com o regime ditatorial varguista uma posição de dubiedade, marcada por momentos de adesão e afastamento.

Helena Bomeny sustenta que o Estado Novo foi um período de indiscutível mecenato da política brasileira, já que o governo possuía um projeto para a construção do Estado Nacional sobre as sólidas bases da educação, da cultura e da ciência. Ao agir como mecenas, o governo que pretendia criar um Estado moderno, acolheu intelectuais de diversas correntes de pensamento. A participação da inteligência na burocracia foi tão intensa que política e cultura estavam imbricadas. Contudo, a relação destes intelectuais era marcada pelo enaltecimento e a crítica ao regime despótico (BOMENY, 2001).

Para Miceli, a relação dos intelectuais com o Estado foi marcada pelo dilema da participação em um governo autoritário. A inteligência se apoiava em “álibis nacionalistas” para justificar seu envolvimento com o Estado Novo (MICELI, 1979). O Estado e os artistas e intelectuais tinham um projeto comum de construir ou reinventar uma identidade para a nação.

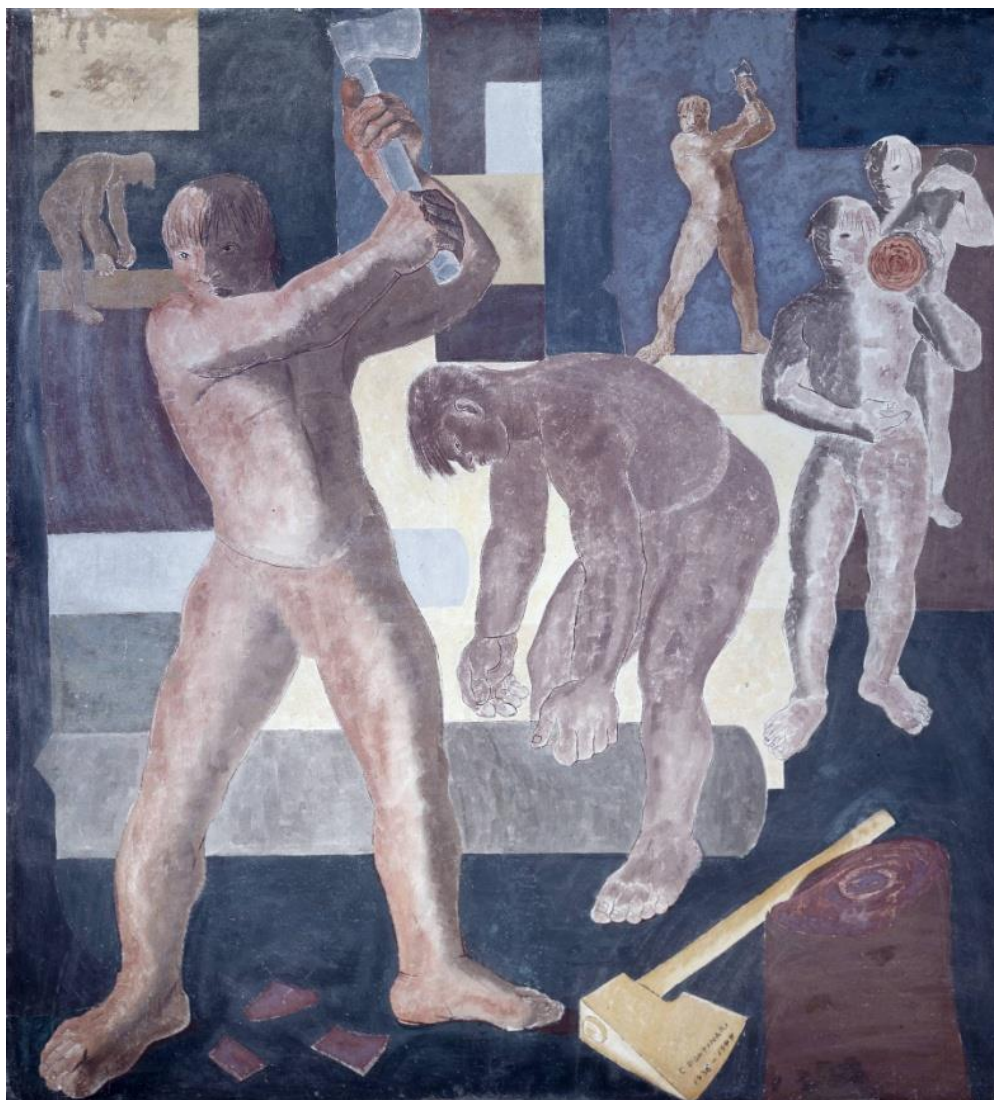
Curioso era que os intelectuais do Ministério Capanema sentiam menos desconforto em participar do governo. Tanto Miceli quanto Bomeny salientaram esta questão. Para Miceli, a gestão Capanema era uma espécie de “território livre e infenso” às ideologias do regime (MICELI, 1979). Capanema se colocava acima de disputas ideológicas e seu território caracterizava-se pela ousadia e variedade de ideias (MOREIRA, Regina. Apud. BOMENY, 2001). Para

Bomeny, o MES concentrou um grande número de intelectuais, convidados a auxiliarem na elaboração de políticas mais distintas nas áreas da vida social, colaborando na construção de um “Estado do bem-estar”. Todavia, mesmo em um ambiente com ideias mais arejadas, os intelectuais demonstravam fidelidade parcial em relação à política (BOMENY, 2001).

De acordo com Bomeny, os intelectuais minimizavam o constrangimento de participar de um governo autoritário usando a arte como justificativa. É como se arte ultrapassasse a política em sua transcendência, em sua insuperável capacidade de emocionar e em sua insubmissão às conjunturas (BOMENY, 2001).

Quando voltou dos Estados Unidos em 1942, Portinari foi recebido por Getúlio Vargas em Petrópolis, o que demonstra o reconhecimento do artista pelo governo brasileiro. Retomou a empreitada nos murais do MES. Em 1945, quando finalizava os trabalhos, solicitou a Capanema que o liberasse para fazer uma viagem profissional a Argentina, ao que o ministro respondeu negativamente, demonstrando a preocupação em concluir a decoração do edifício antes do fim do Estado Novo:

*Meditei sobre a nossa conversa, e falei a alguns amigos. Cheguei à conclusão de que sua viagem agora a Buenos Aires poderá comprometer o coroamento de sua notável obra no edifício de nosso Ministério. É preciso ter em vista que, com algumas semanas mais, estará findo o meu tempo de ministro. Receio que, com outro, sobretudo se for um espírito prevenido contra a nossa orientação, aquelas paredes venham a ter outro acabamento. O meu sincero desejo é, pois, que você não vá. Julgo tão essencial aos interesses artísticos de nosso país a conclusão de sua obra no edifício do Ministério da Educação, que ousou sugerir o adiamento de sua viagem, afim de que, este mês ou até meado de novembro (enquanto ainda temos tempo), você a conclua.*



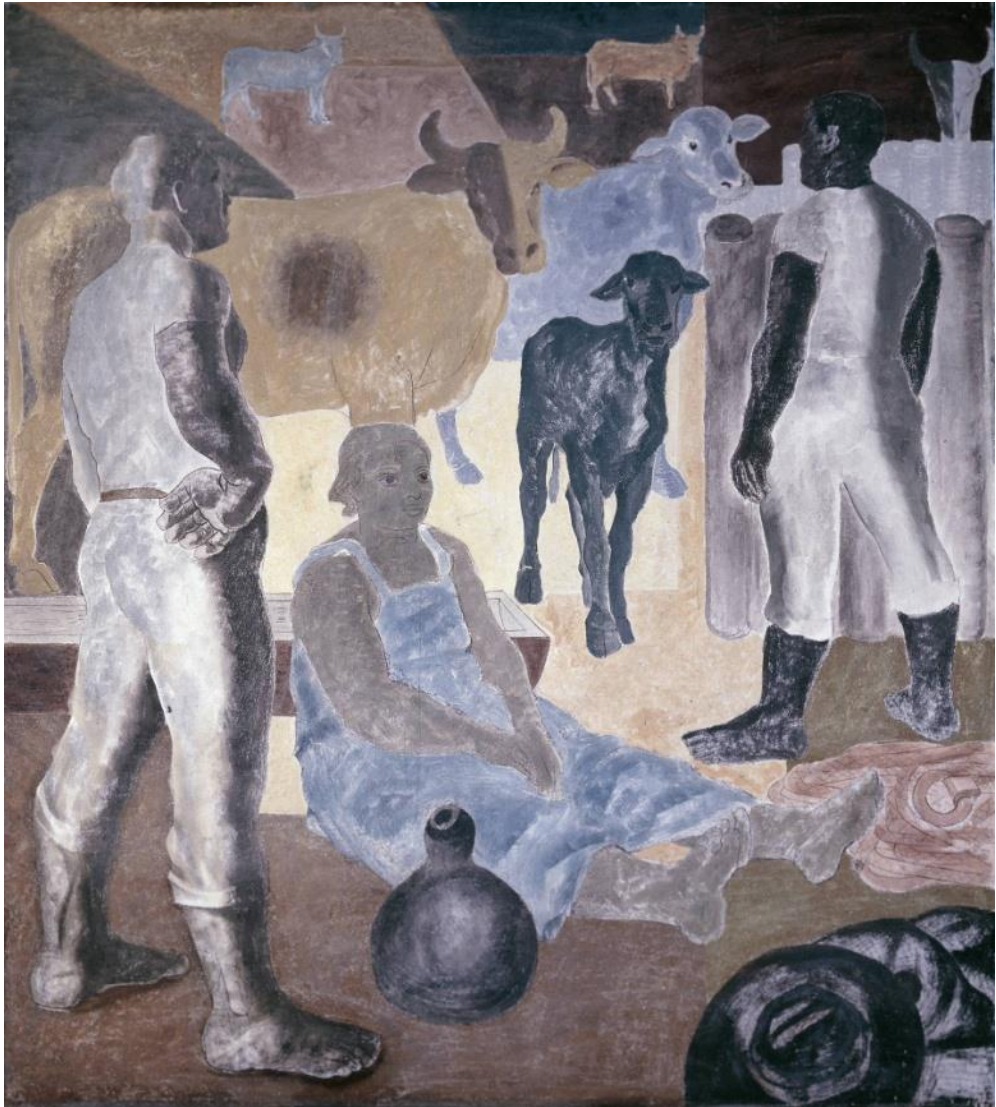
**Figura 7:** *Pau-Brasil*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 250 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 8:** *Cana*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 250 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 9:** *Gado*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 246 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 10:** *Garimpo*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 298 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 11:** *Fumo*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 294 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 12:** *Algodão*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 300 cm.

Fonte: Projeto Portinari.





**Figura 13:** *Erva-Mate*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 297 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 14:** *Café*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 297 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 15:** *Cacau*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 298 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 16:** *Ferro*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 248 cm.

Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 17:** *Borracha*, 1938. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 248 cm.  
Fonte: Projeto Portinari.



**Figura 18:** *Carnaúba*, 1944. Pintura mural a afresco, técnica e suporte combinados. 280 x 248 cm.

Fonte: Projeto Portinari.

O trabalho no Ministério foi concluído pouco antes do fim do Estado Novo, como queria Capanema. Portinari realizou os murais dos ciclos econômicos e outros com temáticas diferentes. Além disso, em parceria com o artista plástico Paulo Rossi Osir, confeccionou a arte em azulejaria na portada do edifício. Ainda em 1945, Portinari filiou-se ao Partido Comunista, que acabava de sair da ilegalidade em que foi colocado durante a ditadura varguista. Ao longo de sua trajetória artística, o pintor demonstrou preocupação em retratar os problemas sociais e a condição do trabalhador. Apesar de suas convicções pessoais, Portinari demonstrou em suas missivas grande apreço e admiração pelo governo do presidente Vargas.

As missivas de Portinari proporcionam o entendimento da época em que foram escritas, ao mesmo tempo em que revelam muito sobre a personalidade e as escolhas estéticas do pintor. Tal documentação foi levantada, catalogada e digitalizada pelo Projeto Portinari, que cuida da guarda e da conservação das obras e documentos ligados ao artista. Dessa forma, é um arquivo valioso para a preservação da memória nacional, em virtude da importância do seu acervo para a compreensão do processo histórico-cultural brasileiro.

## Referências

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte Moderna*. Trad. Denise Bottmann e Frederico Carotti. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

ANDRADE, Mário. *apud*. SILVA, Priscilla Ramos. História da Arte Brasileira no Século XX. Disponível na Internet via:

<https://pt.scribd.com/presentation/16835840/Arte-Brasileira-Sec-XX3>.

BOMENY, Maria Helena. Infidelidades Eletivas: Intelectuais e Políticas. In: BOMENY, Helena. (org.) *Constelação Capanema: Intelectuais e Políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Editora Universidade de São Francisco, 2001.

FABRIS, Annateresa. *Portinari, pintor social*. São Paulo: Editora Perspectiva/ Editora da USP, 1990.

LOPES, Almerinda Silva. Identidade ou identidades artísticas brasileiras? XXII Colóquio Brasileiro de História da Arte, 2002. Disponível na Internet via: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2002/textos/texto08.pdf>.

LUZ, Ângela. A XXXVIII Exposição Geral de Belas Artes e sua significação para a construção da modernidade no Brasil. Salão de 31. Cadernos PROARQ 12. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFRJ, 2008.

MICELI, Sergio. *Imagens Negociadas: retratos da elite brasileira (1920-1940)*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

PEDROSA, Mário. *Dos murais de Portinari aos Espaços de Brasília*.

AMARAL, Aracy. (org.) São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

PORTINARI, Candido. Candido Portinari: catálogo raisonné = catalogue raisonné. Org. João Candido Portinari, Christina Penna. Rio de Janeiro, RJ: Projeto Portinari, 2004. 5 v. il.

TREBITSCH, Michel. *Correspondances d'intellectuels: les cas de lettres d'Henri Lefebvre à Norbert Guterman (1935-1947)*. Les Cahiers de l'IHTP, n°20, mars 1992. s/p.

## FONTES DOCUMENTAIS

Acervo de correspondências e imagens do Projeto Portinari. Página do Projeto disponível na internet via: <http://www.portinari.org.br/>

### **Art and State: Portinari's correspondences as a space for "intellectual sociability" (1920-1945)**

#### ABSTRACT

This paper aims to understand how was the involvement of the painter Candido Portinari in the intellectual and political environment of the years 1920 to 1945, through the analysis of correspondences exchanged between him and his influential circle of friends. Portinari has a rich epistolary collection able to reveal a lot of aspects about his personality, his political and artistic convictions and how his was related with big names of art, intellectuality and of the estado-novista burocracy. The cut between of 1920 to 1945 was adopted because the painter started to stand out on the national scene in the 1920's, and, this analysis intends to focus on his participation in the first President Vargas government, which finished in 1945. So, the artist's letters represent in this work the key to understand his artistic trajectory, his social relationship and his performance in the State.

Keywords: Art, Intellectuals, State, Letters.





## A dimensão regional na literatura e sua importância para o pensamento social brasileiro

Renata Santos Rente<sup>1</sup>

### RESUMO

Superando o otimismo patriótico da condição de “país novo” que produziu uma “consciência amena do atraso”, o romance social das décadas de 1930 e 1940, com destaque para as obras de cunho regional, assumiu um tom de denúncia que, segundo Antonio Candido, precedeu “a tomada de consciência dos economistas e políticos”. Ainda segundo o crítico, não obstante os melhores produtos da ficção brasileira tenham sido urbanos – pois que desprovidos da atitude pitoresca e da ênfase na cor local –, a realidade econômica do subdesenvolvimento “manteria a dimensão regional como objeto vivo”. O realismo social que se esboça em particular no assim chamado “romance do nordeste”, é momento importante que assinala as transformações no tratamento da matéria social brasileira na literatura. Nesse artigo, em diálogo com o texto “Literatura e subdesenvolvimento” de Antonio Candido apresentamos alguns apontamentos acerca do modo como a literatura de cunho regional, em particular de autores como Graciliano Ramos e Guimarães Rosa expõem a relação contraditória entre atrasado e moderno de modo a oferecer uma perspectiva crítica em relação ao progresso e à formação nacional.

**Palavras-Chave:** Literatura, Regionalismo, Formação nacional, Antonio Candido.

Recebido em 27/11/2018  
Aceito para publicação em 17/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.23046>

### Introdução

Antonio Candido é notadamente um dos maiores expoentes do que reconhecemos como pensamento social brasileiro. Não obstante boa parte sua produção tenha sido dedicada à literatura, destacando-se as atividades de crítica e historiografia literária, Candido é exemplo de uma geração de intelectuais cujo

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Teoria Literária e Literatura Comparada na Universidade de São Paulo (USP).  
Email: [renascidinha@gmail.com](mailto:renascidinha@gmail.com).

interesse pela matéria brasileira ensejou o trânsito entre diferentes campos do pensamento social. A geração da qual o crítico faz parte esteve, aliás, à frente da formação, em âmbito universitário, de vários desses campos.

Num momento que precede a consolidação desses campos, a literatura apresentava-se como referência importante para o pensamento brasileiro já que os estudos sociais se desenvolveriam no país somente com a criação dos centros universitários. Antes disso, como assinala Candido, a divisão do trabalho intelectual não havia se constituído da maneira como hoje se apresenta e a literatura cumpria uma função que extrapolava o espectro do sistema literário propriamente dito: ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [a literatura] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviriam para orientar e dar forma ao pensamento (Candido, 2000, p.120). Nesse contexto, a literatura se constituía como momento das atividades pesquisa e interpretação do país, sendo a principal componente da formação de uma consciência nacional.<sup>2</sup> Essa correlação se mostra decisiva num momento posterior, confirmando a vocação empenhada da literatura no país, que antecipa questões (e formas de tratá-las) que as ciências sociais só passariam a abordar no decorrer do século XX.

A avaliação de Candido, voltada em especial para um momento anterior ao desenvolvimento da pesquisa no campo das ciências sociais, contribui para pensar também sobre o momento, do qual o crítico participa, em que os campos estão se desenhando. Considerar esses momentos é importante tanto para situar o contexto com o qual essa avaliação do crítico dialoga mais diretamente, considerando que se trata de um texto redigido nos anos de 1950, quanto para perceber como essa avaliação se coloca em textos posteriores. Também o momento em que tomamos contato com essas avaliações deve ser considerado se quisermos estabelecer uma interlocução que leve em conta os desdobramentos do processo de modernização em escala nacional e mundial que informam nosso ponto de vista. E uma interlocução nesses termos implica o reconhecimento de que o modo como interpretamos o passado se apresenta como um dos componentes mais ativos do presente.

Não é sem consequências que persiste na tradição do pensamento social brasileiro a interpretação de que a formação do país se realiza fazendo coexistir

---

<sup>2</sup> “[...] a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos empecilho à formação do espírito científico e técnico (sem condições para desenvolver-se) do que um paliativo para a sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como exploração e revelação do Brasil aos brasileiros.” (Candido, 2000, p.121).

formas atrasadas e modernas. Muito embora pareça resultado de uma constatação inequívoca, essa interpretação ensejou, tanto no campo do pensamento social, quanto nos discursos e práticas políticas que nela se fundamentam, uma expectativa positiva em relação às ações modernizadoras que, mais das vezes, obliterou aspectos contraditórios desse processo. Muito embora a modernização levada a cabo pelo Estado desenvolvimentista e pelos militares tenha sido criticada como conservadora, a ênfase na necessidade de superação do atraso (como resquício abjeto da sociedade colonial) correspondeu à ênfase na qualidade positiva da modernização e, muitas vezes, serviu de justificativa para a “necessidade” de modernizar a qualquer custo.

Travando um diálogo com essa tradição ao longo de nossas pesquisas<sup>3</sup>, apontamos a necessidade de reconhecer e criticar o dualismo subjacente às interpretações sobre a formação nacional e, para tanto, tem sido fundamental investigar o que está na base desse processo considerando os desdobramentos catastróficos que se fazem sentir de modo agudo no presente. Entendendo a modernização como processo de formação e generalização das relações capitalistas, e reconhecendo nos desdobramentos atuais o colapso desse processo, essa crítica não é feita com a pretensão de corrigir ou de apontar o dualismo como uma perspectiva equivocada, mas de chamar atenção para a força com a qual essa interpretação atua no presente, não obstante as expectativas com relação à modernização tenham mudado.

Para dar um exemplo, fundamental para o debate que estamos propondo aqui, a expectativa com relação à instrução e ao desenvolvimento dos estudos universitários, presente na avaliação que Antonio Candido faz na década de cinquenta, é distinta daquela que podemos observar em avaliações posteriores do crítico, e ainda mais distinta das expectativas que podemos ter em nossa época.

Tendo como parâmetro a formação universitária das últimas décadas e o contexto de especialização no qual, grosso modo, a reflexão cede espaço à lógica das pesquisas e seus resultados, a própria formação intelectual, que estava no horizonte do crítico, se mostra comprometida. Diferente da geração que se

---

<sup>3</sup> O presente texto sintetiza leituras e discussões realizadas em grupos de estudos e que estão sistematizadas e desdobradas em nossas dissertações e teses. Não obstante as reflexões se apresentem a partir de formulações autorais, entendemos a importância de enfatizar o processo coletivo de elaboração em relação ao qual a redação de trabalhos acadêmicos é momento importante, mas não finalidade exclusiva. A maioria desses trabalhos foi realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, sob a orientação do Professor Heinz Dieter Heidemann, e alguns deles estão indicados na bibliografia.

destaca nas primeiras décadas de ensino universitário no Brasil, momento de intensa divisão do trabalho intelectual, mas também momento de convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais (Candido, 2000, p. 122, 123), as gerações posteriores, paulatinamente, passaram a respirar outra atmosfera de debate, na qual o diálogo entre os campos, quando existe, tem de ser buscado na assim chamada interdisciplinaridade. Ao passo que as primeiras gerações dialogavam com o Modernismo, enquanto movimento cultural no sentido amplo (Candido, 2000, p.123), o contexto de especialização contemporâneo parece indicar que a divisão do trabalho intelectual se realizou de tal forma que apagou os rastros de seu processo formativo.

A importância da literatura na investigação dos problemas brasileiros e sua contribuição para a formação dos estudos sociais no Brasil é retomado pelo crítico em diferentes textos e de modo especial em “Literatura e subdesenvolvimento” de 1970. Neste texto, o crítico chama atenção para um importante movimento de tomada de consciência em relação ao atraso, graças ao qual podemos entrever também expectativas distintas com relação à modernização e seu colorário.

Da euforia à agonia: Realidade trágica do subdesenvolvimento

O interesse pela particularidade brasileira seja como fonte de identidade, conhecimento, reflexão ou matéria de representação literária só poderia se esboçar a partir do momento em que, feita a independência política, o Brasil emergiu como algo distinto do território de colonização portuguesa. Sob esse aspecto, aquilo que, num primeiro momento, se manifesta como consciência nacional está referido à noção de país novo, à virtualidade da nação, em cuja auto-imagem figuram as potencialidades. De acordo com Candido, a ideia de país novo produziu na literatura algumas atitudes fundamentais derivadas da surpresa, do interesse pelo exótico, de um certo respeito pelo grandioso e da esperança quanto às possibilidades (Candido, 2011, p. 169).

Dentre essas atitudes o interesse pelo exótico chama atenção quando temos em vista a ficção regionalista cujos traços, de acordo com Candido, se esboçam a partir do romantismo e estão vinculados à descrição das regiões e dos costumes rurais (Candido, 2011, p. 190). As primeiras manifestações dessa ficção se ligam a diversos fatores dentre os quais se destacam a condição de ex-colônia e a correspondente dependência cultural. O exotismo, como atitude que

predominou no período e persistiu em parte considerável dessa ficção, se mostra, por isso, relacionado à posição dos escritores e seu vínculo com um público restrito, amalgamados pelos valores da civilização europeia.

No movimento apresentado em “Literatura e subdesenvolvimento”, esse período é marcado pela euforia em relação à pátria nascente, pela exaltação dos aspectos da natureza que pareciam predestinar o novo mundo à realização daquilo que a civilização prometia de melhor. A ele corresponde à fase que o crítico identifica como de consciência de país novo em que a situação de atraso material e das instituições é compensada pela supervalorização dos aspectos regionais, fazendo do exotismo razão de otimismo social (Candido, 2011, p 170). O regionalismo que se esboça nessa fase dá lugar ao pitoresco decorativo e funciona como descoberta, reconhecimento da realidade do país e sua incorporação ao temário da literatura (Candido, 2011, p. 191).

Marcada pelas expectativas positivas em relação ao destino da nação, essa fase constitui, para o crítico, um momento decisivo da formação da literatura brasileira, sobretudo em relação ao seu caráter empenhado. Entre outras razões apontadas por Candido, a importância do papel exercido pela literatura se deve, não obstante, a fatores que impossibilitaram sua irradiação: o atraso da instrução, o analfabetismo, a fraca divisão do trabalho intelectual. Esses fatores, ao mesmo tempo em que confinam a literatura ao círculo restrito de uma elite ilustrada, para a quem o povo é uma entidade romantizada entrevista de longe, são responsáveis por colocá-la como precursora na formação da consciência nacional e na investigação dos problemas brasileiros.

Esse caráter precursor se mostra particularmente significativo, quando o crítico apresenta uma mudança de perspectiva esboçada nos anos de 1930, a partir de um movimento de tomada de consciência da condição de subdesenvolvimento. Tal mudança se manifesta de modo especial na ficção regionalista, tomada como parâmetro devido à sua persistência e generalidade. O contraste entre as duas fases marca a passagem da euforia para a agonia, onde o gigantismo de base paisagística é desmascarado como ilusão compensadora e a consciência catastrófica do atraso passa a suscitar reformulações políticas (Candido, 2011).

A persistência da ficção regionalista é avaliada tendo em vista a atuação que as condições econômicas ou sociais exercem sobre a escolha dos temas (Candido, 2011, p. 190), e sua importância se mostra decisiva para dar visibilidade, a partir da representação literária, às áreas que correspondem ao panorama do atraso e do subdesenvolvimento (Candido, 2011, p. 191). É

inegável, nesse sentido, o papel que o chamado “romance do Nordeste”, desempenha nesse panorama. Sem desconsiderar as profundas diferenças entre os romances que essa categoria pretende abarcar, o volume das obras referidas a essa região, entre os anos de 1930 e 1940, é apontado como sintoma da realidade trágica do subdesenvolvimento (Candido, 2011) e precursor de uma tomada de consciência que só se manifestaria claramente a partir dos anos de 1950.

Sob esse aspecto, é significativo observar que no centro do debate sobre o desenvolvimento econômico que ganhava força nos anos de 1950, a região Nordeste figurará como um dos pólos mais sensíveis nos diagnósticos sobre os desequilíbrios regionais. Não obstante a condição de atraso e subdesenvolvimento esteja referida ao país como um todo, o Nordeste e, em particular o sertão nordestino, acabou personificando a imagem do atraso que era necessário extirpar. O diagnóstico sobre os desequilíbrios regionais, embora pareça ir de encontro à atitude de denúncia que tomou fôlego nos romances de 1930 e 1940, tratou de assimilar a visão pessimista quanto ao presente e problemática quanto ao futuro (Candido, 2011, 171) aos apelos populistas, à imagem redentora do progresso, à visão apelativa do atraso que servia como justificativa para as políticas de planejamento regional.<sup>4</sup>

A atitude de denúncia ante a precariedade das condições de vida das populações nas áreas identificadas ao atraso que caracteriza, grosso modo, o assim chamado romance do Nordeste é indissociável do tipo de realismo que parece predominar nos romances do período. E, embora esses romances se afastem do nativismo da fase anterior, Candido chama atenção para os restos de pitoresco tributário desse tipo de realismo, mais preocupado em tomar partido diante dos problemas da realidade do que em refletir sobre as consequências estéticas desse tratamento.

É significativo notar que, no movimento apresentado por Candido, a passagem da visão eufórica para a visão agônica é apontada como tomada de consciência de quanto o atraso é catastrófico. Desse modo, dado que a

---

<sup>4</sup> É necessário ter em consideração, embora não nos aprofundemos aqui, que as ações modernizadoras promovidas por essas políticas, em nome do progresso da nação e do desenvolvimento regional, intensificaram um processo de expropriação que já estava em curso e que possibilitou a mobilização de grandes massas de trabalhadores para satisfazer o apetite de um mercado de trabalho em formação. A região Nordeste na redefinição da divisão regional do trabalho em escala nacional passou a ser “sistematicamente, a reserva do exército industrial de reserva: as migrações Nordeste-São Paulo chegam a construir um formidável contingente que vai suprir os postos de trabalho criados pela industrialização” (Oliveira, 1977, p. 163).

preocupação do crítico é chamar atenção para a relação entre literatura e subdesenvolvimento, boa parte do texto é dedicada a avaliar as obras a partir da importância política dessa passagem. Comparada a uma terceira fase – cujos contornos são esboçados de modo sucinto, e que toma como referência a obra de Guimarães Rosa –, as obras dessa segunda são reavaliadas tendo em vista a qualidade estética que se esboça nessa terceira. Tendo em vista que essa comparação enfatiza aspectos estéticos, interessa indagar, de que modo a passagem da agonia para essa terceira fase que, segundo o crítico, corresponde à consciência dilacerada do subdesenvolvimento (Candido, 2011. p. 195), configura uma mudança de perspectiva.

#### Da agonia ao dilaceramento

A terceira fase da ficção regionalista proposta por Candido compreende as obras *marcadas pelo refinamento técnico, graças ao qual as regiões se transfiguram e seus contornos humanos se subvertem, levando traços antes pitorescos a se descarnarem e adquirirem universalidade* (Candido, 2011, p. 195). Para o crítico, o maior exemplo dessa ficção é a obra de Guimarães Rosa *solidamente plantada no que se poderia chamar a universalidade da região* (Candido, 2011, p. 195). Em relação à ficção regionalista que predomina nos anos de 1930 e 1940, o que distingue essa terceira fase é, sobretudo, a ruptura com o documentário social e com um *tipo de naturalismo que se baseia na referência empírica do mundo* (Candido, 2011, p. 195). Como o significado dessa ruptura é apenas assinalado, um passo importante no diálogo com essa proposição é pensar de que modo a transfiguração da região – uma mudança estética – pode indicar uma mudança de perspectiva histórica, análoga àquela que se observa na passagem da *consciência de país novo*, para a *consciência do subdesenvolvimento*.

É extremamente significativo que o autor tomado como exemplo dessa terceira fase da ficção regionalista seja Guimarães Rosa. O romance *Grande Sertão: Veredas* e o impacto que ele representa na literatura brasileira colocam novos problemas à sensibilidade do público e aos critérios da crítica, já que, matéria de sertão, a referência mais próxima do período em que Guimarães Rosa escreve, pelo menos em termos de tratamento ficcional, é o romance do Nordeste. Tomemos, por isso, como termo comparativo os aspectos que se sobressaem na imagem desse conjunto, muito embora, como já apontamos, a categoria não dê conta de abarcar a diversidade de obras a qual se refere. O primeiro aspecto que se destaca é atitude de denúncia em relação às condições

de vida das populações do sertão marcadas pela violência, pela instabilidade social, pela seca e pela exploração do trabalho. Correlata à atitude de denuncia se coloca o problema da posição do escritor e do público ao qual se dirige essa literatura.

Essa equação se mostra decisiva quando temos em consideração, conforme aponta Bueno (2006), que o intelectual que escreve os romances de 1930 não vem das camadas mais baixas e, ao tratar da vida do *roceiro pobre* estaria sempre falando de um *outro*. A alteridade entre o escritor e a experiência que ele toma como matéria é marcada por impasses que se manifestam no estilo, na linguagem e na escolha do ângulo narrativo. Para Candido, embora a ficção dessa segunda fase opere uma mudança de perspectiva decisiva em relação à primeira nela subsistiriam traços do exotismo e do pitoresco que comprometem o alcance das obras. Esses traços se expressam de modo especial no tratamento do drama das personagens, que adquirem traços genéricos de um realismo rasteiro e não alcançam estatura e complexidade a ponto de se desprenderem do narrador observador que, não obstante lhe seja solidário, ainda faz prevalecer a autoridade de seu ponto de vista.

Entretanto, já na passagem da euforia para agonia, o impacto trazido pela consciência do subdesenvolvimento parece se referir a uma mudança de perspectiva onde não apenas o atraso podia ser percebido como catastrófico. A modernização, como miragem redentora, também era percebida criticamente, a exemplo do ceticismo com que alguns intelectuais se posicionavam com relação a esse processo e essa percepção se apresentou de modo significativo na ficção de Graciliano Ramos.

Se tomarmos, por exemplo, o problema do exotismo e da caracterização pitoresca, a produção de Graciliano demonstra soluções semelhantes àquelas destacadas pelo crítico em relação à terceira fase. Vários elementos presentes em sua obra, cuja combinação tenderia a resultar no sentimentalismo e na retórica de denúncia, facilmente assimilável pelo discurso desenvolvimentista, também operam uma *explosão do tipo de naturalismo que se baseia numa visão empírica do mundo* (Candido, 2011, p. 195). Se um romance como *Vidas Secas*, publicado em 1938, pode ser identificado à fase de consciência do subdesenvolvimento, na qualidade com que expõe o *sufocamento humano do vaqueiro confinado aos níveis mínimos de sobrevivência* (Candido, 2011, p. 194), também é evidente que nessa obra a preocupação com o tema demonstra igual preocupação com as consequências estéticas. E se tomarmos como referência a ironia com a qual a literatura de denúncia é tratada em *Angústia*,



publicado em 1936, podemos entrever algo do dilaceramento apontado nessa terceira fase. Esse romance em especial, expõe aspectos contraditórios que tensionam com a caracterização tipificada dos personagens e das relações, problematizando a perspectiva realista e esclarecida que pressupõe juízos definidos pela crença nos valores positivos da civilização moderna.

É significativo nesse sentido considerar como uma preocupação com a técnica ficcional está relacionada com uma determinada compreensão da sociedade que possibilita criticar valores naturalizados na ficção de base realista. Entre esses valores está justamente crença na racionalidade científica e no desenvolvimento técnico como instrumentos da emancipação do indivíduo e da evolução da sociedade. Tendo como pressuposto esses valores, a visão predominante na ficção de base realista quando se volta para aquilo que enxerga como *a realidade brasileira* só pôde enxergar a ausência das condições para que essa emancipação se realizasse, identificando o atraso como obstáculo a ser superado em nome dessa emancipação.

E nesse sentido, a qualidade ficcional observada num romance como *Grande Sertão: Veredas* assinala a construção de uma perspectiva onde a própria modernização pode ser apresentada em seus contornos críticos. Perspectiva que interessa indagar tendo em vista a encenação do diálogo do narrador sertanejo Riobaldo com o senhor da cidade, figurado como representante dos valores da sociedade civilizada, letrada e esclarecida. Um dos procedimentos mais utilizados na construção do romance é justamente a estilização paródica dessa visão ilustrada presente nas representações românticas, naturalistas e realistas do sertão, assim como na objetividade científica que pressupõe a existência de uma verdade passível de ser observada e explicada de modo imparcial.

Um exemplo dessa estilização paródica é a construção do personagem Zé Bebelo como personificação das aspirações modernizadoras do Estado nacional em processo de centralização:

– “Ah, cujo vou, siô Baldo, vou. Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto!” Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas. Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o muito instruído no jornal. Ia me

*enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa.  
(Rosa, 1978, p.102)*

Embora não nos aprofundemos aqui, é significativo observar como essa caricatura articula aspectos contraditórios do conflito entre coronéis e a figura do Estado em processo de centralização. Considerando a associação entre o jaguncismo e o atraso e entre o Estado nacional e a modernização, o modo como esse conflito é apresentado no romance sugere uma interpretação onde o suposto antagonismo entre os interesses do Estado e os interesses dos coronéis pode ser reavaliado tendo em vista o coronelismo como momento do processo de formação desse Estado que se apresenta como promotor do progresso e representante dos interesses do povo<sup>5</sup>.

Dessa perspectiva, a violência atribuída ao atraso das instituições políticas, que seria tributária da condição colonial, se apresenta como momento do processo de modernização que permite ao Estado adquirir aparência de autonomia em relação aos interesses dos capitalistas. Se considerarmos que a precariedade das condições de vida das populações pobres é indissociável desse contexto e que as políticas destinadas a redimir essas condições aprofundam a sujeição dessa população, a imagem redentora da modernização pode ser contraposta àquilo que ela efetivamente realizou. E nesse sentido, caberia indagar se a mudança de perspectiva que se manifesta na passagem da agonia para o dilaceramento corresponderia a uma revisão crítica na forma de interpretar a própria modernização em seus desdobramentos catastróficos.

A bem dizer, essa pergunta, embora esteja referida aqui a um movimento de tomada de consciência que se manifesta na literatura, parte de reflexões bem atuais sobre uma mudança de expectativas com relação à modernização que parece tornar cada vez mais evidente que o potencial de emancipação a ela atribuído também correspondeu a uma ilusão compensadora, utilizando-nos aqui da expressão de Candido quando se refere ao otimismo da primeira fase. Se diante do desmascaramento social da segunda fase esse otimismo pôde revelar seu caráter ideológico, vale considerar que *a visão pessimista quanto ao presente e problemática quanto ao futuro* que observamos, por exemplo, na ficção de Graciliano Ramos, pôde ir além da atitude de denúncia em relação ao atraso. Nesse sentido podemos pensar que essa segunda fase prenuncia e radicaliza, no caso de algumas obras, aquilo que aparece como característica da

---

<sup>5</sup> A análise da representação desse conflito, a partir da qual desenvolvemos a seguinte interpretação, é assunto do capítulo três de nossa dissertação de mestrado citada na bibliografia, Rente (2013).

terceira. A transfiguração da região, e a superação do tratamento realista, conferem um sentido crítico à própria modernização. A universalidade da região, a ideia de que *o sertão está em toda parte* (Rosa, 1978, p. 9), pode ser interpretada a partir da universalização da condição negativa desse progresso que, onde faltava, podia ser apresentado como redentor da catástrofe resultante do atraso. Agora que o progresso está em toda parte, e a realidade trágica do desenvolvimento capitalista se impõe com violência, o que resta dessa miragem redentora, senão reconhecer, com Walter Benjamin, que o progresso é a catástrofe.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BOECHAT, C. A. A região do Colono: mobilização do trabalho a autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) no Oeste Paulista. 2009. 305 f. Dissertação (Mestrado Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BUENO, Luís. Uma História do Romance de 30. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia; 1993, 2 v.
- \_\_\_\_\_. Literatura e Subdesenvolvimento e A revolução de 30 e a cultura. In: A educação pela noite. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- \_\_\_\_\_. Literatura e cultura de 1900 a 1945 e Crítica e sociologia. In: Literatura e Sociedade. São Paulo: Publifolha, 2000.
- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. O campesinato no Vale do Jequitinhonha : da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise de (sua) reprodução capitalista. 2015. 762 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.
- RENTE, Renata Santos. Região geográfica e o regional na literatura brasileira: a representação do sertão em Guimarães Rosa e os debates sobre a formação do Brasil. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROSA, Guimarães. Grande Sertão: Veredas. 12º ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. A região das Lavras Baianas. 2008. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.

## **The regional aspect in literature and its importance for the Brazilian social thought**

### ABSTRACT

The social novel in the thirty and forty of the last century, known by his surpassing of the patriotic optimism inspired by the condition of a “brand new country” which has produced a “soft consciousness of the retardation”, mainly those known as regional, assumed a color of complaint which, according to Antonio Candido, has preceded the “awareness of the economists and politicians”. Moreover, according to the author, despite the remarkable works of the Brazilian fiction were produced in urban environment – although devoided of the pitoresque attitude and the emphasis in a local color -, the economical reality of the underdevelopment “would retain the regional aspect as an issue”. The social realism which is particularly outlined in the so called “novel of the northeast” is an important moment that stress the transformations on the handling the Brazilian social matter in literature. This article, having Antonio Candido’s “Literature and Underdevelopment” as a reference, we present some appointments about the way how the regional literature, particularly novelists as Graciliano Ramos and Guimarães Rosa, bring to light the contradictory relation between archaic and modern in order to render plausible a critical perspective in relation to the progress and the national formation.

Keywords: Literature, Regionalism, National formation, Antonio Candido.



“Chiclete com banana”: carnavalização,  
intercâmbio cultural, democracia racial e  
afetividades entre Brasil e Estados Unidos da América

Juliano Almeida<sup>1</sup>

### RESUMO

Pretendo analisar a política da vizinhança entre o Brasil e os Estados Unidos da América a partir de imagens associadas a carnavalização, especificamente entre a ditadura de Getúlio Vargas e o governo ditatorial dos generais implantado décadas depois. A denominada “Política da Boa Vizinhança” atuou como uma importante manifestação da diplomacia cultural entre os respectivos países. A referida política significava uma nova roupagem das práticas imperialistas, apesar da anuência dos órgãos oficiais do Estado brasileiro. A estratégia política em questão também conviveu com outras relações e táticas políticas que ressignificavam o intercâmbio cultural entre os dois países. Diversos atores sociais, tanto brasileiros como estadunidenses – especialmente artistas, intelectuais e produtores culturais – desenvolveram uma espécie de diplomacia menor que foi fundamental para a revisão de certas práticas preconceituosas. Para se pensar os usos da carnavalização nesse cenário de relações internacionais serão analisadas algumas produções artísticas do período em questão, sobretudo canções. Além disso, serão utilizados textos teóricos que darão subsídios para uma melhor compreensão e contextualização do presente estudo, tal como ensaios de autoria de Antônio Pedro Tota e Robert Stain e outros autores que tratam do intercâmbio cultural e artístico entre Brasil e Estados Unidos durante o século passado.

Palavras-Chave: Carnaval, Arte, Relações internacionais.

Recebido em 27/10/2018  
Aceito para publicação em 19/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.22931>

---

<sup>1</sup> Doutorando em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG; mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG; especialista em História da Cultura e da Arte pela UFMG; licenciado em História pela UFV. Email: julianobutz@hotmail.com.

\*\*\*

Os Estados Unidos da América (EUA), em um suposto gesto amigável, foi o primeiro país a reconhecer a emancipação política do Brasil, em 1924, época de elaboração da “Doutrina Monroe”, fundamentada pela ideia da “América para os americanos”. Apesar dessa antiga manifestação política de boa vizinhança, foi somente no final da primeira metade do século XX que o Brasil estabeleceu de fato uma “amizade” mais próxima, capaz de modificar as relações políticas, econômicas e culturais entre os dois países.

Dentro desse quadro de vizinhança que se consolidou pautado em afetos e manifestações das mais diversas destaca-se o uso do carnaval e da carnavalização como estratégia estereotipada de divulgação oficial da cultura brasileira. De outro modo, nesse cenário de aproximação entre os respectivos países, o carnaval e a carnavalização também podiam ser entendidos como imagens que escapavam de uma lógica política formal. Eles se tornavam visíveis nas relações informais e afetivas do intercâmbio cultural entre brasileiros e estadunidenses, atuando como elementos fundamentais para uma espécie de “diplomacia menor” entre estrangeiros e nativos.

Faço uso do termo “diplomacia menor” tendo como referência o emprego desse conceito por Roniere Silva Menezes, presente no seu livro *O traço, a letra e a bossa: literatura e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinícius*. Em concordância com Menezes, podemos afirmar que na relação fronteiriça entre os saberes e os afetos é possível notar outros modos estéticos e políticos delineados pelo diálogo e pela boa convivência. Assim, as “poéticas de fronteiras” se distinguem das “estratégias epistêmicas hegemônicas”, marcadas pela instituição de fronteiras raciais, políticas e culturais, uma vez que o “projeto da diplomacia menor”, como enfatiza Menezes, “[...] articula táticas epistêmicas nômades e autorreflexivas, objetivando questionar os mecanismos promotores de distinção e de hierarquia, as barreiras que impedem um maior fluxo comunicativo entre os homens.” (MENEZES, 2011, p. 261). Logo, as políticas de vizinhança que interessam ao estudo que se apresenta referem-se sobretudo às práticas não institucionalizadas de intercâmbio cultural entre os países ou às práticas que não se restringem ao âmbito da política oficial dos países.

Em *O Imperialismo sedutor*, Antônio Pedro Tota informa que, em um dos carnavais do início da década de 1940, crianças sambavam ao ritmo da canção *Praça Onze* (1942), de autoria de Grande Otelo e Herivelto Martins, fantasiadas de personagens infantis que eram produzidos nos estúdios de animação de

desenhos dos Estados Unidos da América (Cf. TOTA, 2000, p. 134). Imaginemos foliões fantasiados de Donald's e de Mickey's com “samba no pé”, descendo os morros da cidade do Rio de Janeiro, se misturando nas ruas do centro aos “índios”, “piratas”, “pierrôs” e “colombinas”. Apesar dessa informação advinda de Tota, os autores Alberto Mussa e Luiz Antônio Simas afirmam no livro *Samba de enredo: história e arte* que em determinado período da história do samba – especificamente o de enredo produzido na cidade do Rio de Janeiro – a forte tradição nacionalista e ufanista das escolas de samba impedia e censurava a participação de composições que tematizavam a cultura estrangeira. Aparentemente, tanto a influência da cultura estadunidense quanto europeia eram tolhidas, atestando o foco restrito à cultura e à história brasileira e ao caráter físico e geográfico do país (Cf. MUSSA; SIMAS, 2010, p.51-53).

Apesar desse exemplo de resistência a transculturação fica evidente o aumento significativo da influência estadunidense no país, especialmente a partir do Estado Novo varguista. Nicolau Sevcenko, em uma perspectiva diferente da citada por Mussa e Simas, chega a afirmar que, por meio de uma espécie de “fertilização cruzada”, o carnaval brasileiro – sobretudo as escolas de samba – sofreu influências da cultura estadunidense por meio de suas “[...] *composições cênicas mirabolantes dos filmes musicais, o visual de luxo e esplendor dos figurinos e a atmosfera mista de sonho, fantasia e mitos/modernos.*” (SEVCENKO, 1998, p. 609). Não é de se admirar, pois, segundo Sevcenko, essas influências se deram de modo singular:

[...] *durante o namoro do governo americano com as ditaduras latino-americanas, durante o contexto da Segunda Guerra, conhecido como “política da boa vizinhança”, conduzida pela tripla via dos investimentos econômicos, da diplomacia, e da glamourização da imagem da América Latina no cinema de Hollywood. É quando o Pato Donald vem ao Rio e conhece o Zé Carioca.* (SEVCENKO, 1998, p. 610)

Dentro do cenário da política da Boa Vizinhança – quer dizer, de suposto bom afeto e cordialidade entre o Brasil e Estados Unidos – Walt Disney (em alguns episódios dos seus filmes *Alô Amigos, de 1942, e Você já foi a Bahia?*, de 1944) compôs uma paisagem idílica e carnavalesca em uma tentativa de representar o Brasil. Ciceroneado pelo Zé Carioca – um papagaio verde que de certa forma alegoriza o brasileiro, uma espécie dócil de malandro brasileiro, afetivo e hospitaleiro, bem humorado e amigável – o famoso Pato Donald se

entrega as paixões e fortes emoções nas ruas alegres, sensuais e festivas do carnaval na Bahia e se embriaga ao sabor da cachaça e ao som dos batuques carnavalescos do Rio de Janeiro. No primeiro filme citado, a chegada do Pato Donald ao Rio de Janeiro, então capital e cartão postal do país, é embalada pela canção homônima ao filme, composta por Ary Barroso e lançada em 1939.

Nessa canção, a cultura brasileira é reduzida a traços carnavalizados, como se vivêssemos apenas de samba e pandeiro em um universo ditado pela sensualidade dos trópicos, derivado de uma harmoniosa “mistura de raças”. Não somente o bamboleio sonoro possibilitado pelas figuras rítmicas e melódicas da canção, mas a letra também delineia um clima de sensualidade hedonística de uma nação marcada pelo cruzamento malicioso de raças. Apesar do trato sensual e festivo da canção, especialmente ao se referir ao mulato inzoneiro, da morena sestrosa e da mãe preta, as presenças destas figuras trazem, mesmo que ocultas, a marca da escravidão, da diáspora africana, do estupro, da domesticação do corpo e também da estereotipização. Como Wander Melo de Miranda sugere no ensaio *Brutalidade jardim: tons da nação na música brasileira*, a questão racial na tela de Ary Barroso traz a marca do abrandamento e de uma fictícia harmonia:

*Para não errar a mão, não se deve carregar nas cores – mesmo sendo tropicais. Melhor distribuí-las meio esmaecidas, pouco definidas ou mescladas: em vez de negro ou negra, “mulato” e “morena”, ou ainda “trigueiro”, que à primeira vista parece ser claro, mas indica o que tem a cor de trigo maduro. Uma única exceção – “mãe preta” – confirma a regra: aqui a função como que adoça a cor, mesmo ao enunciar, sem querer, sua origem escravocrata. (MIRANDA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 64)*

A despeito dessa tentativa de representar a nação brasileira como uma união de raças isenta de conflitos, é criada uma imagem depreciativa do afrodescendente, apesar dos adjetivos tão requintados ao gosto neoparnasiano. Miranda insiste que “[...] *nesta festa de cores esmaecidas, o mulato é inzoneiro (sonso, mentiroso – o sentido pouco conhecido camufla um estereótipo racial), a morena é sestrosa (manhosa, esperta – mesmo procedimento anterior).*” (MIRANDA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 64). Notamos que na canção, o país passa por uma espécie de redenção pela festa (carnavalização) e pela miscigenação (diga-se, clareamento) omitindo os traços de opressão:

*[...] mas a mãe preta (pátria) é postiça, a festa de salão e a festa popular (o congado) são mantidas em separado, os verbos no imperativo, enfim, ordenam e demarcam o*



*território do outro como fronteira de difícil ultrapassagem. A violência da desigualdade que assim se deixa ver é compensada pela insistência nos traços edênicos – “o coqueiro que dá coco”, “as fontes murmurantes” – do espaço da identidade a ser compartilhada. (MIRANDA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 65)*

Nessa suposta democracia social e também racial evocada por muitas dessas canções também notamos uma tendência a valorizar a assimilação do elemento negro a partir de um conceito de miscigenação que esconde a ideia de clareamento e embranquecimento dos negros. Como podemos notar com a ajuda dos apontamentos feitos anteriormente por Wander Melo de Miranda, a miscigenação de que fala *Aquarela do Brasil* pode sugerir uma tentativa de encobrir o desejo de esmaecimento do sujeito negro que era praticado por setores mais conservadores que trabalhavam com a produção artística e midiática do período, sobretudo durante os auspícios do Departamento de Imprensa e Propaganda do governo Vargas.

Não somente nas canções essa tentativa de esmaecimento pode ser percebida. Retornando ao filme de Disney, é importante sublinhar que além do Zé Carioca, em suas andanças no Brasil, o Pato Donald encontra alguns personagens humanos “reais” nos filmes (os filmes utilizam de técnica mista de *live-action* com desenho animado). Em quase toda a maioria do coletivo de personagens reais dos filmes o sujeito negro era praticamente diluído, assim como nas canções ufanistas citadas, a ponto de ser difícil perceber a sua presença. Tal presença só pode ser percebida nas entrelinhas, no fundo musical, nas danças, nos instrumentos, nos adereços que remetiam ao universo do negro. Dentre as personagens não negras que tentam representar a brasilidade, destaca-se uma suposta baiana, na verdade uma portuguesa de origem, Aurora Miranda, irmã da celebre Carmen Miranda, que se apresenta internacionalmente como uma representante genuína do Brasil.

A irmã de Aurora, Carmen – que, por sinal, se tornou bem mais popularmente conhecida do que Aurora –, durante certa época, além de ser conhecida como representante do Brasil e das Américas, também foi identificada a uma baiana, associação sugerida pelo compositor de canções diversas, inclusive ufanistas, Dorival Caymmi. Segundo Eneida Maria de Souza, em seu ensaio *Carmen Miranda: do kitsch ao cult*, a pequena notável, como era chamada a cantora, representa um constante processo de redefinição identitária em que

[...] os símbolos nacionais, como a baiana e o samba, foram criados nessa época como resultado da política nacionalista do Estado Novo, com a ajuda da divulgação popularizada pelos meios de comunicação de massa. Com a Política da Boa Vizinhaça em curso, era preciso valorizar ainda mais os símbolos que poderiam render dividendos culturais e políticos para a economia da guerra. (SOUZA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 85)

Assim, mesmo construindo uma imagem de baiana típica, com seus panos da costa, bata rendada e balangandãs, Carmen, apesar da sua imensa vocação artística para a grande mídia, servia como que a uma necessidade de representar imagens que lhe eram impostas, seja de baiana, seja de representante de uma homogênea América Latina em um “[...] eterno deslocamento a um modelo original que lhe era imposto.” (SOUZA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 84).

Apesar das críticas, é interessante como que, por meio de suas canções e apresentações, Carmen Miranda performatizou uma espécie de nacionalidade carnavalizada, se afirmando brasileira e mediando uma espécie de boa vizinhança com o *star system* estadunidense. Carmen se tornou um sucesso não somente nacional, mas alçou o posto de atriz hollywoodiana mais bem paga da época. A escolha de Carmen Miranda, nascida em Portugal, como representante da identidade brasileira, latina e baiana, diz muito de um país e de um continente que têm dificuldades de reconhecer o amplo arco étnico que lhe constituiu. Como Ana Maria Mauad adverte “[...] embora branca (e talvez justamente por isso), Carmen foi, portanto, a intérprete aceita para internacionalizar aquele ritmo afro-brasileiro, o samba, que se tornaria um ícone do país bom vizinho.” (MAUAD, 2014, p.156). Em relação à escolha de Carmen, e de modo específico no filme à de sua irmã Aurora, como supostas representantes da baianidade e da brasilidade e sobretudo a respeito da ausência de personagens negros na representação do Brasil pinceladas por Disney, Antonio Pedro Tota, no seu livro *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra*, afirma que:

*As sutilezas do imperialismo disneiano não foram, no entanto, muito longe, a ponto de incorporar uma negra ou mulata ao mundo momentaneamente sexualizado de Donald. Tanto no Rio de Janeiro como na Bahia de Disney não havia negros nem mulatos.* (TOTA, 2000, p. 138)

Apesar da ausência de visibilidade do sujeito negro dentro do elenco de atores e figurantes da película cinematográfica de Disney, como dito, vários elementos residuais, várias memórias digamos que “silenciosas”, apontam para

a presença, mesmo que oculta, da negritude. A citação da capoeira, bem como a presença do samba, dos tambores, do pandeiro e do tamborim, remete à memória do negro que, mesmo oblíqua, se faz presente.

Se Tota aponta que possivelmente a falta de sujeitos negros e “mulatos” nos filmes de Disney “[...] *tenha agradado à elite brasileira, vítima do complexo de pertencer a um país de negros e mestiços.*” (TOTA, 2000, p. 138), outros retratos do Brasil ganharam variadas colorações. Temos, por exemplo, a produção fílmica de Orson Welles sobre o carnaval no Rio de Janeiro e a série fotográfica sobre o carnaval da fotografa estadunidense Genevieve Naylor.

Robert Stam indica em seu livro *Multiculturalismo Tropical* que “[...] *uma exceção à tendência de colocar os negros brasileiros em segundo plano veio, surpreendentemente, de um diretor norte-americano.*” (STAM, 2008, p. 163), a saber: Orson Welles. O diretor estadunidense veio para o Brasil com a missão, lhe confiada pelo escritório de Nelson Rockefeller, de promover a Política da Boa Vizinhaça. Apesar de nascer “*na terra do color line*”, como Stam adverte, Orson nunca se conformou a ela, apresentando em suas cenas captadas no Brasil diversas matizes étnicas. Uma de suas pretensões era tentar captar a atmosfera dinâmica vivenciada no carnaval do Rio de Janeiro, com seus batuques, seus passistas, suas fantasias, seus carros alegóricos e suas personagens, sobretudo negros e mestiços, em sua maioria advindos das classes *populares*. Como Stam informa “[...] *o primeiro episódio de It’s all true, 'Carnaval', estrelado por Grande Otelo, visava tratar do mundo do samba e, especificamente, dos protestos contra a eliminação da popular praça carioca, a praça Onze.*” (STAM, 2008, p. 164). Nota-se que não somente o negro se apresenta em suas múltiplas dimensões e contornos, mas que o carnaval também ganha outra estatura, se tornando não apenas espaço de divertimento desregrado e de harmonização entre diferentes, mas também um espaço político, de manifestação coletiva dos múltiplos interesses e desejos do povo, dos mestiços, dos negros. Por mostrar o carnaval brasileiro, especificamente carioca, sem uma lente que apague ou clareie a negritude, Welles sofreu forte oposição tanto do DIP quanto da agência de Rockefeller. Segundo a arguta observação de Stam:

*Uma hostilidade comum envolve Welles e aspectos da cultura brasileira, uma hostilidade subentendida, parece-me, pelas convenções raciais e pelo discurso etnocêntrico implícitos. A sequência localizada no Rio de Janeiro, por exemplo, tinha a intenção de ser um tributo entusiasmado ao espírito gregário e à energia multiforme do carnaval do Rio e, no entanto, uma característica notável do discurso crítico é a de uma atitude visceralmente anticarnavalesca. Uma*

*“contaminação” metonímica liga a personalidade de Welles e seu tema carnavalesco; a litania de acusações contra Welles faz eco às perenes acusações contra o carnaval em si – ambos considerados devassos, dissolutos, libertinos. A “tragédia” Welles precisa apresentar uma falha trágica e, essa falha tem um nome: o carnaval e seus vícios subordinados. (STAM, 2008, p. 168)*

O argumento de Stam faz todo sentido, uma vez que a crítica dos conservadores não se resumia restritamente à pessoa de Orson Welles, que por sinal era muito popular, tanto nos EUA quanto no Brasil. As críticas ácidas, seguidas de boicotes e negligências das instituições patrocinadoras, tinham um foco muito incisivo: a cultura negra e a possibilidade de boa convivência e de bons afetos entre negros e brancos. Welles, por sua vez, se mostrava bastante decidido quanto as seus desígnios pessoais, e de certa forma coletivos, no Brasil. Em um relato que podia até mesmo ser direcionado para Disney – tendo como referência os citados filmes do desenhista –, assim como para os seus detratores, Welles diz que: “[...] *se eu quisesse fazer um filme de carnaval do jeito que Hollywood usualmente retrata os costumes e cenários de terras estranhas, eu nem mesmo teria de sair dos Estados Unidos.*” (WELLES, *apud* STAM, 2008, p. 174). Sabemos muito bem que nos Estados Unidos – seja dentro ou fora das telas de cinema – os negros e os brancos não se misturavam em decorrência de uma sociedade extremamente segregacionista. Welles pagou caro por querer mostrar a cara do Brasil, sem maquiagem ou loções de clareamento corporal.

Outra personagem que veio para o Brasil também a serviço da Política da Boa Vizinhança foi a fotógrafa Genevieve Naylor. A fotógrafa, como Welles, também extrapolou as expectativas do *Office of Inter-American Affairs* – órgão dirigido por Rockefeller e que promoveu sua vinda ao Brasil –, deixando as paisagens urbanas, marítimas e carnavalescas de suas fotografias serem ocupadas por sujeitos negros e mestiços em relação de proximidade e trocas afetivas das mais diversas com os sujeitos brancos. Segundo Ana Maria Mauad, no artigo intitulado *Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942)*:

*Naylor mais do que conformar uma imagem do Outro, através dos protocolos etnográficos da alteridade, em suas imagens define esse Outro pela sua condição humana. Investe muito mais nas possibilidades de se estabelecer nexos comuns, do que criar diferenças impenetráveis [...]. (MAUAD, 2005, p. 45)*

Assim, o conjunto de fotos de Naylor sobre o carnaval aponta para uma festa fortemente marcado pela presença do negro, mas também marcado pelas trocas “inter-raciais”, seja pela presença do branco ou, de modo geral, de um espectro de tonalidades e cores muito difícil de se apreender de forma qualificável. Nas palavras de Mauad:

*Apesar de não estar arrolado entre os temas fotografáveis pelo DIP, o carnaval, como festa popular, foi identificado como expressão propriamente brasileira pelas lentes da boa vizinhança. No entanto, o trabalho intertextual revela as contradições que orientam as representações da cultura afro-brasileira nas músicas, crônicas e imagens fotográficas na elaboração no imaginário social do Brasil dos anos 1940. (MAUAD, 2014, p. 148)*

É importante atentar para o fato de que o repertório visual das fotografias de Naylor – composto de imagens dos morros da cidade do Rio de Janeiro, do carnaval, do samba e de sua ginga, do movimento corporal e da população negra da cidade, tal como informa Mauad – também podem ser encontrados em algumas canções cantadas por Carmen Miranda (C.f. MAUAD, 2014, p. 148). Ou seja, apesar de estrangeira – era filha de migrantes portugueses pobres que se fixaram no bairro boêmio e popular da Lapa no primeiro quartel do século XX –, Carmen foi sensível o bastante para captar e interpretar a seu modo os temas, os ritmos e melodias, quer dizer, o repertório cultural diretamente associado à população negra e pobre da então capital do país. Carmen gravou inúmeras canções de artistas negros. Canções feitas por negros, com temática e contornos rítmicos e melódicos marcadamente associados à negritude, tais como as canções *Isso não se atura* (1935) e *Recenseamento* (1940) do compositor Assis Valente. Nesse primeiro samba, segundo o crítico musical Ary Vasconcelos, o sujeito poético da canção de Assis “[...] não defende apenas o negro, mas toda a gente simples, humilhada e ofendida pela prepotência policial.” (VASCONCELOS, in: VALENTE, 1982, p.02). Já em “Recenseamento”, também gravado por Carmen Miranda, apesar de também sugerir certa dosagem de ufanismo, o samba se demonstra distópico e resignado, na medida em que denuncia um inaceitável gesto de racismo e de preconceito.

*Em 1940 lá no morro começaram o recenseamento  
E o agente recenseador esmiuçou a minha vida que foi um horror  
E quando viu a minha mão sem aliança encarou para a criança que no chão dormia*

*E perguntou se meu moreno era decente se era do batente ou se era da folia  
Obediente como a tudo que é da lei fiquei logo sossegada e falei então:  
O meu moreno é brasileiro, é fuzileiro, é o que sai com a bandeira do seu batalhão!  
A nossa casa não tem nada de grandeza nós vivemos na fartura sem dever tostão  
Tem um pandeiro, um cavaquinho, um tamborim um reco-reco, uma cuíca e um violão. (VALENTE, 1982)*

Na canção, o preconceito certamente não se encontra no uso do termo moreno, que é dito de forma carinhosa pela mulher que enuncia a história. O agente recenseador agiu de modo preconceituoso e ofensivo ao questionar de forma inconveniente e difamatória se o marido da senhora entrevistada era trabalhador ou boêmio. A comentar sobre a canção em questão, Ary Vasconcelos se demonstra bastante crítico em relação ao preconceito de cor. Comungando das ideias de Assis, o crítico elogia o protagonismo das pessoas negras no tocante a formação nacional e a defesa da pátria. Segundo ele, a referida canção:

*Exalta a “alma de guerreiro” do negro, com a qual precisamos contar “para defesa do Brasil”. Esfrega na cara dessas “autoridades” dois argumentos irretorquíveis: o de que o negro que perseguem é um brasileiro e o de que, na defesa da Pátria, ele pode ser tanto ou mais do que qualquer outro. (VASCONCELOS, in: VALENTE, 1982, p.2)*

Uma das canções de Assis Valente que curiosamente foi feita para Carmen Miranda, mas que foi recusada pela cantora e que trata de modo bastante afirmativo tanto da cultura negra e mestiça quanto da cultura brasileira no contexto da Política da Boa Vizinhança, chama-se *Brasil Pandeiro* (1941). Ary Vasconcelos defende que *Brasil pandeiro* é “[...] a epopeia popular da raça brasileira, da gente bronzada.” (VASCONCELOS, in: VALENTE, 1982, p.2). Nesta canção, notamos a importância do carnaval e do samba como elementos de mediação cultural e como poderosa moeda de troca que nosso país tem a oferecer. O sujeito poético mobiliza forças humanas e sobre humanas para afirmar a negritude do país, bem como dos produtos derivados da mestiçagem frente à relação diplomática do Brasil como seu mais poderoso vizinho, os EUA.

*Chegou a hora dessa gente bronzada mostrar seu valor  
Eu fui a Penha, fui pedir a padroeira para me ajudar*

*Salve o Morro do Vintém, pendura a saia eu quero ver  
Eu quero ver o Tio Sam tocar pandeiro para o mundo sambar*  
(VALENTE, 1982)

O eu lírico da canção afirma que o Tio Sam, personagem que representa o nacionalismo estadunidense, está querendo conhecer os nossos batuques e andou dizendo que “o molho da baiana melhorou seu prato”. Daí o sujeito cita uma série de produtos da culinária baiana de origem africana que o Tio Sam iria se fartar e que ele chegou a dançar uma batucada na Casa Branca, o centro do poder político dos EUA. Segundo Eneida Maria de Souza, em *Brasil Pandeiro* é possível detectar o interesse de colocar o Brasil dentro do concerto das nações desenvolvidas por meio de sua riqueza natural e, sobretudo, étnica, com destaque para o samba e demais produções artísticas e culturais de origem negra:

*[...] celebra-se a imaginária integração entre os continentes, graças a mediação do samba, veículo de reunir a gente bronzeada da favela com os ioiôs da Casa Branca. Os Estados Unidos eram vistos como o exportador oficial do samba brasileiro para o mundo. A matéria prima-utilizada como exportação, conduzida pela Embaixatriz do Samba, penetrava não somente na classe média americana, mas entrava de forma oficial na Casa Branca. Essa benção sacralizava a Política da Boa Vizinhaça, ao reconhecer como internacional a música que nascia nos morros do Rio de Janeiro. (SOUZA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 77)*

A observação de Tota de que a emblemática *Brasil pandeiro* faz parte do contexto de consolidação do “imperialismo sedutor” estadunidense – em contraponto à tendência anti-imperialista de outras canções de anos anteriores, como o samba *Cinema falado* (ou *Não tem tradução*) (1933), de Noel Rosa, e *Good bye! Boy!* (1933), de Assis Valente – é bastante preciosa (Cf. TOTA, 2000, p. 170).

Lembremos que Carmen Miranda, quando retornou de uma de suas turnês nos Estados Unidos reapareceu extremamente influenciada pelo *show business* estadunidense. Carmen foi imediatamente atacada por boa parcela da mídia e por alguns fãs, como se ela tivesse, além de seduzida pela cultura estadunidense, abandonado as raízes brasileiras. Dentre os debates de prós e contras à abertura de Carmen em relação à influência dos EUA, merece destaque o ponto de vista do samba *Disseram que eu voltei americanizada* (1940), composto por Luiz Peixoto e Vicente Paiva, que atua como que um gesto de ajuda e defesa a Carmen Miranda, considerada traidora das causas pátrias.

*Me disseram que eu voltei americanizada  
Com o burro do dinheiro  
Que estou muito rica  
Que não suporto mais o breque do pandeiro  
E fico arrepiada ouvindo uma cuíca  
(PEIXOTO; PAIVA, 1996)*

Segundo Eneida Maria de Souza “[...] nesse processo de travestimento identitário – a baiana torna-se americanizada –, a opinião pública brasileira se posiciona de forma redutora e nacionalista, exigindo-se a volta da atriz às raízes do samba e a autenticidade de sua imagem nativa.” (SOUZA, in: STARLING, et al, 2004, p. 83). Carmen, por sua vez, na canção, como cantora e personagem, contesta a intriga da oposição que a ataca de não ter mais molho, justamente o molho da suposta baiana que, em outra canção, dizia que melhorou o prato do Tio Sam. Vejamos outro trecho de *Disseram que eu voltei americanizada*:

*Disseram que com as mãos  
Estou preocupada  
E corre por aí  
Que eu sei certo zum zum  
Que já não tenho molho, ritmo, nem nada  
E dos balangandans já "nem" existe mais nenhum*

*Nas rodas de malandro minhas preferidas  
Eu digo mesmo eu te amo, e nunca "I love you"  
Enquanto houver Brasil  
Na hora da comida  
Eu sou do camarão ensopadinho com chuchu  
(PEIXOTO; PAIVA, 1996)*

Por sua vez, outras canções que foram criadas após a intensificação da Política da Boa Vizinhança apresentam-se mais integradas às influências advindas dos Estados Unidos. Podemos citar o samba-rock de Denis Brean chamado curiosamente de *Boogie-Woogie na favela* (1945), cuja letra comenta a invasão da canção estadunidense que domina o território nacional, chegando até as favelas do Brasil:

*Chegou o samba minha gente,  
Lá da terra do Tio Sam com novidade,  
E ele trouxe uma cadência que é maluca,  
Pra mexer toda a cidade,  
O Boogie-Woogie, Boogie-Woogie, Boogie-Woogie,  
A nova dança que balança, mas não cansa,*



*A nova dança que faz parte,  
Da Política da Boa Vizinhança*  
(BREAN, 1975)

Nessa canção o elemento samba está bastante diluído, quase que irreconhecível. Na própria canção diz que na batucada da favela as cabrochas dançam incansavelmente *Boogie-Woogie*. Como se dissesse que se não podemos vencer a influência estrangeira é melhor nos juntarmos a ela: “*o nosso samba foi por isso que aderii*”. Em relação a esta canção Tota comenta que “[...] *se em 1940, esperávamos que Tio Sam dançasse nosso samba e usasse os nossos temperos, em 1945 a favela já estava dançando o boogie-woogie.*” (TOTA, 2000, p. 173).

Apesar da existência de composições que demonstravam certo encantamento unidirecional em relação à sedução imposta pela cultura estadunidense, é importante frisar, como veremos, que a tendência “anti-imperialista” de algumas canções populares do Brasil será retomada. Apesar de um novo viés, outras canções demonstrarão a percepção mais atenta de que o intercâmbio cultural com os Estados Unidos era assimétrico. Assim, com o passar dos anos, outras canções – dentre elas inúmeros sambas – ampliam o debate acerca da troca cultural entre o Brasil e os Estados Unidos, de seus acordos e desacordos, de suas imposições e negociações.

Em consonância com essa perspectiva, Lucia Lippi Oliveira, no ensaio *Identidade e alteridade no Brasil: o contraponto norte-americano*, informa que certas canções da época, como *Yes, nós temos bananas* (1938); *Soth American Way* (1940), e, as já citadas *Disseram que eu voltei americanizada* (1941) e *Brasil pandeiro* (1941), “[...] *expressam o tempo da política da Boa Vizinhança, tempo esse marcado pelo encontro e desencontro entre as culturas norte-americana e latino-americana.*” (OLIVEIRA in: STARLING, *et. al.*, 2004, p.93-94). Na opinião de Oliveira, algumas dessas músicas indicam com humor e ironia que é preciso forjar uma relação de isonomia entre o Brasil e os EUA, outras evidenciam os mal resolvidos problemas de vizinhança bem como dos estranhamentos entre os dois países.

Por exemplo, no digamos samba-rock-coco *Chiclete com banana* (1958), canção de autoria de Almira Castilho e Gordurinha – por sinal, resgatada por Gilberto Gil no ano de 1972, em seu primeiro disco lançado após seu exílio em Londres – notamos uma postura mais impositiva por parte dos brasileiros, no caso, dos sambistas, em relação aos ritmos e influências musicais estadunidenses. De acordo com Eneida Maria de Souza

[...] em “Chiclete com banana” exige-se a participação bilateral dos dois países, pela leitura inicial das diferenças entre sambas e rumba, entre os ritmos que caracterizaram cada região em separado – e não a generalização da América Latina – para que a mistura de Miami com Copacabana e do chiclete com banana gerasse o samba-rock. (SOUZA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 77)

Ou seja, a canção se apresenta como uma mistura de ritmos de origem brasileira e estadunidense. Além dos ritmos e sonoridades peculiares que margeiam a relação musical entre os países respectivos na canção anteriormente citada, fica subentendido um movimento para-linguístico em que a letra glosa acerca da própria forma musical que a acompanha. Como bem ressaltou Eneida de Souza, a canção trabalha a mescla de sonoridades e de referências populares peculiares entre os dois países, mas ao mesmo tempo também demarca o que ela não é:

*Só ponho bebop no meu samba  
Quando o tio Sam pegar no tamborim  
Quando ele pegar no pandeiro e no zabumba  
Quando ele entender que o samba não é rumba  
Aí eu vou misturar Miami com Copacabana  
Chicletes eu misturo com banana  
E o meu samba vai ficar assim  
Bebop, Bebop, Bebop...  
Quero ver a grande confusão  
Bebop, Bebop, Bebop...  
É o samba-rock, meu irmão  
Mas em compensação  
Quero ver o boogie-woogie de pandeiro e violão  
Quero ver o tio Sam de frigideira  
Numa batucada brasileira  
(CASTILHO; GORDURINHA, 2000)*

Como indica Eneida Maria de Souza, se o chicletes estadunidense representa a cultura juvenil de massa, associada não somente ao *rock* mas também ao cinema hollywoodiano, a referência imagética associada ao Brasil é a banana, gênero alimentício de baixa cotação no mercado e que indica que o Brasil – dentro da divisão internacional do trabalho – faz parte das chamadas republichetas das bananas (C.f. SOUZA, in: STARLING, et. al., 2004, p. 85). Até mesmo Carmen Miranda dizia: “banana is my business”. Na verdade, como colocaram de modo irônico Braguinha e Alberto Ribeiro: “Yes, nós temos bananas! Até para dar e vender!”, atestando que, nessa terra que tudo dá, as

fontes naturais – pelo menos agrárias, no caso especificamente da banana – são quase inesgotáveis.

Em outra canção intitulada *Adeus America* (1947) – de Haroldo Barbosa e Geraldo Jacques, é expresso – é delineado o ponto de vista nacionalista de um brasileiro que está nos EUA e que está com saudades de sua terra natal. Aparentemente essa canção se demonstra bem mais intransigente com a influência estadunidense do que a canção anteriormente citada. Depois de receber uma espécie de chamado do samba o eu lírico alegremente declara:

*Eu digo adeus ao boogie-woogie, ao woogie-boogie  
E ao swing também  
Chega de rocks, fox-trotes e pinotes  
Que isso não me convém.  
Eu vou voltar pra cuíca, bater na barricada, tocar tamborim  
Chega de lights e all rights, street fights, good nights  
Isso não dá mais pra mim  
Eba eba, eu quero um samba feito só pra mim.*  
(BARBOSA; JACQUES, 1986)

Parece que esse discurso nacionalista da canção foi retomado justamente pela percepção de que o intercâmbio do Brasil com os Estados Unidos não foi pautado em uma justa medida. Nesse cenário de trocas culturais, grosso modo, a estereotipização da produção artística e dos traços étnicos do Brasil também conviveu com a invasão massiva de produtos industrializados no mercado brasileiro advindos dos Estados Unidos. Anos mais tarde, sobretudo durante a década de 1960 – e talvez de modo menos intenso na década de 1970 –, notamos algumas ações de significativo repúdio ao americanismo estadunidense.

## Referências

MAUAD, A. M. Fotografia e a cultura política nos tempos da política da Boa Vizinhança. **Anais do Museu Paulista**, vol. 22, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 133-159. Universidade de São Paulo. São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27332475005>>. Acesso em: 02 de agosto de 2017.

MAUAD, Ana Maria. Genevieve Naylor, fotógrafa: impressões de viagem (Brasil, 1941-1942). São Paulo: **Revista brasileira de História**. vol.25, no.49, Jan./June 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01021882005000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S01021882005000100004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 10 de agosto de 2017.

MENEZES, Roniere. **O traço, a letra e a bossa**: literatura e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinícius. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MIRANDA, Wander Melo. Brutalidade jardim: tons da nação na música brasileira. *In*: STARLING, Heloísa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (orgs.). **Decantando a república**. 3v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

MUSSA, Alberto. Luiz Antonio Simas. **Samba enredo: história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Identidade e alteridade no Brasil: o contraponto norte-americano. *In*: STARLING, Heloísa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (orgs.). **Decantando a república**. 3v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Tomo 3.

SOUZA, Eneida Maria de. Carmen Miranda: do *Kitsch* ao *Cult*. *In*: STARLING, Heloísa; CAVALCANTE, Berenice; EISENBERG, José (orgs.). **Decantando a república**. 3v. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

STAM, Robert. **Multiculturalismo tropical: uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiros**. Trad. Fernando S. Vugman. São Paulo: Edusp, 2008, p. 163-2002.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da segunda guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VELOSO, Caetano. **Verdade Tropical**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

#### Referências cancionais

BARBOSA, Haroldo; JACQUES, Geraldo “Adeus America”. *In*: GILBERTO, João. **João Gilberto Live At 19th Montreux Jazz Festival**. São Paulo: RCA, 1986.

BARRO, João de; RIBEIRO, Alberto: “Yes, nós temos bananas!” *In*: BARRO, João; RIBEIRO, Alberto. **João de Barro e Alberto Ribeiro: História da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora Abril, 1970.

BARROSO, Ary. Aquarela do Brasil. *In*: BARROSO, Ary. **Ary Barroso: História da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora Abril, 1982.

BREAN, Denis. “Boogie-Woogie na favela”. *In*: BREAN, Denis; GUILHERME, Oswaldo. **Raízes: Denis Brean e Oswaldo Guilherme**. São Paulo, RCA, 1975.

CASTILHO, Almira, GORDURINHA. Chiclete com banana. *In*: PANDEIRO, Jackson do; GORDURINHA. **Enciclopédia musical brasileira Jackson do Padeiro e Gordurinha**. São Paulo: WEA, 2000.

MARTINS, Herivelto; GRANDE OTELO. Praça Onze. *In*: MARTINS, Herivelto. **Herivelto Martins: Nova História da Música Popular Brasileira**. São Paulo: Editora Abril, 1977.

OLIVEIRA, Silas de. Aquarela Brasileira. In: OLIVEIRA; Silas de; VIOLA, Mano Décio da. **Silas de Oliveira e Mano Décio da Viola**: Nova História da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora Abril, 1977.

PAIVA, Vicente; PEIXOTO, Luís. “Disseram Que Eu Voltei Americanizada”. In: MIRANDA, Carmen. **Coletânea Carmen Miranda**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1996.

VALENTE, Assis . Brasil Pandeiro. In: VALENTE, Assis. **Assis Valente**: História da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora Abril, 1982.

VALENTE, Assis . Recenseamento. In: VALENTE, Assis. **Assis Valente**: História da Música Popular Brasileira. São Paulo: Editora Abril, 1982.

**“Chiclete com banana”: carnivalization, cultural exchange, racial democracy and affectivities between Brazil and the United States of America**

ABSTRACT

I intend to analyze the neighbor policy between Brazil and the United States of America by means of images associated with carnivalization, specifically between Getúlio Vargas dictatorship and the government of the military implanted decades later. The aforementioned “Good Neighbor Policy” was an important manifestation of cultural diplomacy between the respective countries. We can say that this policy, in a sense, meant a new outgrowth of imperialist practices, despite the consent of the official organs of the Brazilian State. The political strategy in question also coexisted with other political relations and tactics that re-signified the cultural exchange between the two countries. Various social actors, both Brazilian and American - especially artists, intellectuals and cultural producers - have developed a kind of minor diplomacy that was fundamental for the revision of certain prejudiced practices. In order to think about the uses of carnivalization in this scenario of intense international relations will be analyzed some artistic productions of the period in question, especially canciones. Theoretical texts will be used, which will contribute to a better understanding and contextualization of the present study, such as essays by Antonio Pedro Tota, Robert Stain and other authors dealing with cultural and artistic exchange between Brazil and the States United during the last century.

Keywords: Carnival, Art, International relations.



## Mídia e clima político no Brasil: os discursos de ódio no pré-impeachment de Dilma Rousseff

Luciana Silvestre Girelli<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo parte da análise das “Cartas dos Leitores” do jornal O Globo para compreender os discursos de ódio e intolerância que marcaram o período anterior ao impeachment da presidente Dilma Rousseff.

**Palavras-Chave:** Discursos de ódio, Mídia, Impeachment, Dilma Rousseff, Corrupção.

Recebido em 27/07/2018  
Aceito para publicação em 20/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.22893>

### Introdução

Neste artigo, evidencio os discursos de ódio produzidos na conjuntura brasileira, com destaque para as narrativas relacionadas ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a então presidente Dilma Rousseff, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e à política brasileira de modo geral, no período anterior ao afastamento da presidente de seu cargo pela Câmara dos Deputados, ocorrido em 17 abril de 2016.

Para isso, analiso a seção de “Cartas dos Leitores” do jornal O Globo durante os seis meses que antecederam o impeachment da presidente Dilma, sempre nas edições de domingo, uma vez que se tratava do dia da semana de maior público-leitor. Foram selecionadas 24 edições do jornal, que veicularam 395 cartas e e-mails de leitores durante esse período. Para efeitos de análise, 224 cartas foram utilizadas na pesquisa, quantitativo cujo conteúdo esteve diretamente relacionado à temática em questão.

---

<sup>1</sup> Bacharela em Ciências Sociais (UFES) e Comunicação Social (UFES); e Mestre em Política Social (UFES). Email: lucianasgirelli@gmail.com.

Busco compreender de que maneira foi construído o discurso de ódio no Brasil, bem como suas bases estruturais, históricas e conjunturais, que possibilitaram sua emergência no momento recortado por este estudo. Por meio da criação de categorias de análise de modo indutivo - isto é, a leitura das cartas precedeu a seleção das categorias, mas foram as palavras e ideias mais recorrentes que me permitiram elegê-las, tento identificar a construção de sentidos das narrativas feitas pelas “Cartas dos Leitores” do jornal O Globo durante o pré-impeachment de Dilma Rousseff.

A mídia, o clima político e os discursos de ódio no Brasil

Para compreender a maneira pela qual os discursos de ódio foram amplificados na conjuntura recente do Brasil, faz-se necessário analisar o papel da mídia na configuração do clima político do país e, mais especificamente, sua atuação no período que precedeu o *impeachment* da presidente Dilma.

A preocupação com a gestão da imagem e com o clima político nas sociedades atuais se intensificou mediante a atuação dos meios de comunicação de massa. Embora a política seja praticada de muitos modos e por meio de diversos instrumentos, a esfera da comunicação é predominante na formação das imagens e opiniões públicas políticas que interferem diretamente nos governos e nas eleições. É por essa via que a maioria da população tem acesso às informações sobre a vida política:

*[...] a esfera da comunicação controla praticamente todo o provimento de informação e comunicação de interesse político e praticamente todo o fluxo de mensagens da esfera política em direção à esfera civil, constituindo-se fundamentalmente na única janela para a realidade política para a maioria dos cidadãos (GOMES, 2004, p.16).*

No Brasil, segundo Lima (2015), a atuação midiática em relação à política e aos políticos tem sido marcada por sua incisiva desqualificação, o que é considerado por ele o novo elemento dessa conjuntura. “É no contexto dessa cultura política que as gerações pós-ditadura têm sido socializadas e formadas, mesmo não sendo usuárias diretas da velha mídia” (LIMA, 2015, p.99-100). Essa forma de agir traz inúmeras consequências às outras instituições democráticas, como afirma a seguir:

*Ao agirem dessa forma, também boicotam as instituições representativas clássicas da democracia representativa – associações, sindicatos, partidos políticos – e colocam em questão, até mesmo, a necessidade de sua existência, além de implicitamente desestimularem – por inútil – a participação popular direta nestas instituições. Em resumo, trabalham contra a própria democracia em nome da qual se apresentam publicamente e que dizem defender (LIMA, 2015, p. 101).*

O interesse nesse tipo de desqualificação, na visão de Lima, advém da necessidade dos meios de comunicação em se legitimarem como mediadores entre a população e o espaço público, bem como se constituírem na única instituição com crédito para fazer esse tipo de mediação.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que se constitui como a principal janela por meio da qual os cidadãos têm acesso aos acontecimentos políticos, a mídia atua, muitas vezes, de forma a desqualificá-los, o que pode ser verificado na abordagem midiática ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde o episódio do “mensalão”<sup>2</sup>, em 2005, até o desfecho do *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016.

Na visão de Lima (2015), embora não seja uma novidade o viés direitista do oligopólio midiático brasileiro, o fato mais relevante na construção da hegemonia política dos últimos anos foi a formação, pela mídia, de uma linguagem nova, seletiva e específica, que passou a ser reproduzida pela maioria dos brasileiros, mediante a qual passaram a se referir tanto aos réus da ação penal n.470 - “mensalão”- como, mais recentemente, da “Operação Lava Jato”, sobretudo, se ligados ao PT. Segundo Lima,

*Nos últimos anos, “mensalão” passou a ser “um esquema de corrupção” e tornou-se “mensalão do PT”, enquanto situações idênticas e anteriores, raramente mencionadas, foram identificadas pela geografia e não pelo partido político (“mensalão mineiro”). Como resultado foi se construindo sistematicamente uma associação generalizada, seletiva e deliberada entre corrupção e os governos Lula e o PT, ou melhor, seus filiados e/ou simpatizantes (LIMA, 2015, p. 109).*

---

<sup>2</sup> Nome atribuído pela mídia aos casos de pagamento de propina feito a parlamentares para a aprovação de projetos durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.



Em uma analogia, o autor afirma que as palavras “petistas” e “mensaleiros” mencionadas pela mídia passaram a equivaler a “comunistas”, “subversivos” e “terroristas” no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). As primeiras palavras mencionadas passaram a designar inimigos públicos e a ser sinônimos de corruptos e desonestos.

Uma análise que complementa essa perspectiva é a de Biroli (2017), que afirma que a crise e o golpe contra Dilma Rousseff são apresentados de forma bastante homogênea pelos meios de comunicação:

*Os temas predominantes são a corrupção e a crise econômica. A falta de sustentação e a incapacidade política de Rousseff para manter o apoio no Congresso foram apresentadas como um subtexto do segundo tema; teríamos um governo fraco para superar a crise (econômica) na direção presumida largamente, nos mesmos veículos, como a correta (BIROLI, 2017, p. 31).*

Em sua perspectiva, um fator central que culminou na crise política de 2016 foi o intenso fluxo de informações e notícias sobre a “Operação Lava-Jato” apresentado pela mídia desde 2014. Os investigadores dessa operação passaram a figurar nos veículos de comunicação como aqueles que revelaram a verdadeira face da política brasileira.

A cientista política elenca alguns possíveis motivos que podem explicar, em termos conjunturais, o papel da mídia na crise e no golpe de 2016. Um deles foi que a atuação dos grandes grupos midiáticos, desde a crise do “mensalão”, organizou-se em torno de denúncias de corrupção com foco no PT e em favor de determinados candidatos e grupos, mas a estratégia “foi frustrada pelas urnas, ao menos no que se refere às eleições presidenciais recentes – 2006, 2010, 2014” (BIROLI, 2017, p. 32).

Com a vitória de Rousseff nas eleições de 2014, acentuou-se, então, um segundo discurso, o de que ela era incapaz de superar a crise econômica pela qual passava o país. “Pouco a pouco, os discursos passam a ser de normalização da exceção, isto é, de justificação para a interrupção do governo eleito e/ou para a deposição de Dilma Rousseff [...]” (BIROLI, 2017, p. 33).

Como conclusão de sua análise, a autora afirma que a hegemonia da grande mídia continua na atualidade. No entanto, o cenário político conta também com o advento das redes sociais na conformação do ambiente da crise e do golpe:

*[...] a hegemonia da mídia empresarial permanece. Ela foi, sem dúvida, fundamental na conformação do ambiente político da crise e do golpe. O ambiente das redes é relevante para se compreender os novos padrões dos conflitos e controvérsias. Permite articulações e recursos expressivos que incidem sobre o ambiente político, ao menos potencialmente, mas não é um universo paralelo no qual a trinca (mídia-política-capital) não incidiria. Longe disso. É esse o quadro complexo que nos desafia (BIROLI, 2017, p. 34).*

Para tratar da disseminação do discurso de ódio a partir das redes sociais e sua importância para a conformação do clima político no período analisado, é preciso compreender o que significa esse discurso e como ele tem se disseminado pela internet e mais especificamente pelas redes sociais.

Meyer-pflug e Leite (2016) caracterizam o discurso do ódio como a manifestação de ideias que incitam a discriminação racial, social e religiosa em relação a determinados grupos, que são desprezados por possuírem características comuns. Essas expressões de ódio ferem a dignidade humana na medida em que diminuem a autoestima das pessoas atingidas. Nas redes sociais, esse discurso ganha relevância devido à velocidade de disseminação das informações.

No período analisado por essa pesquisa, o PT e suas principais lideranças, Lula e Dilma, bem como grupos de esquerda, movimentos sociais e de direitos humanos, estiveram entre os principais alvos do ódio disseminado nas redes.

Conforme Silveira (2015), a desconstrução da prática e do pensamento de esquerda nas redes sociais se dá pelos seguintes tipos de conteúdos para os memes<sup>3</sup>: *“[...] as forças de esquerda trouxeram a corrupção como prática de governo; [...] a esquerda faz políticas para beneficiar pobres que não querem trabalhar; [...] os direitos humanos são para os criminosos continuarem impunes” (SILVEIRA, 2015, p. 224).* Como os partidos de esquerda, em geral, deixaram de priorizar um trabalho de conscientização em torno de suas pautas, como a luta pela igualdade e equidade entre os cidadãos e cidadãs para uma vida mais digna, essas falas do senso comum passaram a se generalizar no espaço das redes.

---

<sup>3</sup> *Meme* é uma expressão usada para apresentar um conceito de imagem, vídeos, gifs e/ou relacionados ao humor, que se espalha via Internet.

Após as eleições de 2014, na qual Dilma Rousseff foi vencedora, as lideranças de direita passaram a mobilizar pessoas a partir de um discurso que ia do neoliberalismo no plano econômico a uma intolerância política extrema, que reivindicava até mesmo a intervenção militar. A reflexão final de Silveira contribui para a compreensão dos acontecimentos que viriam acontecer ao longo de 2015 e 2016 e que culminaram no afastamento de Dilma Rousseff:

*[...] as redes permitiram que uma direita mais conservadora, pouco expressiva no próprio parlamento e na mídia tradicional, mas com forte capacidade de mobilizar o senso comum e expressões de ódio e preconceito, reunisse pessoas dispersas e avançasse na articulação de adeptos. A atividade é a essência da mobilização em rede (SILVEIRA, 2015, 229).*

Dessa forma, tendo em vista o papel da mídia como principal janela de acesso aos acontecimentos políticos pelos cidadãos; a maneira como tem atuado na desqualificação da política e dos políticos, com destaque para o Partido dos Trabalhadores mais recentemente; e a criação de uma linguagem seletiva e específica que associou a corrupção ao PT e a culpa da crise econômica à gestão da presidente Dilma Rousseff, tem-se elementos importantes para a compreensão do papel da mídia na conformação do clima político no país no período estudado. A polarização política e discursos de ódio que marcaram o período anterior à destituição de Dilma Rousseff também contaram com a contribuição das redes sociais para sua disseminação, tornando ainda mais complexo o cenário político em questão.

Estudo de caso: o ódio na seção de cartas dos leitores de O Globo

Como mencionado, este estudo analisou os discursos de ódio contidos na seção das cartas dos leitores do jornal *O Globo* nos seis meses que antecederam o *impeachment* de Dilma Rousseff. A escolha desse veículo ocorreu por ele ser o 2º maior jornal impresso do país em termos de circulação, conforme dados da Associação Nacional de Jornal (ANJ). Segundo informações do próprio periódico, *O Globo* possui 1.281.000 leitores e circula de segunda a domingo. Nos dias úteis, são produzidos 142.449 exemplares e aos domingos, 186.590, o que justifica, ainda, a escolha pela análise das cartas justamente nesse dia da semana.

Eleger o jornal *O Globo* também se deve ao fato de ele ser um produto representativo do maior conglomerado de mídia do Brasil, as organizações

Globo. Segundo Cabral (2015), a Rede Globo é o principal grupo de mídia nacional, atingindo o país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e geradoras.

Entendi, por isso, que a opção por um dos produtos do maior conglomerado de mídia do país fosse representativo para a realização desta pesquisa. Defini especificamente a seção “Cartas dos Leitores” porque ela agrega, ao mesmo tempo, o discurso de uma classe média brasileira, que é leitora do jornal, e a priorização do próprio veículo sobre os conteúdos dessas cartas, uma vez que os trechos publicados são selecionados e editados conforme a linha editorial do periódico.

É interessante conhecer o perfil dos leitores de *O Globo* a fim de traçar um perfil dos autores das cartas que foram analisadas. Segundo o próprio jornal, em termos de classe social, 15% dos leitores são da classe A, 50% da B, 28% da C e 6% da classe D e E. Em termos de escolaridade, 39% possuem ensino superior completo, ao passo que 22% possuem ensino médio e 14% ensino fundamental.

Em termos de gênero, 52% dos leitores são do sexo masculino e 48% do feminino. A faixa etária é bem distribuída, sendo a maioria (20%) de leitores acima de 60 anos, 19% ficam na faixa etária entre 30 e 39 anos, 18% entre 20 e 29 anos, 16% entre 40 e 49 anos e 12% entre 10 e 19 anos de idade.

Tendo em vista esses dados, percebeu-se que os leitores das cartas são, em sua maioria, da classe média e alta, com elevado grau de escolaridade, sendo mais de 50% com idade acima de 30 anos e do sexo masculino.

No que se refere aos autores das cartas, em termos de gênero, dos 224 participantes, 185 são homens e 39 são mulheres, o que indica o percentual de 82,58% de autores do sexo masculino e 17,41% do sexo feminino. Em termos de localização, considerando o universo de 208 participantes sobre os quais se têm essa informação, a supremacia do local de origem é o Estado do Rio de Janeiro, a sede do Jornal, com 177 autores (85,09%), seguido de São Paulo, com 22 (10,57%); Minas Gerais com 5 (2,4%); Distrito Federal com 3 (1,44%) e Espírito Santo com 1 (0,48%) leitor.

Em termos representativos, pode-se afirmar que o perfil majoritário do autor das cartas analisadas é o homem carioca. Se considerarmos o perfil socioeconômico dos leitores do jornal, agrega-se a informação de que este indivíduo pertence, possivelmente, às classes A e B, que somadas representam 65% dos assinantes do periódico.

Em termos metodológicos, a seleção das 224 cartas dos leitores do universo total de 395 ocorreu a partir da leitura atenta desse material. Foi feita uma triagem inicial dos conteúdos relacionados ao tema nacional em pauta e descartadas, por exemplo, cartas sobre a situação específica do Estado do Rio de Janeiro, que relatavam a situação de obras inacabadas, violência, cobrança de taxas e impostos; ou aquelas cujos temas não se relacionavam de forma direta nem indireta com a situação política do país.

A partir dessa triagem, as cartas cujos temas e conteúdos se repetiam foram agrupadas em blocos e chegou-se a um total de quatro categorias de análise, a saber: 1. Dilma; 2. Lula; 3. Lulopetismo; e 4. Crise. Para cada uma dessas categorias, buscou-se extrair o conteúdo de ódio nelas contido bem como sua relação com aspectos históricos e estruturais da sociedade brasileira.

#### a. Categoria Dilma: o ódio às mulheres

Das 224 cartas, 49 foram incluídas nessa categoria, o que indica o percentual de 21,87% do total das cartas analisadas. Dos assinantes das publicações dessa categoria, 41 (87,2%) são homens e 8 (12,8%) são mulheres, o que já é algo a se ponderar. Em termos de localização, 89,36% são do Rio de Janeiro e 10,63% de São Paulo.

A categoria Dilma reúne as cartas de leitores que destacaram a figura pública de Dilma Rousseff como mulher e como presidente do Brasil. O conteúdo das cartas apresenta julgamentos sobre seu perfil pessoal, sua imagem pública e sua forma de conduta no governo. As publicações também englobam os conteúdos que falam sobre as medidas tomadas durante os seus mandatos presidenciais, como programas e ações, aumento de impostos e reações diante do seu processo de *impeachment*.

De uma forma geral, as cartas que tratam de Dilma focam na desqualificação do seu perfil público sugerindo debilidades de cunho pessoal, como se ela não fosse suficientemente competente para ocupar o cargo de presidente da República para o qual foi eleita, de modo que sua vitória eleitoral tende a ser subestimada ou ignorada como um valor *per si* de autoridade para o exercício do cargo. Ressaltam-se os textos que indicam que ela veio a perder o controle do governo e o comando do país, sendo, por conseguinte, responsabilizada pela crise nacional e pelo “excesso de gastos”. Os leitores

exibem o descontentamento com o governo e alguns exigem seu encerramento antes do fim do mandato, sem qualquer referência a algum fundamento jurídico.

Além do registro recorrente acerca da incompetência de Dilma Rousseff, diversas cartas sugerem que a situação de caos no Brasil se deve ao perfil da ex-presidente. Há carta que diz diretamente que ela deve ser “retirada” do cargo. A maioria dos leitores, em tese informados, não discute a gravidade de se “interromper” um mandato presidencial, ao justificar que a “ruptura” se deu antes com os atos de corrupção denunciados.

Muitos leitores, provavelmente os que não votaram nela, afirmam que ela é fraca, incapaz, inerte e até mesmo “burra”. Em algumas cartas, Dilma é acusada de “fora do eixo”, desconectada da situação do país, sendo apenas uma figura decorativa ou pupila de Lula.

Nota-se ainda o crescimento da ironia e do sarcasmo ao se mencionar suas ações de governo, sendo que algumas cartas chegam a citá-la como uma “vergonha para as mulheres” no que tange à gestão administrativa.

Percebe-se, nas cartas, que a imagem de Dilma associada à mulher frágil e incompetente conflita, em certa medida, com a imagem de mulher “durona”, “autoritária” e “mão de ferro”, características masculinas atribuídas a ela pela mídia em diversos momentos de seus governos. Nota-se, dessa forma, que conforme o clima político do país, sua imagem ora foi vista como “histórica, mal amada e embrutecida”, ora como “frágil, descontrolada e inerte”.

Segundo Rago (2001), o estereótipo das feministas como mulheres amarguradas, sem perspectivas e dessexualizadas ou lésbicas é de longa data. Essa foi a imagem que se sobrepôs no imaginário social e ainda persiste nos dias de hoje: a da feminista feia, masculinizada, infeliz e rejeitada sexualmente pelo homem.

É necessário buscar explicações sobre os motivos que fizeram essas perspectivas misóginas serem tão amplamente aceitas ao longo dos séculos, ao passo que as diversas conquistas com vistas à emancipação feminina, como os direitos civis, políticos, econômicos e sexuais, não se apresentam de forma tão evidenciada no imaginário social quando se trata de enaltecer a luta feminista.

Para Rago, desde a instalação da República no Brasil e do início da industrialização até o final do século XIX, a maior parte dos formadores de opinião do país – jornalistas, juristas, ativistas políticos, médicos, escritores – reagiram de forma negativa a tudo que pudesse desestabilizar as relações históricas entre homens e mulheres, fundadas na divisão sexual do trabalho.

No campo científico, destacou-se o papel dos médicos na redefinição da sexualidade feminina ao atribuir a suas características anatômicas supostos limites físicos, intelectuais e morais para sua integração à vida pública. A legitimação do discurso científico sobre a incapacidade feminina de pensamento e discernimento foi um fator que contribuiu para excluir as mulheres do campo da esfera pública no país por longo tempo:

*Nesse sentido, o saber médico informou uma série de práticas autoritárias e misóginas, que permitiram justificar objetivamente a exclusão das mulheres de inúmeras atividades políticas, econômicas e sociais, para não dizer das sexuais, estigmatizando aquelas que, como as feministas, se colocaram na contramão. Ao mesmo tempo, propôs alternativas para um reajustamento das relações de gênero, mantendo inalteradas as formas da dominação masculina (RAGO, 2001, p. 63).*

É curioso ressaltar que até pouco tempo atrás a “mulher pública” era sinônimo daquela cujo corpo era vendido para o prazer de todos os homens, a prostituta; enquanto “homem público” dizia respeito àquele que se destacava nos debates políticos de seu tempo e os influenciava. O lugar “natural” das mulheres era o interior das casas, em geral cercada de muros altos, para não serem vistas pelos passantes. As mulheres que circulavam pelas ruas eram as escravas, criadas e prostitutas. Aos poucos, a sociedade criou a cisão entre “mulheres de bem” e “mulheres da vida”. Toda mulher, de qualquer classe social, com ambições de se afirmar para além da doméstica e de seu papel de submissão diante do homem, recebia o escárnio social e era moralmente desclassificada:

*É preciso levar em conta a tradição política autoritária e clientelista de nosso país, onde nunca se formou uma clara noção de esfera pública moderna e de direitos do cidadão. Aqui, as mulheres sempre foram vistas como muito mais irracionais do que os homens pobres, porque foram consideradas como muito mais sensuais e sexualizadas do que as dos países de tradição puritana (RAGO, 2001, p. 64).*

Portanto, as cartas a respeito da presidente evidenciam a misoginia, ou seja, o ódio às mulheres, típico de uma sociedade machista e patriarcal como a brasileira. A presença de Dilma Rousseff na esfera política, por meio da ocupação do cargo mais alto do poder executivo no país, mobilizou posições e sentimentos conservadores em relação à ocupação dos espaços públicos pelas

mulheres. Por ocasião do processo de *impeachment*, essas questões vieram à tona, sendo um componente fundamental para a construção do discurso de ódio evidenciado no período anterior à sua saída da presidência.

b. Categoria Lula: o ódio ao popular

Das 224 cartas, 33 foram inseridas na categoria Lula, totalizando o percentual de 14,73% do total das cartas analisadas. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 25 (75,7%) são homens e 8 (24,2%) são mulheres. Em termos de localização, 90,62% são do Rio de Janeiro, 6,25% de São Paulo e 3,12% de Minas Gerais.

Essa categoria engloba as cartas dos leitores cuja temática é a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, seja como liderança política, seja como ex-presidente da República. Seu envolvimento nos casos de corrupção investigados pela operação Lava-Jato é fortemente citado, bem como seu comportamento diante dessas investigações. De maneira geral, o ex-presidente é muito criticado e ressalta-se seu processo de degradação moral, numa perspectiva de desconstrução de sua imagem de forte liderança popular.

Em diversas passagens, Lula aparece como inimputável, acima da lei e do “bem e do mal”. É mencionado como corrupto, acusado de enriquecimento ilícito e visto como imoral, mentiroso e baderneiro, dando a entender que é uma pessoa que insufla os ânimos da população e dos movimentos sociais, o que, por sua vez, seria algo ruim. Nas cartas, percebe-se o desprezo pelo modo de Lula se comunicar com seu eleitorado e suas menções à possível solidariedade com a economia de países na África como uma falha. Ao fim, acusa-se Lula de um poder sobre as massas, de incitá-las a algo como uma “revolução”.

Entretanto, o carisma e a liderança do ex-presidente são dignos de reconhecimento, em que pese como um atributo depreciativo, ou por enganar as pessoas ou porque seria uma estratégia do PT para se manter no poder. Em diversas passagens, constrói-se uma polarização entre cidadãos de bem e o político Lula, entendido como “mal”. São os cidadãos de bem aqueles que enxergariam a farsa do carisma (e do caráter) de Lula.

O ódio a Lula pode ser explicado, entre outras questões, pelo ódio aos pobres, conceitualmente denominado de aporofobia, sobretudo nas sociedades ocidentais. Segundo Navarro (2002), o termo aporofobia vem das palavras gregas *áporos*, que significa pobre, escasso de recursos, sem alternativas, e *fobia*, medo, e tem sido um conceito que serve para nomear um sentimento ainda



difuso de “*rejeição ao pobre, ao desamparado, ao que precisa de alternativas, ao que carece de meios e recursos*” (NAVARRO, 2002, p. 17, tradução nossa)<sup>4</sup>. Esse sentimento e atitude de medo e rejeição em relação aos mais necessitados são adquiridos socialmente a partir da difusão dos discursos que vinculam pessoas com poucos recursos financeiros à delinquência e a uma suposta ameaça à estabilidade e à ordem.

O que alimenta a aporofobia é a visão preconceituosa de que os pobres são culpados pela miséria que os atinge. Navarro explica que, embora possa haver, em alguns casos, alguma responsabilidade por parte do indivíduo para se chegar a uma situação de pobreza, na maioria das vezes, as causas são totalmente alheias à vontade dessas pessoas.

O autor afirma ser a aporofobia um componente importante para o surgimento de regimes totalitários e de ódio. Ele diz que não há empobrecimento maior a que se possa submeter alguém do que excluí-lo do mundo dos vivos e que a aporofobia mais perigosa é aquela que cogita eliminar do convívio social todos que são considerados um estorvo para os poderosos. Assim, “*Os totalitarismos de todos os tipos são profundamente aporófobos. E as atitudes aporófobas são um ingrediente necessário aos totalitarismos*” (NAVARRO, 2002, p. 20, tradução nossa)<sup>5</sup>.

Não é à toa que durante as manifestações a favor do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff muitos manifestantes colocavam-se, de modo muito enfático, contrários a diversos programas de inclusão social, entre eles, o Bolsa Família, por ser considerado uma forma de “sustentar vagabundos”. Andrade (2008) afirma que esses programas de inclusão dos pobres, como o Fome Zero e o Bolsa Família, sempre foram recebidos com dúvidas e ironias pela mídia, empresários e até mesmo intelectuais. Diz ainda que os políticos de oposição trataram essas iniciativas como “*mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetição ou equívoco*” (ANDRADE, 2008, p. 135)<sup>6</sup>.

Dessa forma, a aporofobia é uma das chaves explicativas para compreender o ódio aos governos petistas no que tange à implantação de programas de inclusão social. Detidamente, em relação à reiteração do ódio a

---

<sup>4</sup> “rechazo al pobre, al desamparado, al que carece de salidas, al que carece de medios o de recursos”.

<sup>5</sup> “los totalitarismos de todo signo son profundamente aporófobos. Y las actitudes aporófobas son un ingrediente necesario en los totalitarismos”.

<sup>6</sup> “mera demagogia, populismo, assistencialismo, repetición o equívoco”.

Lula, uma primeira explicação, relacionada à aporofobia, é justamente o perfil do ex-presidente:

*[...] deve-se lembrar de que o presidente Lula é o primeiro chefe de Estado no Brasil que não tem educação superior, talvez um dos poucos na história recente dos grandes países. Lula é filho da pobreza. Foi operário, sindicalista e depois deputado. Ele tentou chegar à presidência por 16 anos e só conseguiu na quarta tentativa depois de muitas mudanças em sua própria imagem, que agora é mais serena, conciliadora e não tão militante como antes. Sua trajetória é muito diferente da dos outros presidentes que o Brasil já teve (ANDRADE, 2008, p. 136, tradução nossa).<sup>7</sup>*

O perfil do ex-presidente acirrou o ódio das velhas elites brasileiras, que por sua vez influenciaram amplos setores da classe média e até mesmo segmentos mais populares. Poderia-se pensar que sua trajetória de superação o elevaria à condição de um baluarte da meritocracia; mas, para os que alimentavam o ódio a Lula, seu êxito não era fruto de seu trabalho nem de seus talentos, mas de algo como “oportunismo”, numa condenação prévia a toda organização sindical. O fato de não ter a educação formal completa era mais um fato para as elites descredenciá-lo, o que foi acompanhado, muitas vezes, por membros da classe trabalhadora que confirmavam o discurso dos patrões.

Nesse contexto, a mídia brasileira sempre atuou no sentido de criticar Lula em seus governos. Para Anderson (2011), sua popularidade significou uma perda de poder desse segmento, que tradicionalmente sempre teve papel determinante na escolha dos candidatos à presidência do país. “O relacionamento direto de Lula com as massas interrompeu esse ciclo, minando o papel da mídia na formação do cenário político. Pela primeira vez, um governante não dependia dos proprietários da mídia, daí o rancor da parte deles” (ANDERSON, 2011, p. 36-37).

Outro fator explicativo para o ódio direcionado a Lula pelas classes médias tradicionais do país ligava-se à perda de *status* desta – mais do que de

---

<sup>7</sup> “hay que recordar que el presidente Lula es el primer jefe de Estado em Brasil que no tiene estudios superiores, quizás uno de los pocos en la historia reciente de los grandes países. Lula es hijo de la pobreza. Fue operario, sindicalista y después diputado. Ha intentado llegar a la presidencia durante 16 años y sólo ha logrado en la cuarta tentativa después de muchos cambios en su propia imagen, que ahora es más serena, conciliadora y no tan militante como antes. Su trayectoria es muy distinta a la de los otros presidentes que tuvo Brasil”.

poder efetivo, o qual a classe média nunca teve. Anderson explica de forma muito clara a origem da construção desse ódio ao ex-presidente:

*Não apenas o presidente era agora um ex-operário sem instrução, cuja gramática surrada já era lendária, mas sob seu governo empregadas domésticas, porteiros e trabalhadores braçais, de fato, praticamente toda extração da ralé, estavam agora adquirindo bens de consumo até então privilégio dos instruídos, e mesmo adquirindo orgulho em seu dia a dia. Para boa parte da classe média, tudo isso os irritava profundamente: a ascensão de sindicalistas e funcionários significava que eles estavam sendo rebaixados (ANDERSON, 2011, p. 37).*

Assim, a construção do ódio ao Lula está muito vinculada ao ódio ao popular no Brasil, seja por sua origem de retirante nordestino, seja pelas medidas adotadas em relação aos segmentos excluídos da sociedade durante seus governos. O relacionamento direto de Lula com os pobres no Brasil, independentemente da mediação dos grandes conglomerados midiáticos, é um fator que parece incomodar fortemente os setores médios no país, assim como sua trajetória como operário e sindicalista.

### c. Categoria Lulopetismo: o ódio às esquerdas

Das 224 cartas, 37 constam nessa categoria, o que indica o percentual de 16,51% do total das cartas analisadas. Dos autores, 31 (83,78%) são homens e 6 (16,21%) são mulheres. Em relação à localização, 75% são do Rio de Janeiro, 16,6% de São Paulo, 5,5% de Brasília e 2,7% de Minas Gerais.

Essa categoria reúne cartas dos leitores que se referem às ações de Dilma, Lula e ainda do PT como o mesmo grupo político que esteve à frente da presidência do país por mais de uma década, ou seja, fazem menção a um mesmo tipo de prática política vinculada a governos mais progressistas. Além disso, envolve citações a outros governos populares latino-americanos. Pode-se afirmar, de forma geral, que essa categoria aborda a atuação de grupos de centro-esquerda.

Em geral, aponta-se que os governos petistas quebraram o país e são responsáveis pela crise econômica e política. Cita-se o excesso de gastos públicos, o fato de o governo gastar mais do que poderia, o aumento de impostos

e o “roubo” das estatais, com destaque para a Petrobrás. A experiência dos governos do PT é vista como uma “aventura sem rumo”, sem responsabilidades ou compromissos com o país.

Nas cartas, o PT é vinculado a governos socialistas ou “pseudosocialistas” e a países como a China e a Venezuela, compreendidos pelos leitores de *O Globo* como ditaduras. Logo, há uma associação entre regimes considerados socialistas ou comunistas e regimes autoritários, categoria na qual supostamente o PT se enquadraria.

Por fim, as cartas dessa categoria demonstram a associação inquestionável entre o PT e a corrupção. O partido é unilateralmente culpado pela descrença ou desmoralização política no país, como se a “reserva moral” tão propalada pela esquerda finalmente tivesse se esgotado. Assim como se verificou nas cartas especificamente sobre Dilma ou sobre Lula, o PT chega ao ponto de ser tratado como uma organização criminosa, formada de mafiosos e bandidos.

Ab’Sáber (2015) faz uma relação entre o antipetismo e o anticomunismo no Brasil contemporâneo. Em sua visão, com o realinhamento do grande capital contra o governo de Dilma Rousseff, setores médios conservadores, antipetistas por tradição e anticomunistas pela natureza retrógrada brasileira, deixaram de expressar no âmbito privado seus ressentimentos contra o relativo sucesso dos governos petistas e passaram a publicizá-los na medida em que as falhas da gestão petista ganhavam o conhecimento público.

Esse autor afirma que a antiga ideia do “perigo comunista” estava vigente de uma forma importante no Brasil e, em parte, sequer imaginada com tanta força pelos setores progressistas, sendo pano de fundo das ações de rua dos setores médios e classes altas no país recentemente. Essa mesma justificativa do anticomunismo havia sido responsável pela instauração de duas ditaduras no país durante o século XX e várias em países latino-americanos, sendo retomada quando algum governo no continente almejou a realização de medidas de benefício popular. Ab’Sáber explica de maneira bem clara o uso do recurso discursivo anticomunista:

*[...] o anticomunismo sobrevive magicamente no Brasil de hoje como uma espécie de imagem de desejo, para a grande simplificação interessada da política que ele de fato realiza. Ele mantém o discurso político em um polo muito tenso e extremo de negatividade à qualquer realização democrática ou popular de governo; ou*

*melhor, ele é contra qualquer realização que desvie a posse imaginária do Estado de seus senhores, imaginários, de direito (AB'SÁBER, 2015, p. 37).*

Sendo assim, o antipetismo seria um velho anticomunismo “disfarçado”. O ódio contra o PT remonta à velha tradição autoritária e oligárquica brasileira. O autor ainda reforça que durante todos os governos petistas a mídia fez questão de reproduzir ideias do senso comum, com linguagem agressiva, sobre um possível comunismo desses governos, ainda que a inserção das massas populares no mercado de consumo e de trabalho, um dos principais legados petistas, seja uma realização pró-mercado, capitalista. “*O anticomunismo é estratégia extremada – ancorado no arcaico liberalismo conservador brasileiro, com fumos de fidalguia, as famosas raízes do Brasil, de origem ibérica e escravocrata*” (AB'SÁBER, 2015, p. 37). Eis umas das razões para que o ódio seja evidenciado não apenas nas figuras de Dilma e de Lula, mas também do próprio PT.

d. Categoria Crise: o ódio a medidas progressistas travestido de discurso moralista de combate à corrupção

Essa é a categoria com o maior número de cartas. Das 224, 105 (46,87%) estão enquadradas nessa divisão. Dos leitores que enviaram essas mensagens, 83,8% são homens e 16,2% são mulheres. Em termos de localização, 84,94% são do Rio de Janeiro, 9,67% de São Paulo, 3,22% de Minas Gerais, 1,07% de Brasília e 1,07% do Espírito Santo.

Nessa categoria, englobam-se as cartas que abordam a crise brasileira, que é dividida em duas vertentes: a crise econômica e a crise política. A crise econômica é retratada pelas menções ao desemprego, problemas na saúde, educação e segurança, aumento de impostos e da inflação, entre outros problemas sociais. Citam-se os entraves enfrentados pelas empresas e indústrias, atribuem-se as causas da crise ao excesso de gastos públicos e evidenciam-se a inoperância e incompetência do Estado em lidar com a situação. Algumas cartas ainda sugerem uma solução “externa” aos problemas do país, como se aqui não houvesse quadros competentes para solucionar os dilemas nacionais, o que traz novamente à tona o “complexo de vira-latas” que faz com quem o Brasil seja descrito da forma mais pessimista.

A crise política, por sua vez, é entendida como uma crise moral e ética, causada pela corrupção deslavada que assola o Brasil. Nota-se um descrédito profundo na política e nos políticos. A política deixa de ser um lugar para “cidadãos de bem” e passa a ser um espaço de bandidos e corruptos, perspectiva que cria um hiato entre a população e os espaços democráticos de decisão.

Por fim, nota-se que há uma revolta contra a impunidade existente em relação à corrupção no país e um desejo de identificação e penalização dos culpados. Clamam-se por medidas moralizadoras, identificadas na atuação do poder judiciário, reconhecido por características como seriedade, honestidade, ação corajosa e independente, sobretudo quando se refere à “Operação Lava-Jato” e ao juiz Sérgio Moro. A esperança de dias melhores é deslocada para essa esfera de poder.

De acordo com Souza (2016), a origem do discurso de demonização do Estado e de sacralização do mercado parte do mito nacional do “homem cordial”, que se enxerga como avesso às instituições e à cidadania, e teria criado, contudo, o Estado Brasileiro em antagonismo às normas “virtuosas” do mercado baseadas na livre competição, na igualdade de oportunidades e no mérito. Os intérpretes da brasilidade, segundo Souza (2016), tal como Sérgio Buarque de Holanda, reforçaram o complexo brasileiro de “vira-latas”, que perdura até hoje, ao enaltecer as instituições democráticas nos países centrais e ao subestimar a república brasileira como, contraditoriamente, personalista e inexoravelmente corrupta. Ao direcionar para a esfera pública essa representação, nota-se que o Estado patrimonial seria, portanto, uma singularidade brasileira, baseado em favores e benefícios pessoais, símbolo de seu eterno atraso. No entanto, ao transferir para o Estado o reduto da corrupção, a elite financeira do país consegue encobrir suas estratégias de concentração da riqueza:

*Ao conseguir incutir na sociedade que corrupção é apenas aquilo que o funcionário do Estado faz, os donos do mercado podem cometer abusos legais e ilegais de todo tipo sem que nem a legalidade nem, muito menos, a legitimidade de seus atos seja posta em xeque. Esse é o real poder atrás da infantilização proposital da sociedade como um todo pelo engodo da manipulação do mote corrupção (SOUZA, 2016, p. 113).*

Dessa forma, a “elite do dinheiro” consegue não apenas legitimar sua própria atividade como também criar um discurso político-social que possibilita silenciar o que não pode ser visto, a saber, a concentração de riqueza no país nas mãos dos capitalistas, sócios minoritários da globalização financeira

internacional que impõem as “regras do jogo”. As denúncias de corrupção com foco no Estado também podem vir aliadas a propostas de privatização como forma de sanar o problema, fato que, na opinião desse autor, consiste na corrupção real e verdadeira, mas que não é percebida como tal.

Essa descrença no papel do Estado, corrompo por “natureza”, atravessa a história do país e no episódio de *impeachment* da presidente Dilma aparece novamente, mas por meio da chamada “fulanização” da corrupção, com alvos específicos e direcionados - Dilma, Lula e o PT -, como se apenas eles fossem a personificação mais vívida da corrupção nacional. Porém, em acordo com a análise de Souza (2016), o verdadeiro ataque realizado pelo conglomerado midiático era à política de inclusão das classes populares protagonizadas pelos citados governos. “*O combate seletivo à corrupção pela imprensa e seus aliados no aparelho do Estado foi mero pretexto para combater uma política redistributiva*” (SOUZA, 2016, p. 85).

É preciso ainda entender o motivo pelo qual o discurso moralista de combate à corrupção no Brasil foi amplamente ecoado e sustentado pelas classes médias conservadoras, com forte apelo midiático. Souza afirma que durante os governos petistas houve um dinamismo na economia como um todo, o que tornou possível e visível o compartilhamento de espaços sociais entre setores populares ascendentes, antes denegados, e a classe média tradicional, fato que teria irritado esse último setor. Foi nesse cenário que a “linha do moralismo” foi construída, como uma forma de produzir solidariedade interna entre os privilegiados e permitir formas legítimas de preconceito e racismo de classe. Souza assim elucida:

*A linha do moralismo é a linha divisória imaginária que separa aqueles que se percebem como superiores, posto que se escandalizam com a corrupção política partidária e estatal, daqueles que não se sensibilizam com esse tema. O sentimento de superioridade é construído pela suposta posse de uma sensibilidade moral que apenas setores educados da classe média possuiriam. Seria, portanto, a falta de educação e de inteligência dos setores populares que os teria levado, por exemplo, a continuar votando no PT, mesmo depois do Mensalão (SOUZA, 2016, p. 83).*

Sendo assim, o grande divisor de águas entre quem era ou não culto e informado passou a ser a menor ou maior sensibilidade para o tema da corrupção no Estado. A classe média passou a fazer da luta anticorrupção sua grande

bandeira, uma vez que esse passou a ser um elemento de distinção social em relação às classes populares.

### Considerações finais

O ódio evidenciado pelas cartas de *O Globo* foi direcionado a figuras públicas, como Dilma e Lula; a partidos políticos, como o PT; ao conjunto dos políticos brasileiros, seja do poder executivo e legislativo; e ao Estado brasileiro, compreendido como o grande reduto da corrupção nacional, sobretudo sob a gestão de governos petistas, considerados os grandes responsáveis pela crise econômica e degradação moral da política brasileira.

A partir do referencial teórico utilizado verificou-se que as origens desse ódio possuem raízes mais profundas, históricas e estruturais. A intolerância identificada nas cartas relacionou-se a diversos elementos, tais como: questões de poder e hierarquia entre os gêneros, com destaque para o preconceito contra as mulheres, sobretudo em sua ocupação dos espaços públicos; preconceito contra os pobres e necessidade de distanciamento da elite nacional brasileira e dos setores médios em relação às classes populares, na tentativa de manter o fosso de desigualdade social existente historicamente no país; e manutenção do poder econômico da elite nacional, que busca perpetuar a concentração da riqueza sob a adoção de estratégias discursivas de convencimento contra o Estado ou governos que adotam medidas que beneficiam setores populares.

### Referências

- AB'SÁBER, Tales. **Dilma Rousseff e o ódio político**. São Paulo: Hedra, 2015.
- ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos estudos**, São Paulo, edição 91, v. 30, n. 3, p. 23-52, nov. 2011. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-91/>>. Acesso em: 27 set. 2017.
- ANDRADE, Marcelo. ¿Qué es la “aporofobia”? Un análisis conceptual sobre prejuicios, estereotipos y discriminación hacia los pobres. **Agenda Social**, Campos dos Goytacazes, v. 2, n. 3, p.117-139, out./dez. 2008.
- BIROLI, Flávia. A mídia, a crise e o golpe. **Revista Dialética**, Salvador, v. 8, ano 7, p. 30-34, mar. 2017. Disponível em: <[http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2017/03/revista\\_dialetica\\_vol8.pdf](http://revistadialetica.com.br/wp-content/uploads/2017/03/revista_dialetica_vol8.pdf)>. Acesso em: 26 ago. 2017.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. Mídia no Brasil: Concentração das



Comunicações e Telecomunicações. **Revista Eptic**, Sergipe, v. 17, n. 3, p. 16-28, set./dez. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/download/4298/pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

GOMES, Wilson. Sobre a transformação da política na era da comunicação de massa. In: COMPÓS, 13., 2004. São Bernardo do Campo, SP. *Anais...* São Bernardo do Campo. Disponível em: <[http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_601.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_601.pdf)>. Acesso em: 19 ago. 2017.

LIMA, Venício A. de. A direita e os meios de comunicação. In: CRUZ, Sebastião Velasco e, KAYSEL, André e CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 91-113.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro; LEITE, Flavia Piva Almeida. As redes sociais e o discurso de ódio. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DO CONPEDI: Direitos e garantias fundamentais II, 5., 2016. Montevidéu, Uruguai. *Anais...* Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/9105o6b2/v2zhni84/j3920kPxz16qcJS1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

NAVARRO, Emilio Martínez. Aporofobia. In: Jesús Conill (Coord.): **Glosario para una sociedad intercultural**. Valencia, Bancaja, 2002, p. 17-23.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógena. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.15, n. 3, p. 58-66, jul./set. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000300009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000300009)>. Acesso em: 11 set. 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Org.). **Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 213-230.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

### **Media and political situation in Brasil: hate speeches in Dilma Rousseff pré-impeachment process**

#### ABSTRACT

The article begins with the analysis of the "Letters from Readers" newspaper *O Globo* to understand the discourses of hatred and intolerance that marked the period before the impeachment of President Dilma Rousseff.

Keywords: Hate speeches, Media, Impeachment, Dilma Rousseff, Corruption.



## A espiral do tempo: modernização conservadora e a nova (velha) História do Brasil

Maro Lara Martins<sup>1</sup>

### RESUMO

Neste ensaio procurei estabelecer as relações diacrônicas entre a modernização conservadora brasileira, uma das faces de nosso andamento temporal cujas origens e sentidos remontam aos anos 1930 e 1940, com o atual período da história brasileira na qual os seus caminhos ou descaminhos tendem a recuperar, ainda que sobre novos termos, as encruzilhadas conservadoras, e muitas vezes autoritárias, de nosso andamento moderno. Pensar a história do país, suas tradições e seus elementos constituintes, íntimos de sua peculiar modernidade, através destes andamentos que assemelham-se mais a um tipo de ordenação temporal que escamoteia a linearidade aparente do próprio transcorrer do tempo. Associado a essa preocupação relacionada a uma sensibilidade sobre o tempo e seus sentidos ordenadores, a outra ponta de minhas preocupações estava em compreender os modos pelos quais as reatualizações foram estabelecidas de modo a romper com a perspectiva ainda que segmentada de que a partir dos anos 1980, em especial a partir da Carta de 1988 e suas aberturas hermenêuticas e seu condensamento no mundo social a partir do Direito, teríamos certa noção de fim da história. Tanto no sentido de finalidade, como no sentido de direção e missão a ser cumprida.

**Palavras-Chave:** Modernização conservadora, Autoritarismo, Tempo, História.

Recebido em 12/07/2018  
Aceito para publicação em 11/12/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.23512>

### Introdução

Na primeira parte do texto, evoco uma discussão sobre estrutura e conjuntura de maneira a deixar claro suas diferenças fundamentais e o modo como cada qual estabelece para si um determinado andamento temporal e exige do analista certo esforço compreensivo distinto, apesar de intercambiável. Além

---

<sup>1</sup> Doutor em sociologia pelo Iesp/Uerj e Professor adjunto da Universidade Federal do Espírito Santo. Email: marolara@gmail.com.

de ressaltar a característica pública de nossas ciências sociais, ao dotar peso nas íntimas relações entre diagnóstico e prognóstico.

Como segundo movimento, proponho uma busca sobre os fundamentos interpretativos hegemônicos que conduziram a nossa modernização conservadora dos anos 1930 e 1940. Aponto a dinâmica destas interpretações como substrato do diagnóstico a respeito da concepção corrente à época do caso brasileiro ser considerado uma modernidade patológica. O cerne do diagnóstico estaria na má formação das relações entre Estado, mercado e sociedade, que operariam por lógicas desviadas ou tortas.

E por fim, chego ao debate sobre a renovação de uma interpretação do país, esperançosa com a Carta de 1988, que acabaria por estabelecer o período pós-1988, como o momento inaugurador de uma nova história do Brasil. Esse movimento é tão radical, que propõe o fim da história nacional. Aí, é que chamo a atenção para o fim do fim da história brasileira, sua rotina e seus dramas, abalados pela conjuntura recente, ao menos desde o processo de impeachment da presidente eleita pelo voto popular, e suas conexões mais profundas com a tradição conservadora brasileira.

### Estrutura e Conjuntura, diagnóstico e prognóstico

Existe uma diferença entre conjuntura e estrutura. Conjuntura e estrutura, se assim for de vontade do analista, podem ser mecanismos interessantes para se pensar o contemporâneo. Um tema que a princípio poderia ser de exclusividade da conjuntura, como a política, por exemplo, ao ser deslocada para a área estrutural, revela também pontos importantes que subsidiam os argumentos.

Outro movimento interessante deste jogo de escalas é a temporalidade que o acompanha. Afinal, a conjuntura possui um tempo mais acelerado, fatos e eventos se acumulam para dar-lhe seu movimento, condensando as experiências em curto espaço temporal. Por sua vez, a estrutura é o tempo da longa duração, da qual falava Braudel, ou mesmo a distensão reprodutiva a partir da dualidade presença/ausência. O tempo do imediato e o tempo da distensão a jogar suas sementes pelo caminho. O que nos leva a interpelação de um tema caro à teoria social contemporânea, as conjugações entre diacronia e sincronia, das ações, das estruturas, dos tempos, das análises.

De todo modo, ao retornarmos ao tema da política contemporânea, observarmos seus movimentos estruturais, suas florações conjunturais, seus tempos de eventos, a partir dos deslocamentos e das relações entre estrutura e conjuntura, vivemos um momento, raro pela sua nudez, de erupção vulcânica entre duas perspectivas sobre o país. De um lado, certa esperança e expectativa no bom futuro, a despeito de seu passado, que pode ser considerado virtuoso ou não, e, de outro lado, um diagnóstico centrado na ruína do destino, cujo sentido não é lá muito favorável.

A tensão entre o diagnóstico e o prognóstico, ainda que não posto nestes termos, evidencia alguns pontos interessantes. Em primeiro lugar, é da tradição da interpretação à brasileira, e de seus movimentos intelectuais e políticos, terem no cerne de seu debate esta oposição. Em segundo lugar, e não menos importante, o extravasamento de sentimentos acerca do tempo vivido, não somente como história pública, mas também como sentimento, de se velejar, ora por águas calmas e tranquilas, ora a se deparar com águas revoltas à beira do precipício.

Sobre o primeiro ponto, o movimento mais claro, é o retorno aos clássicos. Argumentos e perspectivas que estavam a empoeirar nas estantes retomam posição central no debate (SOUZA, 2017). O passado, e seu possível abandono, a cobrarem seu preço, afinal essas perspectivas adentram com força e constância o mundo social e sua imaginação (VIANNA, 1997). Seus sonhos mais límpidos, seus sentimentos mais profundos. É o momento em que a interpretação ganha o mundo e se liberta do círculo que a concebeu.

Na história do país, poucos momentos evidenciam de modo claro, estes choques e transposições. Atualmente, vivemos um destes momentos. Não somente pela normalidade institucional ser rompida, o cotidiano e regular movimento de reprodução, confiança e legitimidade, normal funcionamento das instituições, ou pelo sombreamento puro de reativações de doutrinas guardadas (SANTOS, 2017), mas, especialmente, pela oposição entre razão e sentimento, oferecidos, sobretudo, pelos rodopios inconstantes entre o diagnóstico e o prognóstico. Se o mundo das interpretações traria seus personagens, e suas dotações de sentido, o mundo social emergiria o sentimento, a dar-lhe substância e força a atuar no mundo (MARTINS, 2015). Jogados todos no redemoinho do tempo, cujo final, ainda é imprevisível.

Interpretar o país: antecedentes da modernização conservadora

Em texto seminal sobre o país, Raymundo Faoro (1992) postulara que em vez de buscar a modernidade, o Brasil padeceria de ímpetos de modernização, através dos quais haveria a tentativa (e a tentação) de queimar etapas no processo de desenvolvimento. Uma nova modernização sepultaria a anterior e nenhuma conseguiria fazer com que o país encontrasse o caminho para o desenvolvimento. Impostas por elites pseudo-dissidentes em favor dos seus interesses, essas modernizações manteriam a maioria da população alijada de benefícios sociais elementares.

Na história do país, poucos momentos como hoje evidenciam de modo claro, estes choques e transposições entre elite e povo, Estado e sociedade, modernização e moderno. A tradição da interpretação brasileira já apontara elementos fundamentais para se explicar os vícios e virtudes da constituição societal brasileira. A década de 1930, veria florescer com maior frescor a sociologia modernista, com o conjunto de ideias desenvolvidas em torno da caracterização identitária brasileira, suas ações sociais e seus tipos de solidariedade e autoridade, especialmente nas mediações entre as relações público e privado, coordenadoras das relações entre Estado e sociedade no país, postos pela sociologia modernista, também como um problema histórico e historiográfico (MARTINS, 2015). Ademais, essa tradição de sociologia veria suas últimas florações nos anos 1950, em torno do ISEB, perdendo paulatinamente força e poder explicativo, enquanto outros modos de operacionalização disciplinar, como a sociologia acadêmica se profissionalizava.

A partir das características do ensaio como forma, e seu dinamismo na escrita, foi possível capturar o movimento de construir-se pela proposição de algo novo, de uma nova experiência histórica que apesar dos seus contratempos, se realizava fora do contexto europeu. Desta experiência do confronto com outros desenvolvimentos nacionais se insurgiria diferentes tempos históricos que coexistiriam e conferiam especial densidade à realidade que interpretaram, em um esforço de compor o mapa da cultura, revelando sua capacidade de mediador entre mundos e articulador de experiências. Não obstante, apresentariam como fundamento um caráter dialógico das análises, fazendo aflorar comparações com outras experiências, como a inglesa, a norte-americana e a francesa. Emergindo com maior clareza as diferenças no andamento moderno, as singularidades do próprio território e sua natureza e a pluralidade desta constituição societal.

Surgiria pelo movimento inicial da sociologia modernista, e sua separação analítica entre Estado e sociedade, entre política e sociologia, um profundo desconforto na aplicabilidade de modelos e respostas exógenas aos diagnósticos efetuados através do ensaio buscariam essa originalidade no tratamento das questões tipicamente nacionais. A comparação funcionou como um poderoso recurso não só ao cotejarem semelhanças e diferenças que se produziram em espaços geográficos e sociais distintos, mas também entre as culturas presentes no mesmo espaço nacional.

Nas florações da sociologia modernista dos anos 1930, é que se formulou com mais vigor a tese da hipertrofia do privado, identificando a família de tipo patriarcal como a agência crucial de coordenação da vida social que se veio formando desde a colonização portuguesa, em relação a uma esfera pública atrofiada identificada ao Estado (SOUZA, 2017). Em todos esses autores, os elementos da sociedade brasileira em seu período colonial ainda se fariam presentes, impedindo a consolidação plena de instituições e valores da modernidade ocidental clássica (TAVOLARO, 2005). Nessa vertente do pensamento social brasileiro, uma atávica herança patrimonial-patriarcal acabara sutilmente assumindo o caráter de variável independente, supostamente capaz de explicar, ao longo de toda a história brasileira, especialmente no mundo rural, as formas e as configurações políticas e sociais que aqui se consolidaram.

Mais ou menos explícita nas interpretações propostas por cada um daqueles autores encontra-se a ideia de que no Brasil contemporâneo a eles, Estado, economia e sociedade civil jamais teriam sido capazes de se diferenciar plenamente e, dessa forma, de se dinamizar a partir de lógicas e códigos próprios. O domínio público teria sido raptado e subjugado à lógica e aos propósitos das esferas de convívio familiar, códigos pessoais e privados, sociabilidade restritiva, razão pela qual as regras impessoais e racionalizadas seriam frequentemente relegadas a segundo plano. Nessa sociedade jamais se atingiu o grau e a extensão da diferenciação social, da secularização e da separação entre o público e o privado observados nas sociedades modernas centrais. Vale lembrar que no discurso sociológico da modernidade ocidental europeia, as chamadas sociedades modernas centrais são tidas como aquelas em que o Estado, o mercado e a sociedade civil ocuparam esferas plenamente diferenciadas entre si, reguladas.

Os âmbitos público e privado, por sua vez, são também plenamente separados, cada um dos quais ordenado por códigos e lógicas particulares, se comunicando apenas através de canais apropriados que mantêm inalterados os

termos e as regras de cada um dos domínios. Trata-se, segundo esta trilha que se está percorrendo, da formação de uma sociologia na qual mais do que simplesmente relacionar política e sociedade, se ambicionaria especificar os fundamentos e a dinâmica social da dominação política brasileira. Seria através deste tipo de ensaio que se ganharia inteligibilidade a tendência a relacionar aquisição, distribuição, organização de poder à estrutura social. Posto nestes termos, a ação social e a ação política dispostas nessa historicidade inerente a cada uma, produziria ritmos temporais diferenciados. Movimento analítico que configuraria, num certo sentido, a precedência da sociologia sobre a política. Sociologia essa que exprimiria de fato um caminho alternativo do andamento moderno através de suas dicotomias: campo e cidade; rural e urbano; litoral e sertão; centro e periferia; público e privado; interesse e virtude; iniciativa e inatividade; empreendimento e cometimento; vontade e contingência, em uma difícil síntese. A tese possuiria seu lugar, ao reanimar as tradições, a coloca-las sob a chave da influência na contemporaneidade. A antítese, a conjugar a novidade e as possibilidades abertas pelo desenrolar histórico, inclusive seu futuro. E ao sair de dentro do modernismo, essa sociologia, e em certa medida o pensamento social e político latino-americano, carregaria essa contradição como fundamento da sua modernidade, em especial, na forma como abordou seus territórios e seus personagens postos na ação da história, exacerbando uma cartografia semântica e uma figuração de seus personagens.

Dito de outra forma, ao procurarem explicar essa difícil síntese, conheceriam a modernidade brasileira, no sentido de contemporaneidade e historicidade, e isso sob a ótica de uma espécie de modernidade alternativa. O campo possuiria sua sociologia, seus personagens principais, com sua subjetividade, sua atuação no mundo. O latifúndio como fundo para as ações realizadoras de interesses e virtudes para o fazendeiro, o escravo, o capanga, o homem livre comum, o tempo lento no seu desenrolar a incrustar a vida social e a estabelecer certos tipos de solidariedade e interesses. A cidade, local das inter-relações sociais e lócus do tempo célere, da iniciativa, da volúpia do viver moderno, dos seus personagens liberais e de sua sociabilidade muitas vezes subsumida ao mundo rural e incapaz de encontrar terreno fértil para o seu avanço. A compreensão da cidade e do mundo rural passaria pela análise de todos os elementos que comporiam o seu quadro: terra, água, clima, homens, civilização, cultura, arquitetura, trabalho, ideias, símbolos. O campo e a cidade não seriam apenas materialidade, possuiriam uma dimensão simbólica, subjetiva, que também atuaria na construção de suas formas espaciais. A significação do espaço, urbano ou rural, conferiria aos indivíduos e



coletividades, unidade e identidade com o seu entorno, em uma espécie de estruturação sígnica do espaço.

Cada local estruturaria uma espécie de cartografia semântica, que atribuiria a um determinado tempo-espaço, certos modos de viver, pensar e experimentar o mundo, certos tipos sociais, certa solidariedade, certa constituição de interesses e virtudes em sua sociabilidade, marcada no Brasil, através do modernismo e de sua sociologia modernista, por certa inventividade e certo pragmatismo, pensados a dialogicamente desvendar essa alternativa à modernidade central. Se a sensibilidade temporal indicava a aceleração do tempo pela dinâmica do contexto, a realização da difícil síntese brasileira, composta pelos dualismos e as diversas contrastividades internas e externas, norteavam uma percepção do tempo que estaria cindido.

O torneamento das interpretações do país, ao menos ao largo do século XX, passaria pela sedimentação das oposições realizadas pela sociologia modernista. Todas as suas florações, desde o período republicano, focalizaram nas relações entre Estado e sociedade no arranjo da modernidade brasileira. Seja pelo comparativismo interno, litoral e sertão, cidade e campo, urbano e rural, Brasil legal e Brasil real, seja na busca pela identidade nacional, mesmo que pelo regionalismo, seja pelo comparativismo externo, cujos modelos de entrada na modernidade, Inglaterra, França, EUA, e às vezes até a Alemanha, moldaram-se como paradigmas analíticos. Uma cartografia semântica das modernidades e das modernizações. Personagens a povoar a imaginação, ou auto imaginação identitária que permearia o território com estes tipos sociais. E claro, não precisa dizer, seus impactos na imaginação de uma elite acostumada a depreciação dos personagens subalternos. E sua hábil capacidade de popularização, muitas vezes via Estado, como no período Vargas, de seus pressupostos quanto à imaginação do quem somos.

A estratégia de construção por cima do país adquiriu uma nova complexidade nesta renovação de sua metafísica, ainda que dirimidos ao longo do tempo, estas variações advindas deixaram suas marcas a impregnar a profundidade dos sentimentos sociais. Seja pela via negativa, logo, diagnóstico, a impedir a plena realização civilizatória, seja pela via positiva, prognóstico, a exaltar as singularidades civilizatórias e possibilidades de sucesso das consequências que este tempo possuiria. Mas estes sentimentos, de que o Brasil é o país do futuro, esta euforia desmedida, choca-se com o Brasil país do atraso, certo pessimismo profundo. Dando certo, ou não dando certo, percorrendo as

linhas que garantiam sucesso ou não, o fato é que entre idílios e decepções continuamos e possivelmente continuaremos.

O fim do fim da História

Tivemos várias crises econômicas, políticas, sociais, em diversos momentos do trajeto brasileiro. Profundidades diversas. Personagens variados. E muito se questiona se as crises podem ser a própria rotina. O padrão poderia muito bem envolver-se sob o manto fino das crises conjunturais, ao estapear da solidez estrutural. Ao menos, se pensarmos na questão do Impedimento e da crise política atual. O padrão, desde o período pós-1930, é a interrupção dos mandatos presidenciais. Desde 1930, dos oito presidentes eleitos democraticamente apenas cinco terminaram o mandato. Somente oito presidentes eleitos democraticamente em 86 anos. E destes apenas cinco terminaram o mandato. Após 1988, nova fase republicana, pelo menos a se pensar nos marcos políticos, foram quatro presidentes eleitos pelo voto direto. Destes, dois cumpriram integralmente seus mandatos, enquanto um sofreu o impedimento e um parece ter poucas chances de retorno. Nessa cultura política, o conflito pelo poder a partir de posições divergentes é apenas aparente (FAORO, 1992; VIANNA, 1997; SANTOS, 2017).

A finalidade das ações e negociações remete-se ao abrandamento das tensões sociais como estratégia da política levada ao cabo por políticos profissionais, advindos do estamento burocrático, deixando à margem da agenda pública e do aparelho estatal discussões que levam ao confronto aberto e explícito pela ordenação dos projetos e dos sentidos do tempo.

O sentimento social de que a modernização efetuada a partir da Carta de 1988 possibilitaria, enfim, a autonomização dos subalternos, e congraçaria trilhos a serem percorridos de virtuosidade e justiça social, seja pela via do distributivismo estatal, seja pela via do Direito, surpreendidos pela opacidade das construções modernizantes. Retorno à interpretação clássica. Diferenças e variações entre as linhas do moderno e da modernização. Dentro desta dualidade, sua síntese parece de difícil solução. Os sobressaltos provavelmente não se darão pela via do ativismo societal, haja visto as consequências atuais da capitulação dos movimentos sociais pelo espontaneísmo que o ativismo virtual trouxe. Por outro lado, a via do Estado parece bloqueada por uma elite política capaz de subsumir seus interesses estamentais à própria reprodução institucional

da democracia. Uma nova modernização sem conteúdo de caráter conservadora a conduzir esta nova aventura imprevisível, nau sem rumo.

Nada parece se estabelecer de forma definitiva no campo da interpretação. Talvez decorra daí certa dificuldade das famosas análises de conjuntura, vindas das ciências sociais, com a sua força interpretativa de atuação no mundo público. O contemporâneo, temporalidade a pregar peças em todos nós. Entre messianismos da profissão ou mesmo certa fé no ofício, entre a crença nas ciências sociais e na sua predileção que nos poderia guiar rumo a águas calmas, ou mesmo esperança de que a interpretação seja necessária e urgente. Nada disso parece se confirmar nesta onda de imprevisibilidade.

Sem dúvida tal processo de ausência de previsibilidade no mundo da vida deita raízes no processo de destituição da presidenta eleita e nas manobras obscuras de personagens do mundo político, na atuação da grande mídia, no papel do judiciário, no empresariado, em parcela da classe média, que contribuíram para a anatomia do processo de desestabilização da previsibilidade dos acontecimentos (SINGER, 2018). O ano de 2016, conhecido como o ano que não se queria findar, página de roteiro de filme ruim, ou o repositório necrológico de figuras como David Bowie, Leonard Cohen, Prince, Cauby Peixoto, Ferreira Gullar e ainda Fidel Castro e Paulo Evaristo Arns. O roteiro, cuja página, o ano desgostoso não acabara de compor, foi muito narrado por diferentes personagens em fontes diversas e de diferentes matizes. Desde a reflexão sobre a separação entre forma e conteúdo, passando pelo pêndulo desproporcional entre ação/punição, o hiperativismo do Judiciário (AVRITZER, 2016), a seletividade e desrespeito às regras (SANTOS, 2017), até as análises que elevam os personagens centrais desta trama, Lula, Dilma, Temer, Cunha, Moro, a reencenar a composição historiográfica dos grandes heróis e do oficialismo passado (MATTOS et al, 2016).

Delatores e delações, arapongagens, gravações ilegais, divulgações à margem da legislação. Todos personagens bem conhecidos da história política do país. Como são bem conhecidos os golpes de Estado entre nós. Como são conhecidas as incapacidades de respeito à rotina democrática. E como são duras as dificuldades enfrentadas a partir das dualidades básicas já anunciadas pelos nossos clássicos. Público e privado, razão e sentimento, interesse e virtude, campo e cidade, rural e urbano, moderno e atraso.

Aí mesmo a denúncia, nada pueril do golpe de Estado, ao enunciar as suas frentes parlamentares, jurídicas, midiáticas, e, porque não dizer, civis. Falta-lhe uma nomeação: um golpe parlamentar-jurídico-midiático-civil?

Tantos são os envolvidos (GRUN, 2018). Tamanha orquestração. E que cronologia de eventos e simultaneidade de ações destes personagens!

De todo modo, estas interpretações tenderiam a desempenhar papel importante na agenda pública do país, pelo menos do ponto de vista do debate republicano. Procedimentalismos à parte, certa desilusão com o sufrágio, vontade popular, consistentes com os últimos acontecimentos, fazem tremer a ideia liberal da representação. Extrapolar, ainda que pelo trágico, o andamento das instituições, que sempre foram, mesmo sob condições democráticas dos últimos anos, espumas do mar. Ainda que a Carta de 1988 tenha legado, durante as últimas três décadas, o funcionamento institucional do Estado, sua abertura e flexibilidade deveriam ser utilizadas. Sob o ponto de vista democrático, repensar a ordem política (DOMINGUES, 2017), cuja efervescência societal parece ter cedido lugar a composições heterogêneas do papel do ativismo político na democracia. Forçar o encontro da democratização social com a democracia política.

Entretanto, tal encontro, necessita de instituições que revigorem tanto a forma quanto o conteúdo da democracia tropical. A começar pelo fundamento de todas as instituições: rotina. Nada mais cotidiano do que rotina. Sem previsibilidade a rotina se torna algo destituído de seu conteúdo. Não que a vida deva ser convenientemente ordenada por padrões de repetição. Certas rupturas são necessárias a oxigenar a vida. Mas no olho do furacão, ainda não avistamos certa serenidade factual no horizonte a dotar de conteúdo o mundo vazio dos eventos que ainda não se ordenaram. Em outras palavras, a formidável extensão do drama do Brasil, que ingressa no circuito do ocaso da democracia representativa sem tê-la instituído integralmente.

Postos sob a ótica de uma procura pelos meandros que engendrariam o caminhar do tempo histórico do país, essas dualidades conformariam o que há de mais original e perverso na nossa Revolução Passiva. Esta tradição fincada desde o momento inicial do Estado-Nação (FERNANDES, 1987), e exacerbada no momento de nossa modernização conservadora (VIANNA, 1997), parece sempre nos conduzir e nos lembrar de que nosso caminho é no fio da navalha. Ademais, olhar em direção a esta tradição, e claro, a seus intelectuais, atores fundamentais para a organização da cultura, lança luz sobre a natureza deste transformismo que a tudo corrói. Nada mais justo do que “tudo que é sólido se desmancha no ar” mesmo as impossibilidades e insucessos. Talvez, mesmo o pessimismo mais profundo pode ser contraposto a motivos bem compreendidos, em uma valorização dialética de todo empenho dirigido a converter a

engrenagem do tempo desenvolvendo uma perspectiva crítica que finque as condições para uma guerra de posições capaz de desorganizar e substituir a hegemonia dominante. Caminharmos na certeza de quem somos, para sermos outro.

## Palavras Finais

Em conjunto, mas não como unidade e para além do contexto intelectual do qual emergiram tais diagnósticos, a nota distintiva de certa concepção de país que conduziria ao diagnóstico de uma modernidade patológica, ao operacionalizar conceitos como patriarcalismo, familismo, patrimonialismo, personalismo, agnatismo, clientelismo, e a miríade de empecilhos privatistas consignados em seu ideário, estaria na posição decisiva sobre a constituição da vida pública de sua sociedade nos momentos de modernização.

O modo de orientação das condutas, das percepções, dos modos de pensar e agir, retiraria suas características próprias de certos condicionantes históricos da relação entre o mundo público e o mundo privado fincado na história e na sociologia de sua sociedade, em suas determinações culturais, ora definindo as feições mais pujantes do caráter brasileiro, como uma sociedade amenizadora das diferenças, ora condensando o que deveria ser público ao personalismo, à asfixia diante da hipertrofia do mundo privado, à amoralidade dos costumes, ao patrimonialismo, ao familismo, à insolidariedade social, à indistinção entre o público e o privado, ao clientelismo e à precarização dos direitos ou de qualquer arranjo de normas com pretensões de universalidade.

A Carta Constitucional de 1988 operaria no sentido diverso, promovendo certa direção e sentido, pelo menos no campo do Direito. Representaria, ainda que simbolicamente, o fim da História brasileira. Entretanto, ela própria fora engolida pelo conservadorismo e pela força centrípeta e reformulada por uma nova cascata de modernização conservadora. A modernização democrática efetuada a partir da Carta de 1988, com o pacto político inclusivo sob o ponto de vista de certa autonomização dos subalternos, fora capturada pelo pacto intra-elite a partir do qual os limites das construções modernizantes foram impostos a esta sociedade. O terrível diagnóstico da modernidade patológica, típica de processos conservadores, ao invés de permitir a emergência do novo, moderno, encontraria seus obstáculos no país das modernizações controladas. Demofobia, encontraria por aqui, terreno fértil.

## Referências

- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DOMINGUES, José Maurício. *Esquerda, crise e futuro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. **Estudos Avançados**, vol.6 no.14, São Paulo, Jan./Apr, 1992.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- GRUN, Roberto. *Da pizza ao impeachment: uma sociologia dos escândalos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Alameda, 2018.
- MARTINS, Maro Lara. Entre a Cultura e a Política: a sociologia modernista dos anos 1930. **Revista Estudos Políticos**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 2, 2015.
- MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz (Orgs.) *Historiadores pela democracia*. São Paulo: Alameda, 2016.
- MONTEIRO, Lorena; SANTANA, Luciana (Orgs.) *“Temerosas transações” : ensaios sobre o golpe recente no Brasil*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2017.
- MOORE JUNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1975.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.
- SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a lava-jato*. São Paulo: Leya, 2017.
- \_\_\_\_\_. *A radiografia do golpe*. São Paulo: Leya, 2016.
- TAVOLARO, Sérgio. Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **RBCS** Vol. 20 nº. 59, 2005.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: americanismo e iberismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

### **The Spiral of Time: Conservative Modernization and the New (Old) History of Brazil**

#### ABSTRACT

In this essay, I establish the diachronic relations between Brazilian conservative modernization, one of the faces of temporal course, whose origins and meanings date back to the 1930s and 1940s, with the current period of Brazilian history in which its paths or misplacements tend to recover, that on new terms, the conservative, and often authoritarian, crossroads of modern course. To think

about the history of the country, its traditions and its constituent elements, intimate with its peculiar modernity, through these movements that resemble more a type of temporal order that eschews the apparent linearity of the passage of time itself. Associated with this concern related to time sensitivity and its senses, my concerns was to understand the ways in which re-actualizations were established in order to break with the still segmented perspective that from the 1980s, especially from the Charter of 1988 and its hermeneutic openings and its condensation in the social world from the right, we would have certain notion of end of history. Both in the sense of purpose, and in the sense of direction and mission to be fulfilled.

Keywords: Conservative Modernization, Authoritarianism, Time, History.



## Laços latino-americanos: correspondências entre Antonio Candido e Ángel Rama

Maria Caroline Marmerolli Tresoldi<sup>1</sup>

### RESUMO

O texto em questão resenha o livro **Un proyecto latinoamericano: Antonio Candido & Ángel Rama**, cujo prefácio e as notas de edição são do crítico uruguaio Pablo Rocca. Trata-se de um livro de correspondências, durante pouco mais de duas décadas, entre Antonio Candido e Ángel Rama, dois dos mais destacados críticos literários do Cone Sul. A despeito de uma ou outra nota da vida pessoal de ambos, no diálogo cruzado se sobressai o desenho de seus projetos intelectuais e, por meio deles, o leitor é convidado a acompanhar algumas cenas da história intelectual latino-americana.

Palavras-Chave: Antonio Candido, Ángel Rama, América Latina, Literatura e Sociedade.

Recebido em 14/07/2018

Aceito para publicação em 14/09/2018

DOI: <https://doi.org/10.25067/s.v22i2.20704>

### Introdução

Entre os anos de 1960 e 1983, o crítico brasileiro Antonio Candido e o crítico uruguaio Ángel Rama trocaram cartas, cartões postais e telegramas, compartilhando ideias, projetos, ensaios, revistas e livros; além de combinarem encontros e seminários. Por meio do diálogo cruzado entre ambos, é possível acompanhar suas trajetórias intelectuais, os itinerários de um círculo de acadêmicos e artistas com quem conviveram, e adentrar algumas cenas da história intelectual latino-americana durante um período político conturbado que agitou a América Latina, no contexto da Revolução Cubana (1959) e dos desdobramentos de golpes militares. Essas correspondências vêm a público, de modo inédito, no livro **Un proyecto latinoamericano: Antonio Candido &**

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma instituição. E-mail: carolinetresoldi@gmail.com



**Ángel Rama.<sup>2</sup>**

A primeira carta arquivada, de um conjunto de 87, data de abril de 1960. Escrita na cidade de Assis por Antonio Candido, ela responde Ángel Rama, que havia lhe enviado uma edição da revista **Marcha**, na qual o brasileiro concedeu uma entrevista logo após ditar um conjunto de conferências na Universidade da República, em Montevideo, em fevereiro de 1960. Naquele contexto, Candido já era uma figura importante no cenário intelectual brasileiro, considerado um dos principais renovadores da crítica literária universitária. Autor de livros e de notas publicadas em jornais paulistas de ampla circulação, ele ministrava aulas de literatura brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Assis, interior do Estado de São Paulo, onde permaneceu entre 1958 e 1960, completando sua passagem formal das ciências sociais aos estudos literários. Ángel Rama, por outro lado, um pouco mais novo que o brasileiro e com uma formação mais informal e autodidata, desempenhava diferentes funções para ganhar a vida, como professor de educação média e colaborador de jornais e periódicos. Suas principais atividades intelectuais se concentravam na revista **Marcha**, da qual foi diretor da seção literária entre 1959 e 1968.

Antes de conhecer Antonio Candido em Montevideo, o crítico uruguaio tinha como horizonte os debates sobre a produção literária na e da América Latina, e procurava, através da **Marcha**, estreitar laços e intercâmbios entre intelectuais de diferentes países da região, mas desconhecia a vida literária e cultural brasileiras. O contato com o crítico brasileiro, então, abriu novos caminhos. Na primeira carta enviada por Candido, por exemplo, ele remete o Suplemento Literário do jornal **O Estado de São Paulo**, e Rama agradece salientando que poderia conhecer pelo menos as novidades da crítica da imprensa paulista. Do mesmo modo, a aproximação com o uruguaio abriu novas possibilidades para o crítico brasileiro, que aos poucos vai incorporando entre seus projetos algumas notas sobre a literatura na América Latina; e ajuda organizar diferentes encontros e seminários com destacados intelectuais para discutir as possíveis relações entre a literatura brasileira e as literaturas hispano-

---

<sup>2</sup> O livro foi publicado em espanhol no ano de 2016 pela editora Estuario de Montevideo. As cartas do crítico brasileiro foram escritas em português e vertidas ao espanhol pela filha do crítico uruguaio, Amparo Rama Vitale. Além das cartas trocadas entre Candido e Rama, o livro reúne, em um de seus anexos, 12 correspondências entre o crítico uruguaio e Gilda de Mello e Souza, esposa de Candido. A edição do livro em português foi lançada em 2018 pela editora Ouro sobre Azul, com o título: *Conversa cortada – A correspondência entre Antonio Candido e Ángel Rama*.

americanas.<sup>3</sup> Avançando no conjunto das correspondências, a despeito de uma nota ou outra mais próxima da vida individual e familiar de ambos, o que se sobressai são justamente os interesses “latino-americanos” que vão se consolidando e se espalhando em diversos ramos, na medida em que a admiração e a amizade entre eles se fortalece.

Os laços “latino-americanos” partilhavam de uma afinidade: o compromisso (público) de investigar a matéria literária sem ignorar a vida social e política que informam o substrato literário, algo nem sempre frequente naqueles anos em que o *new criticism* ainda era voga na teoria literária. Em 1967, Rama escreve ao amigo brasileiro contando que começou a desenvolver atividades no Departamento de Literatura Hispano-americana da Universidade da República, e estava colaborando com uma revista cujo programa era problematizar as relações entre arte e sociedade, tão centrais no projeto do amigo brasileiro. Na ocasião, o uruguaio pede uma contribuição sobre um tema da literatura brasileira. Na resposta, Candido comenta que estava preparando um curso na pós-graduação de Literatura Comparada, sobre romances políticos latino-americanos, e manifesta a satisfação em ver o amigo na Cátedra de Literatura Hispano-Americana, espaço que poderia conferir um ambiente adequado para desenvolver novas investigações sobre problemas latino-americanos. Nas palavras do brasileiro: “*a união [dos países da América Latina] se processa em todos os níveis, e a literatura tem um valor que não se pode menosprezar*” (p.47). Pouco depois, o brasileiro remete o texto “Ser jagunço em Guimarães Rosa”, que é publicado em 1970 na **Revista Iberoamericana de Literatura**.

Ainda no ano de 1967, Rama relata ao amigo que na cidade de Lima, no Peru, aconteceu uma reunião de representantes da Unesco, destinada a organizar um plano de estudos sobre as culturas latino-americanas (no âmbito da literatura, das artes plásticas e da música), cujo objetivo era oferecer “*uma nova imagem das nossas culturas*” (p.48). Rama sugere o nome de Antonio Candido para assessorar o comitê organizador sobre o debate brasileiro, e observa a importância do projeto para pensar a literatura não apenas a partir dos vínculos entre o nacionalismo e o cosmopolitismo, mas também por meio das mediações

---

<sup>3</sup> Em setembro de 2006, ao aceitar o título de doutor *honoris causa* concedido pela Universidade da República, Antonio Candido lembrou que quando conheceu Ángel Rama, em 1960, o uruguaio observava a “*necessidade de desenvolver ao máximo os intercâmbios com os escritores e artistas da nossa América, que naquele tempo estavam pouco inclinados a uma comunicação direta e dependiam muito da mediação dos países centrais*” (p.170). O discurso de Candido compõe o segundo anexo de **Un proyecto latinoamericano**.

entre o regional e o continental. Trata-se de um dos primeiros encontros organizados por intelectuais “latino-americanos” para fomentar uma discussão, no âmbito da cultura, acerca de questões mais ou menos compartilhadas pelos países da região.

Nas cartas seguintes temos notícias de novos encontros entre intelectuais “latino-americanos. No final de 1971, Rama escreve ao amigo brasileiro de San Juan, na Universidade de Porto Rico, onde ditava um curso como professor visitante. O uruguaio comenta animado que participou de uma reunião de trabalho em Santiago do Chile, ao lado de críticos literários e professores que estudavam as possibilidades de criarem um novo comitê continental para discutir “*literatura e sociedade*” e examinar “*a literatura na transformação social da América Latina*”. O uruguaio pede que o colega sugira nomes que representassem outras linhas de força da crítica literária de inspiração sociológica, como o marxismo. Além de indicar nomes para a reunião e salientar a importância do empreendimento, Candido menciona que escreveu o ensaio “*Literatura y subdesarrollo*” para o projeto da Unesco, que o uruguaio indicara seu nome.<sup>4</sup>

Olhando para o conjunto das correspondências entre 1973 e 1974, após encontro entre os críticos em um seminário na Universidade de Boom, organizado por Rafael Gutiérrez Girardot, a amizade entre os dois parece se estreitar. Nas cartas deste período, o leitor é convidado a conhecer a história da revista **Argumento**, na qual o brasileiro colaborou no contexto da ditadura militar. Ángel Rama participou de reuniões do comitê editorial quando esteve no Brasil para ministrar seminários na Universidade de São Paulo, em 1974, e publicou o texto “*Un proceso autonómico: de las literaturas nacionales a la literatura latinoamericana*” no terceiro número da revista. Nas cartas, o uruguaio se compromete a procurar mais materiais “latino-americanos” para a parte literária da revista, e pede exemplares para poder distribuir entre colegas da imprensa e do meio intelectual, de modo a informar sobre questões brasileiras e aprofundar os intercâmbios de ideias. Antonio Candido comenta, em uma das cartas seguintes, que o terceiro número de *Argumento* saiu com uma tiragem de 25.000 exemplares e se esgotou imediatamente, o que era sugestivo do interesse dos leitores por uma publicação crítica e de oposição ao regime militar.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> O ensaio foi publicado pela primeira vez em 1972, no volume coletivo **América Latina en su literatura**, organizado por César Fernández Moreno.

<sup>5</sup> Em setembro de 1975, Antonio Candido comenta com Ángel Rama que os intelectuais brasileiros que colaboravam com **Argumento** entraram com recurso no Supremo Tribunal Federal para tentar reverter a situação da revista, impedida de ser publicada pela censura da

Além de trocarem notícias sobre **Argumento**, essas cartas avançam nas discussões sobre a organização de projetos mais sistemáticos para pensar a literatura latino-americana. Segundo Ángel Rama, era preciso formar uma “*equipe coerente e séria*”, na tarefa de “*pensar a nossa cultura e nossa América*” (p.64). De certo modo, um importante passo é dado a partir do final de 1974. Neste ano, Ángel Rama remete uma carta de Caracas, onde se encontrava exilado desde 1973, pedindo a colaboração de Candido para um “*grande projeto*” editorial, comprometido em publicar volumes dedicados a autores clássicos e contemporâneos da região. Apresentava ao brasileiro, mais precisamente, o projeto da Biblioteca Ayacucho, fundação que surgiu com sede na Venezuela e com patrocínio do governo local, tendo como presidente José Ramón Medida e Ángel Rama como diretor literário.

Antonio Candido foi o principal nome a colaborar com a parte brasileira do projeto, e aceitou prontamente o convite para ir a Caracas e formar parte do conselho da Biblioteca. Na carta enviada ao amigo uruguaio, faz uma lista preliminar de obras antigas e modernas (de ficção, de poesia e de pensamento social) que não deveriam faltar. Registra, notadamente, nomes como de Machado de Assis, Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa, Manuel Bandeira, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto etc. Além disso, sugere a publicação de ensaios de interpretação do Brasil, como: *Os sertões*, de Euclides da Cunha; *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre; *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr.; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado; e algum dos livros de Sérgio Buarque de Holanda. A seleção do “grande crítico” brasileiro, aqui, forma os cânones que seriam apresentados em traduções ao espanhol para os colegas hispano-americanos.

Em decorrência do clima político agitado, a comissão brasileira não conseguiu participar do primeiro encontro organizado na Venezuela, que ocorreu no final 1975. Rama sugere, então, a organização de uma pequena reunião na USP (ou no espaço do Cebrap) para discutir a participação das obras e dos autores brasileiros na Biblioteca Ayacucho. Nos anos seguintes, as correspondências entre os críticos versam principalmente sobre os projetos de tradução de autores brasileiros para o empreendimento, e a indicação de nomes

---

ditadura militar. O recurso, entretanto, não foi sequer avaliado. Para o brasileiro, o fato se configurava como decisão histórica que abria caminhos para as autoridades policiais usarem poderes excepcionais contra quaisquer publicações críticas. Anos mais tarde, Candido reconhece nas correspondências com o amigo que a revista poderia ter sido um bom instrumento de abertura do Brasil à América Latina.

para organizar as coleções, selecionar os textos, fazer notas e escrever prefácios. O diálogo entre os críticos revela o exaustivo trabalho coletivo envolvido na preparação de cada coleção, bem como algumas de suas dificuldades.

No ano de 1977, Candido menciona que estava ensinando em Campinas, no interior do estado de São Paulo. No conjunto das cartas trocadas durante esse ano é possível notar passos importantes da criação do Instituto de Estudos da Linguagem, na Universidade Estadual de Campinas, que Candido ajudou a coordenar, formando a equipe da cadeira de Teoria Literária. O brasileiro convida o crítico uruguaio para falar sobre alguns projetos em Campinas; e, mais precisamente, no início de 1979, anuncia seu projeto de um núcleo de atividades na Unicamp: “(...) *para iniciar, encontros, intercâmbios de ideias, seminários, visitas, projeto de biblioteca. No futuro, quem sabe, algo mais importante*” (p.116). Ángel Rama, escrevendo de Washington, aceita o convite e pede ao amigo para falar mais sobre o projeto. Além disso, concorda com nomes indicados por Candido para participar da reunião, como os de Noé Jitrik e Néstor Garcia Canclini, e inclui também o nome do peruano Antonio Cornejo Polar e o colombiano Rafael Gutiérrez Girardot. Na resposta Candido sublinha que o projeto ainda era vago – poderia se tornar um departamento ou centro de pesquisa, ou apenas o hábito de ter professores hispano-americanos na universidade. O objetivo principal da reunião, comenta o brasileiro em outra carta, era abrir um espaço para intercâmbios de ideias e diálogos que pensassem a literatura brasileira ao lado de outras literaturas dos países do continente. Se as reuniões científicas entre os críticos latino-americanos ainda eram esporádicas e encontravam dificuldades pelo contexto de repressão aos intelectuais de esquerda, Candido aponta a importância de avançar no projeto idealizado pelo amigo uruguaio, com colaborações em várias mãos.

Ainda no ano de 1979, somos convidados a entrar em mais uma cena dos debates sobre a literatura latino-americana. Dessa vez, Rama convida o crítico brasileiro para participar do seminário “El advenimiento de la Nueva Narrativa Latinoamericana, 1950-1975”, com apoio do Programa Latino-americano do Wilson Center, em Washington. A reunião procurava refletir sobre o “*impressionante crescimento da nova narrativa latino-americana, dentro dos processos culturais e sociais mais amplo da qual é resultado*” (p.122), e contaria não apenas com críticos literários, mas também escritores e cientistas sociais. Antonio Candido não consegue participar do congresso por questões burocráticas de visto, mas sugere o nome de Roberto Schwarz para ler o artigo que havia enviado. Anos mais tarde, o ensaio foi publicado no volume organizado por Ángel Rama, **Mas allá del boom** (1984).

Nas últimas cartas, no início dos anos de 1980, temos notícias sobre a reunião organizada por Antonio Candido em Campinas, e o diálogo começa a se tornar dramático para o leitor que sabe que as correspondências foram cortadas de modo inesperado com a morte prematura do crítico uruguaio, em 1983. Somos informados que as “Jornadas de Literatura Latino-americana”, na Universidade Estadual de Campinas, discutiram a integração ou a marginalidade da literatura brasileira em relação às demais literaturas da região, bem como os métodos de análise disponíveis aos estudos literários. É principalmente nesse momento que ocorre um conjunto de trocas mais estreitas entre críticos e intelectuais latino-americanos, e se começa a desenhar o projeto coletivo “História da Literatura Latino-americana”, patrocinado pela Unesco, e com o apoio de diferentes centros e universidades. O projeto começa a ser desenvolvido de modo mais sistemático em 1982, quando se organiza, em Caracas, um encontro para levar adiante a investigação coletiva. Rama, impedido de deixar os Estados Unidos, onde era classificado de “*subversivo*” (p.136), não comparece na primeira reunião, mas, ao receber os esboços do projeto, faz sugestões e comenta com o amigo a necessidade de desenvolver um “comparativismo obrigatório”, que lhe parecia ausente o desenho inicial.

Em Paris, onde estava em seu terceiro exílio forçado, Ángel Rama enviou uma última carta ao amigo brasileiro, em 18 de outubro de 1983. O crítico uruguaio, que àquela altura era reconhecido como um dos principais intelectuais latino-americanos, agradece a Antonio Candido pela hospedagem em São Paulo, na ocasião do encontro organizado na Unicamp para avançar no projeto “História da Literatura Latino-americana”, sob coordenação da crítica chilena Ana Pizarro. Anos depois, no início de 1990, aparecem três volumes de ensaios com os resultados do projeto, compilados na coletânea **América Latina: palavra literatura e cultura**, cujas contribuições procuram alargar os limites do cânon para além do realismo tradicional.<sup>6</sup>

De modo geral, os diferentes projetos do período sobre o “latino-americano” sugerem que a América Latina é um anseio, um lugar social, um

---

<sup>6</sup> O primeiro volume da coletânea compreende a “situação colonial”; o segundo é dedicado “a emancipação do discurso”; e o terceiro volume é sobre “vanguarda e modernidade”. Algumas notas das reuniões do grupo podem ser conferidas nos livros organizados também por Ana Pizarro: **La literatura latinoamericana como proceso** (1985); e **Hacia una historia de la literatura latinoamericana** (1987). O primeiro livro corresponde ao encontro de 1982, na Universidad Simón Bolívar, em Caracas, enquanto o segundo recupera as falas dos participantes do encontro de 1983, na Universidade Estadual de Campinas. Importa ressaltar que, a despeito das dificuldades comparativas encontradas na realização do projeto, esse é o primeiro momento em que o Brasil e o Caribe são incluídos na historiografia literária latino-americana.

espaço mais simbólico do que geográfico, que pode ou não incluir o Brasil e o Caribe. Esse espaço social comportou diferentes momentos de fermentação intelectual, cultural e política, sobretudo a partir da metade do século XX, quando um conjunto de atores e de instituições tinham em seu horizonte pensar a América Latina como problema. Aqui, temos algumas pistas e indícios que demonstram que Antonio Candido e Ángel Rama foram nomes centrais para estreitar laços e colaborações entre latino-americanos no âmbito da crítica literária e cultural. Ainda que os críticos tenham desenvolvido diferentes projetos individuais paralelos e que um exame mais detalhado de suas formulações teóricas e metodológicas sugira finas diferenças entre ambos, acompanhar as correspondências permite acessar algumas cenas da vida intelectual latino-americana (ou, talvez, mais precisamente, brasileira, uruguaia e venezuelana).

Em outras palavras, os diferentes laços entre intelectuais latino-americanos que vão sendo tecidos durante o período (entre os regimes militares e os processos de transição democrática – que ainda não se encerraram), permitem construir imagens (críticas e muitas vezes criativas) da região latino-americana “vista de perto”. No caso da relação entre Antonio Candido e Ángel Rama, isso significa pensar a América Latina a partir de sua literatura, em um movimento que procura conectar presente, passado e futuro. Nesse sentido, é instigante o fato de que Antonio Candido, que trocou correspondências com diversos intelectuais brasileiros e estrangeiros, só tenha autorizado a publicação em vida das cartas trocadas com Ángel Rama. Talvez seja a consciência de que, na forma-diálogo, seja possível acompanhar um movimento vivo da crítica literária praticada no cenário latino-americano, dando acesso aos processos sociais e políticos mais amplos nos quais ideias e projetos individuais foram gestados. Não deixa de ser um convite aos leitores para estreitar colaborações intelectuais com nossos vizinhos latino-americanos, que possibilitem pensar um universo dinâmico de problemas e de questões que talvez seja mais ou menos compartilhados.

#### Referências

RAMA, Ángel e CANDIDO, Antonio. **Un proyecto latino-americano: Antonio Candido & Angel Rama**. Correspondencia. Ed. Pról.; e notas de Pablo Rocca. Montevideo: Estuario, 2016

## **Latin American ties: correspondences between Antonio Candido and Ángel Rama**

### **ABSTRACT**

The text in question summarizes the book **Un proyecto latinoamericano: Antonio Candido & Ángel Rama**, whose preface and the edition notes are from the Uruguayan critic Pablo Rocca. It is a book of correspondences, for little more than two decades, between Antonio Candido and Ángel Rama, two of the most outstanding literary critics of the Southern Cone. In spite of one or another note of their personal life, in the the design of their intellectual projects stands out and through them the reader is invited to follow some scenes of Latin American intellectual history.

**Keywords:** Antonio Candido, Ángel Rama, Latin America, literature and society.